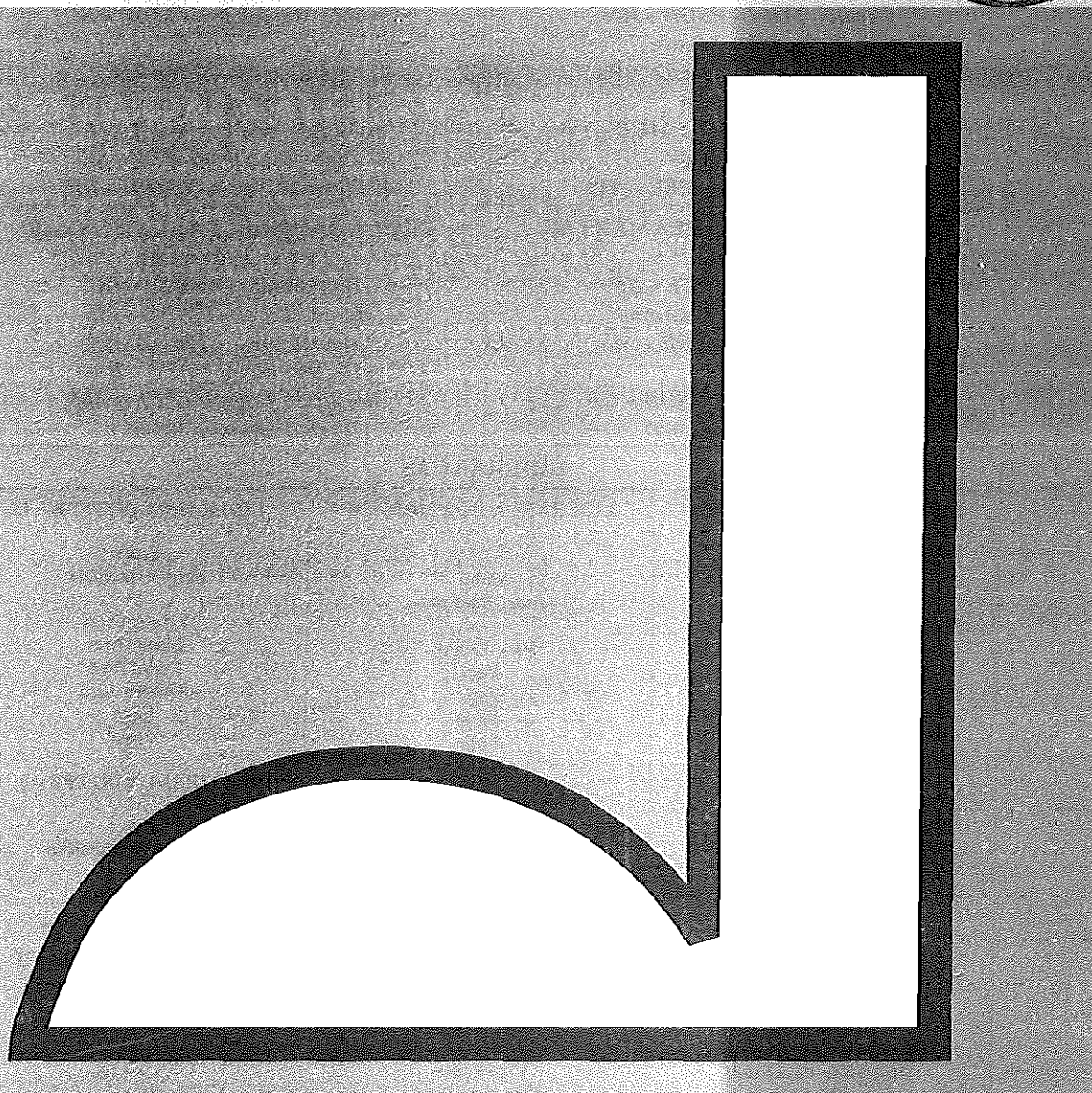


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGENS Nº 1.060 A 1.089/99 – CN DO  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ANO LIV - SUP. "A" AO DSFNº 173

QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1999

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p><b>Presidente</b>  <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i>  <b>1º Vice-Presidente</b>  <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i>  <b>2º Vice-Presidente</b>  <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i>  <b>1º Secretário</b>  <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i>  <b>2º Secretário</b>  <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p><b>3º Secretário</b>  <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i>  <b>4º Secretário</b>  <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i>  <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i>  <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i>  <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b>  <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i>  <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <i>Vago</i>  <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>  <b>(1) Reeleitos em 2-4-97</b></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Procuradores<sup>(2)</sup></b>  <i>Amir Lando – PMDB – RO</i>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>  <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i>  <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>  <b>(2) Designação: 30-6-99</b></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>José Roberto Arruda</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL – 21</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Hugo Napoleão</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Edison Lobão</i>  <i>Francelino Pereira</i>  <i>Romeu Tuma</i>  <i>Eduardo Siqueira Campos</i>  <i>Mozarildo Cavalcanti</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB – 26</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Jader Barbalho</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Marina Silva</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Sebastião Rocha</i>  <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 13</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Sérgio Machado</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Osmar Dias</i>  <i>Pedro Piva</i>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB – 3</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p><b>Vice-Lider</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Paulo Hartung</i></p> <p><b>Vice-Lider</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB – 1</b></p> <p><b>Lider</b>  <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciél da Silva Maia</i>  Diretor-Geral do Senado Federal  <i>Claudianor Moura Nunes</i>  Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i>  Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal  <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i>  Diretora da Subsecretaria de Ata  <i>Denise Ortega de Baere</i>  Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

## CONGRESSO NACIONAL

### 1 – MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - CN

Nº 1.060/99-CN (nº 1.585/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 41/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00, para os fins que especifica. (Usina Térmica Presidente Médice). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00010

Nº 1.061, de 1999-CN (nº 1.586/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 42/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica. (FND; Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00014

Nº 1.062, de 1999-CN (nº 1.587/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 43, de 1999-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações do orçamento vigente. (CONAB – PRODEA). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00022

Nº 1.063, de 1999-CN (nº 1.588/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 44/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9.849.000,00, para reforço de dotação consignada vigente orçamento (IBAMA). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00031

Nº 1.064, de 1999-CN (nº 1.599/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 45/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de encargos financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00, para os fins que especifica. (Administração Direta do MPO). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização... 00040

Nº 1.065, de 1999-CN (nº 1.600/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 46/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.984.260,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (TSE Edifício Sede). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00046

Nº 1.066, de 1999-CN (nº 1.601/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 47/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00,

para os fins que especifica (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00053

Nº 1.067, de 1999-CN (nº 1.602/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 48/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos (Assistência Médica, Auxílio Alimentação, Indenização de Transportes aos Oficiais de Justiça). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00059

Nº 1.068, de 1999-CN (nº 1.603/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 49/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00, para os fins que especifica (LLOYDBRÁS). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00067

Nº 1.069, de 1999-CN (nº 1.604/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 50/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00, para os fins que especifica (Contribuição a Entidades Privadas e a Participação em Organismos Internacionais; Manutenção de Hospital de Ensino). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ..... 00072

Nº 1.070, de 1999-CN (nº 1.605/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 51/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.217.926,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos (STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça do Trabalho e MPU). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00107

Nº 1.071, de 1999-CN (nº 1.606/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 52/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 7.459.118,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes (Comando da Marinha e Comando do Exército). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00140

Nº 1.072, de 1999-CN (nº 1.607/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 53/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.510.000,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00148

Nº 1.073, de 1999-CN (nº 1.608/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 54/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 8.825.405,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos (TRTs). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00152

Nº 1.074, de 1999-CN (nº 1.609/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 55/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em



favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.579.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos (Ministério da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00166

Nº 1.075, de 1999-CN (nº 1.610/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 56/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, crédito especial valor global de R\$ 11.935.000,00, para os fins que especifica (Enriquecimento Isotópico de Urânio – NUCLEBRÁS, Projeto de Transformação do Setor Florestal). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00186

Nº 1.076, de 1999-CN (nº 1.611/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 57/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00, para os fins que especifica (DNER, BR-230 do Pará, BR-367/BA, BR-101(Eunápolis). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00194

Nº 1.077, de 1999-CN (nº 1.612/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 58/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente. (Outros custeios e Capital). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00201

Nº 1.078, de 1999-CN (nº 1.613/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 59/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 32.839.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente (Hospital de Clínicas do Porto Alegre; Adutora da Barragem Jucazinho; Adutora do Oeste - PE). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00206

Nº 1.079, de 1999-CN (nº 1.614/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 60/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 48.725.754,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. (Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, Engenharia, Construções e Ferrovias S.A – VALEC, IBAMA). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 00213

Nº 1.080, de 1999-CN (nº 1.615/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 61/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 49.014.700,00, para os fins que especifica (Perdas com a Lei Nº 9.424/96 – RR, ES, MG, PA). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00233

Nº 1.081, de 1999-CN (nº 1.616/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 62/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.496.869,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente (Fundo de Imprensa Nacional, Comando da Marinha, Fundo Naval). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00239

Nº 1.082, de 1999-CN (nº 1.617/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 63/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.544.481,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (Fundo Partidário; Organização Latino-Americana de Energia – OLADE; Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Associação dos Países Produtores de Estanho – ATPC; e ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD; CNPq; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Indústrias Nucleares do Brasil S.A; Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00247

Nº 1.083, de 1999-CN (nº 1.618/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 64/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (DNER; BR-153/PA; BR-163/MT). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00268

Nº 1.084, de 1999-CN (nº 1.619/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 65/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 65.995.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (PRONAF; Custeio Agropecuário; Empréstimo do Governo Federal – EGF; Equalização de taxas de juros.) À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00281

Nº 1.085, de 1999-CN (nº 1.620/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 66/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF; Benefício para os Estados do Espírito Santo; Minas Gerais; Pará e Roraima). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00289

Nº 1.086, de 1999-CN (nº 1.621/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 67/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 115.771.900,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes (Senado Federal; da Administração direta do MRE e do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00296

Nº 1.087, de 1999-CN (nº 1.622/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 68/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 124.924.041,00, para os fins que especifica (Para os Municípios não contemplados pelo processo de votação eletrônica, com menos de 40.500 eleitores com exceção dos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá, Roraima e Distrito Federal). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00305

Nº 1.088, de 1999-CN (nº 1.623/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 69/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 138.930.729,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes. (Câmara dos Deputados, Senado, Tribunal de Contas da União, Presidência da República, Ministério da Justiça e Ministério da Integração Nacional). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00310

Nº 1.089, de 1999-CN (nº 1.624/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 70/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.436.100,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente (Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, SERPRO, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior EMDIC; Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Administração Direta; Escola Nacional de Administração Pública – ENAP). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00341

**PUBLICADAS A ESTE SUPLEMENTO (Ao Diário do Senado Federal nº 173, de 4 de novembro de 1999)**

Nº 1.090, de 1999-CN (nº 1.625/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 71/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 143.234.909,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente (Ministério da Defesa; Comando da Aeronáutica; Comando do Exército). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00371

Nº 1.091, de 1999-CN (nº 1.626/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 72/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 236.537.774,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente (Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Ministério de Minas e Energia; Ministério dos Transportes; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Defesa; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Encargos Financeiros da União). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00384

Nº 1.092, de 1999-CN (nº 1.627/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 73/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 246.311.035,00 para os fins que especifica (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES; Universidade Federal do Rio Grande do Norte). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00402

Nº 1.093, de 1999-CN (nº 1.628/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 74/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336.102.046,00 para reforço de dotações constantes do orçamento vigente (Ministério da Defesa; Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00412

Nº 1.094, de 1999-CN (nº 1.629/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 75/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 343.049.123,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; FNDE; INSS). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00426

Nº 1.095, de 1999-CN (nº 1.630/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 76/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S. A. - ELETROSUL, e de FURNAS Centrais Elétricas S. A., crédito especial no valor total de R\$ 466.853.100,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00601

Nº 1.096, de 1999-CN (nº 1.631/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 77/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 494.578.820,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas do mesmo Grupo, no valor global de R\$ 472.583.663,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00607

Nº 1.097, de 1999-CN (nº 1.632/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 78/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor das empresas Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS e Petrobrás Distribuidora S.A. – BR, do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 507.500.000,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00623

Nº 1.098, de 1999-CN (nº 1.633/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 79/99-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.259.061.232,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. (Fundação Osvaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundo Nacional de Saúde). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00628

Nº 1.099, de 1999-CN (nº 1.634/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 80/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$

1.300.234.022,00, e reduz o Orçamento de Investimento da empresa Petrobrás Internacional S.A. – BRASPETRO, no valor global de R\$ 206.032.800,00, para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00642

Nº 1.100, de 1999-CN (nº 1.635/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 81/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.737.394.870,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes (Pagamento de pessoal). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00652

Nº 1.101, de 1999-CN (nº 1.636/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 82/99-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 4.016.521.323,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (Benefícios previdenciários). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00840

Nº 1.102, de 1999-CN (nº 1.637/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 83/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.458.518.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (Administração da Dívida Pública Mobiliária da União). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00848

Nº 1.103, de 1999-CN (nº 1.638/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 84/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 17.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00857

Nº 1.104, de 1999-CN (nº 1.639/99, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 85/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (DNER – BR-317/AC; BR-364/AC). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 00863

**PUBLICADAS AO SUPLEMENTO “B” (Ao Diário do Senado Federal nº 173, de 4 de novembro de 1999)**

**2 - Comunicação da Presidência**

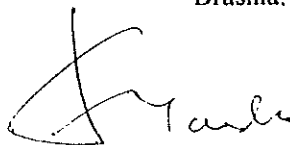
Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 41 a 85, de 1999-CN, constantes de mensagens presidenciais.

MENSAGEM Nº 1.060, DE 1999-CN  
(nº 1.585/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00, para os fins que especifica".

Brasília, 23 de outubro de 1999.



EM nº 444 /MP

Brasília, 25 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, com parecer favorável deste Ministério, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, aprovado pela Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00 (quarenta um milhões, duzentos e onze mil e cento e trinta e sete reais), em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, empresa federalizada por intermédio do Termo de Transferência nº 011, de 30 de novembro de 1998, em decorrência de renegociações de dívidas do Estado do Rio Grande do Sul com a União, com vistas à sua posterior desestatização.

2. O crédito solicitado destina-se à repotencialização da Usina Térmica Presidente Médici e à modernização e manutenção das suas atividades operacionais e administrativas. Os recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes da inclusão dos projetos propostos são de geração da própria empresa.



3. Cabe ressaltar que o Orçamento de Investimento das empresas estatais federais foi elaborado em agosto de 1998 e aprovado pela Lei nº 9.789/99. Assim, com a transferência do controle acionário da CGTEE para a União no final de 1998, torna-se imprescindível a aprovação de dotação orçamentária para aquela empresa, mediante abertura de crédito especial, com a finalidade de dotá-la de recursos orçamentários suficientes para o desempenho de suas atividades no corrente exercício.

4. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 1999 para a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 444 / MP, DE 25 DE outubro DE 1999.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Inclusão de novos subprojetos na Lei Orçamentária de 1999 (Lei nº 9.789, de 23.02.99), em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, no valor de R\$ 41.211.137,00, mediante abertura de crédito especial.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que abre crédito especial para a CGTEE.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única solução.

4. Custos:

Os recursos necessários para inclusão dos novos subprojetos na Lei Orçamentária/99 são de geração da própria empresa.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

Dotar a empresa acima mencionada de recursos orçamentários suficientes para o desempenho de suas atividades no corrente exercício, tendo em vista a sua federalização no final do ano passado, em decorrência do processo de renegociações de dívidas do Estado do Rio Grande do Sul com a União.

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

O Relatório de Impacto sobre o meio ambiente foi elaborado por ocasião dos estudos de viabilização dos subprojetos propostos.

**7. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

A Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se favoravelmente.

## **PROJETO DE LEI Nº 41, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor total de R\$ 41.211.137,00 (quarenta e um milhões, duzentos e onze mil e cento e trinta e sete reais), em favor da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são de geração da própria empresa, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL	ANEXO I	INVESTIMENTO
	ANEXO	SUPLEMENTAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	41.211.137
	COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA	41.211.137
32276.090610264.6732	REPOTENCIALIZAÇÃO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI	28.850.000
	REPOTENCIALIZAR UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELETRICA	
32276.090610264.6732.0001	REPOTENCIALIZAÇÃO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI	28.850.000
	- USINA REPOTENCIALIZADA (UNIDADE)= 1	
32276.090610264.6011	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	12.361.137
	ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA EMPRESA.	
32276.090610264.6011.0011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	12.361.137
	TOTAL	41.211.137

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

ANEXO II
ANEXO
ACRESCIMO

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECURSOS PROPRIOS		41.211.137
TOTAL		41.211.137

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

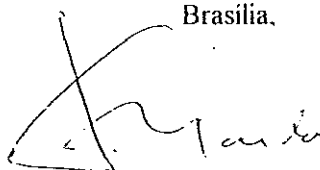
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

MENSAGEM Nº 1.061, DE 1999-CN  
(nº 1.586/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 28 de outubro de 1999.



EM nº 445 /MP

Brasília, 25 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC encaminha solicitação de crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

2. A suplementação proposta para o FND, no montante de R\$ 267.775.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), tem por objetivo o apoio à iniciativa privada, mediante a concessão de financiamentos destinados à realização de investimentos, bem como ao desenvolvimento de projetos voltados para a implantação da segunda versão do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO II, e

correrá à conta da incorporação de superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício de 1998, no montante de R\$ 214.631.000,00 (duzentos e catorze milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), e por excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados no montante de R\$ 53.144.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quarenta e quatro mil reais).

3. A parcela prevista para o FGPC, no montante de R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais), visa a facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito de médio e longo prazos, fornecendo-lhes o aval necessário para aquisição do crédito por empresas de médio porte que exportem diretamente ou que forneçam seus produtos para outras empresas exportadoras de qualquer porte. O pleito em questão será viabilizado por meio da incorporação de parte dos recursos provenientes das contas de depósitos cujos cadastros não foram objeto de atualização, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, que destina 40% desses recursos ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e 60% ao Banco da Terra.

4. Vale ressaltar que do total arrecadado de R\$ 394.697.163,52 (trezentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e três reais, cinquenta e dois centavos), R\$ 34.547.682,96 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais, noventa e seis centavos) foram restituídos até 18 de setembro de 1999, gerando uma arrecadação líquida de R\$ 360.149.480,56 (trezentos e sessenta milhões, cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais, cinquenta e seis centavos). A Secretaria do Tesouro Nacional provisionou como reserva, para eventuais reclamações ou recadastramentos que poderão ocorrer até 31 de dezembro de 2002, a importância de R\$ 56.698.473,19 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e dezenove centavos). Sendo assim, teria disponível hoje, para o FGPC, R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais), montante que se utiliza para atender à abertura de crédito especial.

5. O quadro a seguir, demonstra, por unidade orçamentária, o excesso de arrecadação, conforme determina o art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 99):

Natureza da Receita	Fonte	Valor da LOA/99	Reestimativa	Excesso
FGPC				
1711.01.01 - Transferência de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional	100	-	85.380.000	85.380.000
FND				
1322.00.00 - Dividendos	250	-	53.144.000	53.144.000
<b>TOTAL</b>		-	<b>138.524.000</b>	<b>138.524.000</b>

6. O pleito, no valor total de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), deverá ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, mediante Projeto de Lei de crédito especial, por se tratar de atendimento de despesas para as quais não constam dotações consignadas na atual Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e o disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 445 DE 25 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Ausência de previsão orçamentária na programação do FND/MDIC, para apoio à iniciativa privada, mediante o fornecimento de recursos a serem utilizados para empréstimos destinados à realização de investimentos, inclusive a projetos contidos na segunda versão do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO II;

Utilização de recursos, pelo FGPC/MDIC, com a finalidade de garantir o aval necessário para facilitar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito de médio e longo prazo, além de garantir o crédito para empresas de médio porte que exportem diretamente ou que forneçam seus produtos para outras empresas exportadoras de qualquer porte.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão de dotações no orçamento vigente.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

Valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais) proveniente de:

FND - incorporação de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1998, no montante de R\$ 214.631.000,00;

- excesso de arrecadação proveniente dos dividendos das ações da Eletrobrás, no montante de R\$ 53.144.000,00;

FGPC - incorporação de valores obtidos com a aplicação do art. 2º, da Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os recursos não reclamados correspondentes às contas de depósitos não recadastradas, no montante de R\$ 85.380.000,00.



**5. Razões que justificam a urgência:**

--

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.
---------

**7. Alterações propostas: ( a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

**PROJETO DE LEI Nº 42, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 353.155.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1998, no valor de R\$ 214.631.000,00 (duzentos e quatorze milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), e da incorporação de excesso de arrecadação, proveniente de dividendos das ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, no valor de R\$ 53.144.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quarenta e quatro mil reais), ambos do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e

II – excesso de arrecadação, proveniente do saldo das contas inativas e não recadastradas, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, relativas ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, no valor de R\$ 85.380.000,00 (oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, de acordo com o Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE - FGPC

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	E N S F	ID	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					85.380.000			214.000		85.166.000	
ADMINISTRAÇÃO					214.000			214.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					214.000			214.000			
03 007 0021 4000 CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					214.000			214.000			
PROVER RECURSOS PARA GARANTIR O RISCO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DESTINADO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					214.000			214.000			
03 007 0021 4000 0003 SERVIÇO DE AUDITORIA E CONTROLE	F	90		100	85.166.000			214.000		85.166.000	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					85.166.000					85.166.000	
COMERCIALIZAÇÃO					85.166.000					85.166.000	
03 008 0023 4000 CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					85.166.000					85.166.000	
PROVER RECURSOS PARA GARANTIR O RISCO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DESTINADO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					85.166.000					85.166.000	
03 008 0023 4000 0001 CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	F	90		100	85.166.000					85.166.000	
TOTAL FISCAL					85.380.000			214.000		85.166.000	

## ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
 28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			53.144.000
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		53.144.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		53.144.000	
1322.00.00 DIVIDENDOS	FIS	53.144.000		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			214.631.000
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		214.631.000	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		214.631.000	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	214.631.000		
TOTAL FISCAL				267.776.000

## ANEXO II

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE - FOPC

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			85.380.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		85.380.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		85.380.000	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	85.380.000		
TOTAL FISCAL				85.380.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### **LEI Nº 9.526, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1997**

*Dispõe sobre recursos não reclamados correspondentes às contas de depósitos não recadastrados, e dá outras providências.*

**Art. 2º** Decorrido o prazo de que trata o § 3º do artigo anterior, os valores recolhidos não contestados passarão ao domínio da União, sendo repassados ao Tesouro Nacional como receita orçamentária.

**Parágrafo único.** Dos valores a que se refere este artigo sessenta por cento serão destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária e a outros programas de natureza social, na forma estabelecida em regulamento que vier a ser baixado pelo Poder Executivo, e quarenta por cento constituirão receitas do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

### **LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999, e dá outras providências**

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

**§ 2º** Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

**§ 3º** Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

**§ 4º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 5º** Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 6º** Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**§ 7º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conte-

rão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

## LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

*Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

## LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.*

## MENSAGEM Nº 1.062, DE 1999-CN (nº 1.587/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações do orçamento vigente".

Brasília, 28 de outubro de 1999.





EM nº 452 /MP

Brasília, 25 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em favor da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

2. A solicitação em pauta visa a permitir a continuidade do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA, que trata da distribuição de cestas básicas às famílias carentes.

3. Tendo em vista as dificuldades econômicas e a necessidade de cumprimento das metas fiscais, a atual Lei Orçamentária aprovou recursos no valor de R\$ 48.271.277,00 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e sete reais) para o referido Programa. Tradicionalmente, o PRODEA vem se utilizando de estoques públicos, além da aquisição direta no mercado convencional, como forma de alcançar níveis adequados de atendimento.

4. Posteriormente, face aos baixos estoques hoje existentes na CONAB, foi apurada a impossibilidade de que a movimentação desses estoques públicos pudesse complementar a distribuição de cestas, de modo que o programa alcançasse a totalidade dos Municípios definidos pelo Programa Comunidade Solidária, bem como das aldeias indígenas carentes, como passíveis de atendimento. Face a esta condição, por proposta de Vossa Excelência, o Congresso Nacional, por meio da Lei nº 9.806, de 2 de julho de 1999, abriu crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o que elevou a capacidade de atendimento total de cestas para 9.741,2 mil.

5. No entanto, mesmo com o aludido reforço, o PRODEA encontra-se, ainda, distante de atingir a almejada meta, visto que nos dois últimos exercícios foram distribuídas, respectivamente, 14.63,7 mil e 19.043,0 mil cestas. Com isso, a efetivação desse novo crédito de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) elevará a capacidade de atendimento para 14.691,6 mil cestas e dotará o programa com recursos orçamentários que permitirá o alcance dos seus objetivos, mesmo que perdurem as restrições de movimentação de estoques públicos.

6. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, por não se enquadrar nas autorizações concedidas ao Poder Executivo pelo art. 6º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, estando o mesmo em consonância com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, da Constituição.

7. Ressalte-se que os recursos necessários ao atendimento do pleito são oriundos do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional, classificado na fonte 199 – Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal, conforme demonstra o quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 12º, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 1999).

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da presente solicitação, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 452, DE 25 / 10 /99**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotação orçamentária para cobertura de despesas relacionadas com o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

A abertura do presente crédito é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), provenientes de recursos do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional, classificado na fonte 199 – Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal.

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: ( a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

**Atualização das Estimativas de Receita - 1999**  
(art. 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998)

DISCRIMINAÇÃO	1999		RS milhões
	LEI (a)	REPROGRAMADO (b)	EXCESSO OU FICHAÇÃO c=(b-a)
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>200.929,4</b>	<b>219.799,9</b>	<b>18.870,6</b>
Receita Administrada	119.641,4	134.975,9	15.334,5
Imposto sobre a Importação	6.336,6	7.194,7	1.158,1
Imposto sobre a Exportação	2,2	2,5	0,3
Imposto s/n Renda e Proventos de Qualquer Natureza	36.678,2	44.896,0	8.217,8
Imp. s/ Operações de Crédito, Câmbio e Seguro	3.357,8	5.542,0	2.184,2
Imposto s/ Produtos Industrializados	16.161,5	16.939,5	828,0
Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	124,5	247,2	122,7
Contribuição Provisória s/ Movimentação Financeira	9.020,3 <sup>(1)</sup>	9.020,3	0,0
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	26.937,1	30.309,0	3.371,9
Contribuição para o PIS e o PASEP	7.883,0	9.707,0	1.824,0
Contribuição Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas	7.159,1	6.432,7	-726,4
Contribuição p/ Plano de Seguridade Social dos Servidores	5.238,6	3.715,1	-1.523,5
Contribuições p/ Desenv. e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	405,9	431,7	25,8
Outras Receitas Administradas	336,6	186,2	-150,4
Demais Receitas	2.817,8	4.370,2	1.552,4
Particip. e Dividendos	985,2	1.877,0	891,8
Providência	48.824,5	48.560,6	-263,9
Salário Educação	2.767,0	2.400,6	-366,4
Concessões	8.084,4	9.387,0	1.302,6
Parcela de Preço Específica	4.950,0	3.246,0	-1.704,0
Diretamente Arrecadadas - Genúnas	5.634,9	6.421,0	786,1
Diretamente Arrecadadas - Financeiras	7.224,2	8.561,0	1.337,4
<b>II - Transferências Constitucionais</b>	<b>24.583,4</b>	<b>28.781,7</b>	<b>4.198,2</b>
FPM/FPE/PI EE + Transferência do Imp. de Renda aos Municípios	22.928,1	27.028,5	4.100,4
FNE/FNO/FCO	1.369,2	1.622,8	253,7
Demais	286,2	130,3	-155,9
<b>III - Resultado Líquido (I-II)</b>	<b>176.345,9</b>	<b>191.018,2</b>	<b>14.672,3</b>

(1) Deduzido o valor de R\$ 6.378,4 milhões referentes ao cancelamento da fonte condicionada (art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27/07/98).

## PROJETO DE LEI Nº 43, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações do orçamento vigente.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação do Tesouro Nacional, classificado na fonte 199 – Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica alterada a receita da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, no montante especificado no Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Nº 1.00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D O	U S O	F F E	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA					50 000 000			50 000 000			
ASSISTÊNCIA					50 000 000			50 000 000			
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					50 000 000			50 000 000			
15.001.0227.0229 DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS					50 000 000			50 000 000			
DISTRIBUIR GRATUITAMENTE ALIMENTOS À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ATENDENDO PRIORITARIAMENTE FAMILÍAS COM MÚLTIPLOS CASOS DE POBREZA, DO COMUM DA SOLIDARIEDADE, TRANSUNIDADES RURAIS SEM TERMO LOCALIZADOS EM CAMPAMENTOS DISTRIBUÍDOS PELO INTERIORE E COMUNITADES INDÍGENAS CARENTES.											
ALIMENTO DISTRIBUÍDO (1) - 400.000											
15.001.0227.4379.0001 OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	S	90	O	199	2 676 000			2 676 000			
					2 676 000			2 676 000			
					2 676 000			2 676 000			
					2 676 000			2 676 000			
15.001.0227.4379.0002 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	S	90	O	199	47 324 000			47 324 000			
ALIMENTO DISTRIBUÍDO (1) - 400.000					47 324 000			47 324 000			
					47 324 000			47 324 000			
					47 324 000			47 324 000			
					47 324 000			47 324 000			
TOTAL SEGURIDADE					50 000 000			50 000 000			

AS QUANTIDADES DOS MESES REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO 11

ACRESCIMO

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			50.000.000
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	SEG		50.000.000	
1710.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	SEG		50.000.000	
1711.01.50	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	SEG	50.000.000		
TOTAL SEGURIDADE					50.000.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**Lei n. 9.806 de 2 de julho de 1999**  
D.O. 126 de 5-7-1999 pág. 3

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.

**Lei n. 9.789 de 23 de fevereiro de 1999**  
D.O. 36 de 24-2-1999 pág. 1

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;

c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;

d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII - destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;



**IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas à Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.**

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### **LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

**Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.**

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

#### **LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999, e dá outras providências**

**Art. 12. - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.**

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

Art. 60. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária anual para sanção do Presidente da República, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção presidencial à lei orçamentária anual, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até cem por cento das dotações relativas aos novos subprojetos;

II – de até sessenta por cento das dotações relativas aos subprojetos em andamento;

III – de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subprojetos em andamento;

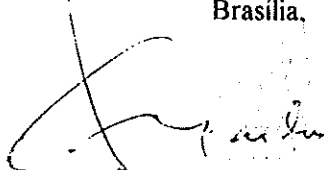
V – dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

**MENSAGEM Nº 1.063, DE 1999-CN**  
(nº 1.588/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9.849.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento".

Brasília, 23 de outubro de 1999.



**EM nº 453 /MP**

Brasília, 25 de outubro de 1999.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor

de R\$ 9.849.000,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais), em favor do Ministério do Meio Ambiente.

2. A solicitação em pauta objetiva a cobertura de gastos relativos à manutenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e de suas unidades descentralizadas, sendo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) provenientes de excesso de arrecadação de recursos próprios e R\$ 3.849.000,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais) referentes a excesso de arrecadação do Tesouro Nacional, conforme demonstrado abaixo e no quadro anexo, respectivamente, em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 1999):

ÓRGÃO/UNIDADE	NATUREZA	FT.	L E I		EXCESSO ARRECAD.
			1999	REESTIM.	
<b>44201 – IBAMA</b>		<b>TT</b>	<b>47.634.114</b>	<b>53.892.066</b>	<b>6.257.952</b>
	14.10.00.00	250	16.050.000	10.881.844	-5.168.156
	16.00.13.00		31.584.114	43.010.222	11.426.108

3. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por não atender ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.789 de 1999, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 453 , DE 25 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de recursos orçamentários adicionais para atender a despesas com a manutenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e de suas unidades descentralizadas.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999).

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 9.849.000,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais), sendo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) provenientes de excesso de arrecadação de recursos próprios e R\$ 3.849.000,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais) referentes a excesso de arrecadação do Tesouro Nacional.

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

**Atualização das Estimativas de Receita - 1999**  
**(art. 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998)**

DISCRIMINAÇÃO	1999		R\$ milhões
	LEI (a)	MENSAGEM (b)	EXCESSO OU FRUSTRAÇÃO c=(b-a)
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>200.929,4</b>	<b>219.799,9</b>	<b>18.870,5</b>
Receita Administrada	119.641,4	134.975,9	15.334,5
Imposto sobre a Importação	6.336,6	7.494,7	1.158,1
Imposto sobre a Exportação	2,2	2,5	0,3
Imposto s/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	36.678,2	44.898,0	8.219,8
Imp. s/ Operações de Crédito, Câmbio e Seguro	3.357,8	5.542,0	2.184,2
Imposto s/ Produtos Industrializados	16.161,5	16.989,5	828,0
Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	124,5	247,2	122,7
Contribuição Provisória s/ Movimentação Financeira (1)	9.020,3	9.020,3	0,0
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	26.937,1	30.309,0	3.371,9
Contribuição para o PIS e o PASEP	7.883,0	9.707,0	1.824,0
Contribuição Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas	7.159,1	6.432,7	-726,4
Contribuição p/ Plano de Seguridade Social dos Servidores	5.238,6	3.715,1	-1.523,5
Contribuições p/ Desenv. e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	405,9	431,7	25,8
Outras Receitas Administradas	336,6	186,2	-150,4
Demais Receitas	2.817,8	4.370,2	1.552,4
Particip. e Dividendos	985,2	1.877,0	891,8
Previdência	48.824,5	48.560,6	-263,9
Salário Educação	2.767,0	2.400,6	-366,4
Concessões	8.084,4	9.387,0	1.302,6
Parcela de Preço Específica	4.950,0	3.246,0	-1.704,0
Diretamente Arrecadadas - Genuínas	5.634,9	6.421,0	786,1
Diretamente Arrecadadas - Financeiras	7.224,2	8.561,6	1.337,4
<b>II - Transferências Constitucionais</b>	<b>24.583,4</b>	<b>28.781,7</b>	<b>4.198,2</b>
FPM/FPE/IFI-EE + Transferência do Imp. de Renda aos Municípios	22.928,1	27.028,5	4.100,4
FNE/FNO/FCO	1.369,2	1.622,8	253,7
Demais	286,2	130,3	-155,9
<b>III - Resultado Líquido (I-II)</b>	<b>176.345,9</b>	<b>191.018,2</b>	<b>14.672,3</b>

(1) De acordo com o art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27/07/98.

# PROJETO DE LEI Nº 44, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9.849.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9.849.000,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação de recursos próprios e do Tesouro Nacional.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, na forma indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

09 1,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	U S O	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					9.819.000			9.819.000			
ADMINISTRAÇÃO					9.819.000			9.819.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					9.819.000			9.819.000			
03 007 0031 4900					9.819.000			9.819.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES NECESSÁRIAS PARA A											
MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ÓRGÃO,											
VOLUNTARIOS E AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO,											
MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO, SUPERVISÃO,											
DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E											
CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNITARISMO SOCIAL,											
INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE											
FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES,											
ETC.											
03 007 0031 4900 0001					9.819.000			9.819.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					9.819.000			9.819.000			
				100	3.819.000			3.819.000			
				250	6.000.000			6.000.000			
TOTAL FISCAL					9.819.000			9.819.000			

## ANEXO II

ACRESCIMO

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

## RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.000.000
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		6.000.000	
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	6.000.000		
TOTAL FISCAL				6.000.000

## ANEXO II

ACRESCIMO

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

## RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.849.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		3.849.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		3.849.000	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	3.849.000		
TOTAL FISCAL				3.849.000



## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.**

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estabeleço Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999, e dá outras providências

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

Art. 60. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária anual para sanção do Presidente da República, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção presidencial à lei orçamentária anual, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até cem por cento das dotações relativas aos novos subprojetos;

II – de até sessenta por cento das dotações relativas aos subprojetos em andamento;

III – de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subprojetos em andamento;

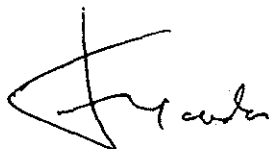
V – dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

### MENSAGEM Nº 1.064, DE 1999-CN (nº 1.599/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 483 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e o Ministério da Fazenda – MF solicitam abertura de crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), em favor da Administração direta do MP e de Encargos Financeiros da União.

2. Os recursos destinados à Administração direta do MP objetivam a regularização do pagamento do “Global Environment Facility” – GEF, em decorrência da variação cambial entre o momento em que o recurso é liberado e o pagamento efetivado, gerando, conseqüentemente, um déficit com os Direitos Especiais de Saque – DES (moeda em que o credor contabiliza o pagamento). Os recursos para fazer face a tais despesas serão provenientes do cancelamento parcial da atividade Sistema de Pessoal Civil da União – SIAPE.

3. O crédito proposto para Encargos Financeiros da União visa ao pagamento de encargos da dívida externa da extinta Nuclebrás, assumida pela União (Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989), junto a fornecedores, uma vez que o pagamento de principal foi realizado em dezembro de 1998, ocasionando, portanto, a presente demanda. Os recursos necessários ao atendimento de tal solicitação são decorrentes da anulação parcial da fonte 100 – Recursos Ordinários, na subatividade Resgate da Dívida Pública Mobiliária Federal, também da mesma Unidade Orçamentária.

4. O pleito deverá ser submetido à apreciação do Congresso Nacional mediante projeto de lei, por se tratar de atendimento de despesas para as quais não constam dotações consignadas na atual Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 483 , DE 28 /outubro /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Ausência de previsão orçamentária para utilização de recursos pela Administração direta do MP na regularização do pagamento do "Global Environment Facility" – GEF, em decorrência da variação cambial entre o momento em que o crédito é liberado e o seu pagamento efetivado, gerando conseqüentemente um déficit com os Direitos Especiais de Saque – DES (moeda em que o credor contabiliza o pagamento);

Ausência de previsão orçamentária, na Unidade Orçamentária Encargos Financeiros da União – EFU, para pagamento de encargos da dívida externa da extinta Nuclebrás, assumida pela União (Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989), junto a fornecedores.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão de categoria de programação no orçamento vigente.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), mediante o cancelamento parcial de dotação orçamentária, conforme abaixo:

- MP, atividade 4959.0063 – Sistema de Pessoal Civil da União – SIAPE, no valor de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais);
- EFU, subatividade 2200.0008 – Resgate da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**5. Razões que justificam a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: ( a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual

Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

# PROJETO DE LEI Nº 45, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00, para os fins que especifica.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

R\$ 1,00

ANEXO I					CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS						
ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D D	ID USO	FIE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					281.000			281.000			
POLÍTICA EXTERIOR					281.000			281.000			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					281.000			281.000			
0.072.0111.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					281.000			281.000			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR MEIOIS DE ORDEM POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.											
0.072.0111.2017.0125 GLOBAL ENVIRONMENTAL FACILITY	F	72	0	1/5	281.000			281.000			
					281.000			281.000			
					281.000			281.000			
					281.000			281.000			
TOTAL FISCAL					281.000			281.000			

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO  
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

## ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					30.000		30.000				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					30.000		30.000				
DÍVIDA EXTERNA					30.000		30.000				
03.008.0034.2027 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO					30.000		30.000				
CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS.											
03.008.0034.2027.0009	F	90	0	100	30.000		30.000				
DÍVIDAS EXTERNAS DA EX-TINTA NUCLEBRAS E SUAS SUBSÍDIO., JUNTO A FORNECEDORES, ASSUMIDAS P/UNIÃO (LEI 7862/89)					30.000		30.000				
					30.000		30.000				
					30.000		30.000				
TOTAL FISCAL					30.000		30.000				

47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47101 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

R\$ 1,00

## ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					261.000			261.000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					261.000			261.000			
ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					261.000			261.000			
03.009.0043.4999					261.000			261.000			
SISTEMAS INFORMATIZADOS SETORIAIS											
IMPLEMENTAR, MANTER E GERENCIAR OS DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESPECIALIZADOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, EXECUTADOS PELO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.											
03.009.0043.4999.0063	F	90	0	199	261.000			261.000			
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA UNIÃO - SIAPE					261.000			261.000			
					261.000			261.000			
					261.000			261.000			
TOTAL FISCAL					261.000			261.000			



71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO  
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	S	M	D	FEE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						30.000		30.000				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						30.000		30.000				
DÍVIDA INTERNA						30.000		30.000				
03.008.0033.7200						600		30.000				
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL												
ATENDER AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERIORS E/OU EXTERIORS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL, OU AO SEU REFINANCIAMENTO												
03.008.0033.7200.0008	F					30.000		30.000				
RESGATE DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL						30.000		30.000				
						30.000		30.000				
					100							
TOTAL FISCAL						30.000		30.000				

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### LEI Nº 7.862, DE 30 DE OUTUBRO DE 1989

*Dispõe sobre a absorção, pela União, de obrigações da Nuclebrás e de suas subsidiárias, da Infaz, do BNCC e da RFFSA e dá outras providências.*

### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

.....

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.**

**MENSAGEM Nº 1.065, DE 1999-CN**  
(nº 1.600/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.984.260,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 488 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Justiça Eleitoral e o Ministério Público da União solicitam a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor global de R\$ 1.984.260,00 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais).

2. As suplementações em pauta visam a permitir a realização de reparos e reformas no Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, bem como de despesas de custeio (energia elétrica, água, luz, telefone e contratos de limpeza) no Ministério Público Federal – MPF.
3. O crédito proposto justifica-se em virtude dos cortes ocorridos à época do encaminhamento da Proposta Orçamentária para o corrente exercício ao Congresso Nacional.
4. Os recursos necessários ao atendimento do crédito são provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos. Ressalte-se, ainda, que, no caso do MPF, os cancelamentos oferecidos refletem em desaceleração na programação da construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República e que os recursos disponibilizados pelo TSE provêm da postergação, para o ano 2002, da construção da nova sede do TSE.
5. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por não atender ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.
6. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 488 , DE 28 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço nas dotações da Justiça Eleitoral para cobrir gastos com reparos e reformas. No âmbito do Ministério Público Federal, a suplementação proposta objetiva o atendimento de despesas de custeio (energia elétrica, água, luz, telefone, contratos de limpeza).

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

A alternativa é única para o problema apresentado.

**4. Custos:**

R\$ 1.984.260,00 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais).

**5. Razões que justificam a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:****PROJETO DE LEI Nº 46, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.984.260,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.984.260,00 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## **ANEXO I**

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM S O F D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURRS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
JUDICIARIA										
ADMINISTRACAO.										
ADMINISTRACAO GERAL				434.260			434.260			
02.007.0021.4000				434.260			434.260			
COORDENACAO E MANUTENCAO GERAL				434.260			434.260			
ASSESSUAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENCAO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇAO, CONTROLE, PATRIMONIO, PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO, MODERNIZACAO, AGUAS ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO SUPERIOR, DOCUMENTACAO, PATRIMONIO, PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO E CONTROLE, ASSUNTOS JURIDICOS, COMUNICACAO SOCIAL, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTACAO, INFORMATICA E FORMAS E ADAPTACOES DE IMOVEIS, TELECOMUNICACOES, ETC.										
- AREA REFORMADA (M2) = 3.014										
02.007.0021.4000.0003	F	40		434.260			434.260			
REPAROS, REFORMAS E ADAPTACOES DE IMOVEIS		0		434.260			434.260			
- AREA REFORMADA (M2) = 3.014		100		434.260			434.260			
TOTAL FISCAL				434.260			434.260			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL
--

334000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO  
334101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

34100 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO  
34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

## ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	CODIGO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMBRESSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUDICIARIA			1.950.000			1.950.000			
ADMINISTRACAO			1.950.000			1.950.000			
ADMINISTRACAO GERAL			1.950.000			1.950.000			
02.007.0021.4900 COORDENACAO E MANUTENCAO GERAL			1.950.000			1.950.000			
ASSIGUAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENCAO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS DO ORGAO, VOLTADAS AS AÇÖES DE PESSOAL, ADMINISTRACAO, PATRIMONIO, PLANEJAMENTO, DOCUMENTACAO, CONTROLE, ASSUNTOS, COMUNICACAO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.									
02.007.0021.4900.0001 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ADMINISTRACAO GERAL	F 90 Q 100		1.950.000 1.950.000 1.950.000 1.950.000			1.950.000 1.950.000 1.950.000 1.950.000			
TOTAL FISCAL			1.950.000			1.950.000			

14000 – JUSTIÇA ELEITORAL  
14101 – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EM S F D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA										
PROCESSO JUDICIARIO				434.260				434.260		
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS				434.260				434.260		
02.004.0035.1003				434.260				434.260		
CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS										
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE										
ATENDIMENTO AS NECESSIDADES										
- AREA CONSTRUÇÃO (M2) = 4.000										
02.004.0035.1003.2615	F	00	0	434.260				434.260		
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO-SEDE				434.260				434.260		
- AREA CONSTRUÇÃO (M2) = 4.000				434.260				434.260		
TOTAL FISCAL				434.260				434.260		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

34000 – MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO  
34101 – MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EM S F D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA										
PROCESSO JUDICIARIO				1.550.000				1.550.000		
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS				1.550.000				1.550.000		
02.004.0035.1003				1.550.000				1.550.000		
CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS										
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE										
ATENDIMENTO AS NECESSIDADES										
- AREA CONSTRUÇÃO (M2) = 25.000										
02.004.0035.1003.1865	F	00	0	1.550.000				1.550.000		
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO-SEDE				1.550.000				1.550.000		
- AREA CONSTRUÇÃO (M2) = 25.000				1.550.000				1.550.000		
TOTAL FISCAL				1.550.000				1.550.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

- a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;
- b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

- a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;
- b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;
- c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;
- d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII - destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;



IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

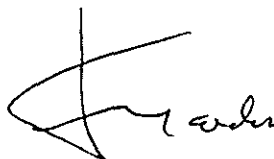
§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

MENSAGEM Nº 1.066, DE 1999-CN  
(nº 1.601/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 466/MP

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Senado Federal - SF e a Presidência da República - PR solicitam a abertura de crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), em favor da Administração direta do Senado Federal e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PR, conforme detalhado a seguir:

R\$ 1,00			
Itens	Natureza	Suplementação	Cancelamento
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>			
- Senado Federal			
4900.0001 – Manutenção dos Serviços de Administração Geral	Corrente		62.494
2023.0009 – Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	Corrente	62.494	
<b>Subtotal</b>		<b>62.494</b>	<b>62.494</b>
<b><u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u></b>			
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU			
3435.2085 – Conclusão de Obras Contratadas nos Exercícios de 1997 e 1998 no Âmbito do Programa Habitar-Brasil	Capital		531.042
3435.2601 – Melhoria das Condições Habitacionais em Maraiá – PE	Capital	26.500	
3435.2603 – Melhoria das Condições Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais em Florianópolis ( Via Expressa) – SC	Capital	504.542	
<b><u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (cont.)</u></b>			
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU			
3421.0545 – Conclusão de Obras Contratadas nos Exercícios de 1997 e 1998 no Âmbito do Programa Pró-Infra	Capital		1.770.000
3421.1423 – Ações de Desenvolvimento Urbano em Eusébio – CE	Capital	270.000	
3421.1427 – Ações de Desenvolvimento Urbano em Campo Belo – MG	Capital	1.500.000	
<b>Subtotal</b>		<b>2.301.042</b>	<b>2.301.042</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.363.536</b>	<b>2.363.536</b>

2. Cumpre esclarecer que as modificações promovidas destinam-se a atender aos seguintes objetivos, discriminados por unidade orçamentária:

a) Senado Federal

• Senado Federal

Permitir a inclusão de nova programação visando à cobertura de despesas decorrentes do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, voltado à divulgação dos trabalhos realizados pelos

parlamentares, mediante intercâmbio com outros Países, especialmente os da Comunidade Latino-Americana.

b) Presidência da República

• Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU

Possibilitar o repasse de recursos, no âmbito dos Programas Habitar-Brasil e Pró-Infra, para Municípios não incluídos na Lei Orçamentária de 1999.

3. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de crédito especial, face ao atendimento de despesas para as quais não constam dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARIUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 466 DE 27 / 10 / 1999**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Inexistência de categorias de programações na Lei Orçamentária, das unidades orçamentárias Senado Federal e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU, para atender a despesas justificadas na Exposição de Motivos.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão de categorias de programações no orçamento vigente.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

## 4. Custos:

R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais)

## 5. Razões que justifiquem a urgência:

## 6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

## 7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual

Texto Proposto

## 8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

**PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações no valor global de R\$ 2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS				CREDITO ESPECIAL			
ANEXO I										R\$				R\$			
ESPECIFICAÇÃO										TOTAL				TOTAL			
ASSISTENCIA E EVOLVENCIA										62.494				62.494			
ASSISTENCIA										62.494				62.494			
ASSISTENCIA FINANCEIRA										62.494				62.494			
15.081.0031.2023										62.494				62.494			
PROPORCIONAL A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM										62.494				62.494			
FINS LUCRATIVOS, A FIM DE QUE POSSAM CUMPRIR SUAS										62.494				62.494			
MISSÕES FILANTROPICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS.										62.494				62.494			
15.081.0031.2023.0009										62.494				62.494			
GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR										62.494				62.494			
TOTAL FISCAL										62.494				62.494			
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA																	
20117 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO																	
ANEXO I																	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										R\$				R\$			
ESPECIFICAÇÃO										TOTAL				TOTAL			
HABITAÇÃO E URBANISMO										2.301.042				2.301.042			
HABITAÇÃO										531.042				531.042			
HABITAÇÕES URBANAS										531.042				531.042			
10.057.0316.3420										531.042				531.042			
MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS																	
MELHORIA AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, POR MEIO DE SALÁRIOS MÍNIMOS, RESIDENTES EM ÁREAS SEM CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA, LOCALIZADAS EM ÁREAS COM ELEVADO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE PRECÁRIO HABITACIONAL, COM O OBJETIVO DE MELHORIA DE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA, POR MEIO DE INTERVENÇÕES COMUNITARIAS, SOLIDARIAS, E IMPLEMENTAR AÇÕES INTEGRADAS, VOLTADAS PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA.										2.301.042				2.301.042			
10.057.0316.3420.2601										26.500				26.500			
MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS EM FLUMINÓPOLIS (VIA EXPRESSA) - SC										26.500				26.500			
10.057.0316.3420.2603										504.542				504.542			
MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS EM FLUMINÓPOLIS (VIA EXPRESSA) - SC										504.542				504.542			
URBANISMO										1.770.000				1.770.000			
PLANEJAMENTO URBANO										1.770.000				1.770.000			
10.058.0323.3421																	
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO																	
ELABORAR, ESCUTAR E AVALIAR POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, DECENTRALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS, FOMENTO ÀS INICIATIVAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDUÇÃO DAS DISPARIDADES URBANAS.																	
FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) - 600																	
10.058.0323.3421.1427										270.000				270.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM LUSEBIO - CE										270.000				270.000			
10.058.0323.3421.1427										270.000				270.000			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAMPO BELO - MG										1.000.000				1.000.000			
FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) - 600										1.000.000				1.000.000			
TOTAL FISCAL										2.301.042				2.301.042			

220000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
220117 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**20117 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

## **ANEXO II**

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EMP	MOD	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	E ENC. VIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
HABITAÇÃO E URBANISMO											
HABITAÇÃO											
HABITAÇÕES URBANAS											
10 057 0316 3435 MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS					2.301.042				2.301.042		
MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO COM RENDA FAMILIAR MENOR DE R\$ 100,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) ANUAL, MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA, LOCALIZAÇÕES EM MUNICÍPIOS COM ELEVADO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO NESTAS CONDIÇÕES OU EM MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMPLEXO DE INTERIORES DO PARANÁ, E IMPLEMENTAR AÇÕES COMUNITÁRIAS, SOLIDARIAS, E INTER-SETORIAIS, APOIANDO AS SOLICITAÇÕES PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA.					531.042				531.042		
10 057 0316 3435 2095 CONDIÇÕES DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA HABITAR-BRASIL				100	531.042				531.042		
URBANISMO											
PLANEJAMENTO URBANO											
10 058 0323 3421 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO					1.770.000				1.770.000		
ELABORAR, EXECUTAR E AVALIAR POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, PESQUISA, PROJEÇÃO, PLANEJAMENTO DA GESTÃO URBANA, INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E REDUÇÃO DAS DISPARIDADES URBANAS.					1.770.000				1.770.000		
10 058 0323 3421 0045 CONCLUSÃO DE OBRAS CONTRATADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PHO-INFERA				100	1.770.000				1.770.000		
TOTAL					2.301.042				2.301.042		

## 02000 - SENADO FEDERAL

## 02101 - SENADO FEDERAL

## 11 DX3NT

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

[illegible]

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### **LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estarei Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

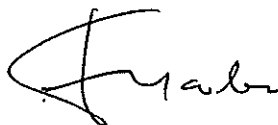
### **MENSAGEM Nº 1.067, DE 1999-CN**

(nº 1.602/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.



Brasília, 29 de outubro de 1999.

EM nº 480 /MP

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Justiça do Distrito Federal e dos Territórios solicita a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor de R\$ 4.855.000,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais).

2. As suplementações em pauta visam a atender a despesas com assistência médica, auxílio alimentação aos servidores e indenização de transporte aos oficiais de justiça, em virtude de provimento de cargos vagos, do aumento dos custos dos serviços médicos, bem como de alteração de natureza de despesa sem a inclusão na programação de gastos para o presente exercício.
3. Os recursos necessários ao atendimento do crédito são provenientes da incorporação parcial de excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional.
4. O quadro anexo demonstra, em atendimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), a atualização da estimativa das receitas para o corrente exercício, evidenciando, assim, a viabilidade da utilização de excesso de arrecadação.
5. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por não atender ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.



6. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 480, DE 28 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço nas dotações da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para fazer face a despesas com benefícios aos servidores (vale-transporte e assistência médica) e indenização de transporte aos oficiais de justiça, em função de novas contratações, do aumento dos custos dos serviços médicos e de alteração de natureza de despesa sem a inclusão na programação de gastos para o presente exercício.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante Projeto de Lei, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

A alternativa é única para o problema apresentado.

**4. Custos:**

R\$ 4.855.000,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais).

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

**PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1999-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.000,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação parcial do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional – Fundo de Estabilização Fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.



## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei  
orçamentária de 1999, e dá outras providências**

.....

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

**§ 2º** Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

**§ 3º** Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

**§ 4º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 5º** Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 6º** Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**§ 7º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

**§ 8º** O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o  
exercício financeiro de 1999.**

.....

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "investimentos financeiros", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

- a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;
- b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

- a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;
- b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;
- c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;
- d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas à Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

**MENSAGEM Nº 1.068, DE 1999-CN**  
(nº 1.603/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 465 /MP**

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), em favor da Administração direta deste Ministério.

2. O crédito pleiteado destina-se à manutenção das últimas cinco embarcações que ainda fazem parte do patrimônio remanescente da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, e que foram objeto de arresto por parte da Justiça Federal. O arresto não impede que o Administrador, cuja competência e atribuições foram definidas no Decreto nº 2.358, de 30 de outubro de 1997, realize os leilões, porém, a Advocacia Geral da União – AGU só permite a realização de tais leilões após resolvidas todas as pendências judiciais, o que implica gastos com salário do Administrador, combustíveis, vigilância, conservação, limpeza, reparos, etc.

3. Os recursos necessários ao atendimento da presente solicitação são oriundos de transferência, para a União, da receita da venda de parte do patrimônio da extinta Companhia, de acordo com a Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998, configurando-se, portanto, como excesso de arrecadação, demonstrado a seguir, em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 99):

Natureza da Receita	Fonte	Valor da LOA/99	Reestimativa	Excesso
2219,00.00 – Alienação de Outros Bens Móveis	150	-	5.400.000	5.400.000
<b>TOTAL</b>		-	<b>5.400.000</b>	<b>5.400.000</b>

4. Este pleito deverá ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei de crédito especial, por se tratar de atendimento de despesas para as quais não constam dotações consignadas na atual Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e o disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## **ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 465 DE 27 /outubro /99.**

### **1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de utilização de recursos pela Administração direta do MP na manutenção dos equipamentos advindos da incorporação da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS.

### **2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão de dotações no orçamento vigente, para que o Administrador da extinta Companhia possa realizar despesas com a manutenção das últimas cinco grandes embarcações que ainda fazem parte de seu patrimônio e que foram arrestadas pela Justiça Federal.

### **3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.



**4. Custos:**

Valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) proveniente da transferência, para a União, do excesso de arrecadação advindo da venda de parte dos ativos da extinta Lloydbras, de acordo com a Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998.

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: ( a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

**PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação, proveniente da venda de parte do ativo da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de

de 1999.

47000 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47101 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

CREDITO ESPECIAL											
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
ANEXO I											
ESPECIFICAÇÃO	E F	S D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					5.400.000			5.400.000			
ADMINISTRAÇÃO					5.400.000			5.400.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					5.400.000			5.400.000			
03.007.0021.6186					5.400.000			5.400.000			
DESPESAS DE MANUTENÇÃO RECORRENTES DA SITUAÇÃO DA											
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO-LLOYDBRAS											
ASSEGUARAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A											
LICITAÇÃO DA LLOYDBRAS											
03.007.0021.6186.0003					5.400.000			5.400.000			
LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO -					5.400.000			5.400.000			
LLOYDBRAS					5.400.000			5.400.000			
TOTAL FISCAL				130	5.400.000			5.400.000			

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### DECRETO Nº 2.358, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997

*Dispõe sobre as competências e atribuições do Administrador da massa da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS.*

### LEI Nº 9.617, DE 2 DE ABRIL DE 1998

*Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiros - LLOYDBRAS e dá outras providências.*

### LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999, e dá outras providências**

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

## LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

*Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**Lei n. 9.789 de 23 de fevereiro de 1999**

**D.O. 36 de 24-2-1999 pág. 1**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

## MENSAGEM Nº 1.069, DE 1999-CN (nº 1.604/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 490 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais), em favor do Ministério da Educação.

2. A solicitação em causa visa a permitir a inclusão de dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas não previstas na Lei Orçamentária urgente, conforme detalhamento a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
<b>Ministério da Educação</b>	<b>5.949.717</b>	<b>5.949.717</b>
Contribuição a Entidades de Classes	446.151	0
Participação em Organismos Internacionais	649.440	0
Manutenção de Hospital de Ensino/SUS	4.854.126	0
Cancelamento de Dotações Orçamentárias	0	1.095.591
Excesso de Arrecadação de Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	3.517.626
Excesso de Arrecadação de Receita de Convênios	0	1.306.800
Excesso de Arrecadação de Recursos Oriundos de Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0	29.700
<b>TOTAL</b>	<b>5.949.717</b>	<b>5.949.717</b>

3. Os recursos destinados à *Contribuição a Entidades Privadas* e à *Participação em Organismos Internacionais* possibilitarão ao Ministério honrar compromissos relativos ao pagamento de anuidades a entidades de classes e organismos internacionais relacionados nos anexos de suplementação constantes do presente projeto de abertura de crédito.

4. No que se refere à *Manutenção de Hospital de Ensino/SUS*, quando da elaboração da proposta orçamentária para o corrente exercício, não havia previsão de arrecadação de receita própria pelos hospitais. Assim, a proposição de incorporação dos excessos de arrecadação possibilitará a prestação de serviços por parte daquelas entidades com recursos não oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS.

5. O quadro em anexo detalha os excessos de arrecadação das Unidades, atendendo ao disposto no art. 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO/99). Os excessos de arrecadação demonstrados que extrapolam o valor utilizado na presente proposição serão incluídos mediante a solicitação de abertura de crédito suplementar.

6. Os pleitos viabilizar-se-ão mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de crédito especial, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com os arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março 1964.

7. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 490 , DE 28 / 10 / 1999**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Inexistência de categorias de programação orçamentária neste Ministério, para atender às despesas com o pagamento de anuidade a entidades de classe e organismos internacionais, e manutenção de hospital de ensino/SUS.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, em conformidade com o art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com os arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

Do total de R\$ 5.949.717,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais), R\$ 1.095.591,00 (um milhão, noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais), são provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias e R\$ 4.854.126,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e seis reais) do excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, de receitas de convênios e de doações de pessoas ou instituições privadas nacionais.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

7. Alterações Propostas:

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

**PROJETO DE LEI Nº 50, DE 1999-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5.949.717,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 1.095.591,00 (um milhão, noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II - excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, no valor de R\$ 3.517.626,00 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e seis reais);

III - excesso de arrecadação decorrente de receita de convênios, no valor de R\$ 1.306.800,00 (um milhão, trezentos e seis mil e oitocentos reais); e

IV - excesso de arrecadação decorrente da inclusão de receitas de doações de pessoas ou Instituições Privadas Nacionais, no valor de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas de diversas entidades do Ministério da Educação, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de outubro de 1999.

定價 1.00

**CREDITO ESPECIAL**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

RS 1.00

**CREDITO ESPECIAL**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.500			1.500			
- ENSINO MEDIO					1.500			1.500			
* FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO					1.500			1.500			
06.043.0197.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					1.500			1.500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.											
06.043.0197.2496.0015 CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET	#		50	Q	1.500			1.500			
				112	1.500			1.500			
					1.500			1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			



26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.500			1.500			
ENSINO MEDIO					1.500			1.500			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO					1.500			1.500			
08.043.0197.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					1.500			1.500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0197.2496.0015 CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1	F	50	0	112	1.500 1.500 1.500 1.500			1.500 1.500 1.500 1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26213 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.500			1.500			
ENSINO MEDIO					1.500			1.500			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO					1.500			1.500			
08.043.0197.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					1.500			1.500			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0197.2496.0015 CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1	F	50	0	112	1.500 1.500 1.500 1.500			1.500 1.500 1.500 1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			

26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26234 – ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PELOTAS

R\$ 1,00

ANEXO I										CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
ESPECIFICAÇÃO	E M S F	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA				1.500			1.500			
ENSINO MÉDIO				1.500			1.500			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO				1.500			1.500			
08.043.0197.2496				1.500			1.500			
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES										
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE										
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1				1.500			1.500			
08.043.0197.2496.0019	F	50	0	1.500			1.500			
CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE				1.500			1.500			
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFEET				1.500			1.500			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1				1.500			1.500			
TOTAL FISCAL				1.500						

26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26234 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

R\$ 1,00

ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS										
CREDITO ESPECIAL										
ESPECIFICAÇÃO	EM S F	ID O	FTE D USO	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA				308.432			36.000	273.432		
ENSINO SUPERIOR				36.000			36.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO				36.000			36.000			
08.044.0205.2496				36.000			36.000			
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES										
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE										
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.										
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 3										
08.044.0205.2496.0005	F	50	0	15.900			15.900			
CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS -				15.900			15.900			
CRUB				15.900			15.900			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1				15.900			15.900			
08.044.0205.2496.0019	F	50	0	19.600			19.600			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES				19.600			19.600			
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANODIFES				19.600			19.600			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1				19.600			19.600			
08.044.0205.2496.0071	F	50	0	500			500			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM				500			500			
SAÚDE				500			500			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA				500			500			
08.075.0428.4920	F	50	0	273.432				273.432		
MANTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS				273.432				273.432		
APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA										
MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E										
DE INTERNAÇÃO, BEM COMO EXECUTAR O CONTROLE										
DE ENFERMIDADES INFECTO-COMTAGIOSAS E PARASITARIAS,										
OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E ENDÔMICAS.										
08.075.0428.4925.0001	S	50	0	273.432				273.432		
MANTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS				273.432				273.432		
TOTAL FISCAL				308.432			36.000	273.432		
SECURIDADE				36.000			36.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

R\$ 1,00.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAIS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					32.400			32.400			
ENSINO SUPERIOR					32.400			32.400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					32.400			32.400			
08.044.0205.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					2.400			2.400			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.044.0205.2017.0239 ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA - OUI - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1	F	72	0	112	2.400 2.400 2.400 2.400			2.400 2.400 2.400 2.400			
08.044.0205.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					30.000			30.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 2											
08.044.0205.2496.0005 CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS CRUB - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1	F	50	0	112	12.000 12.000 12.000 12.000			12.000 12.000 12.000 12.000			
08.044.0205.2496.0019 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANOIFES - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1	F	50	0	112	18.000 18.000 18.000 18.000			18.000 18.000 18.000 18.000			
TOTAL FISCAL					32.400			32.400			





26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA ANEXO I												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												
ESPECIFICAÇÃO	E F	M D	S O	I D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA						491.356			277.796	213.602		
ENSINO SUPERIOR						35.201			35.201			
ENSINO DE GRADUAÇÃO						35.201			35.201			
08.044.0205.2496						35.201			35.201			
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES												
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE												
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.												
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 4												
08.044.0205.2496.0005	F	50	0		112	15.000			15.000			
CONSELHO DE REitores DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS						15.000			15.000			
GRUB						15.000			15.000			
- ENTIDADE BENEFICIAÇÃO (UNIDADE) - 1						901			901			
08.044.0205.2496.0011	F	50	0		112	901			901			
CONSELHO DE DIRETORES TÉCNICOS DAS UNIVERSIDADES						901			901			
FEDERAIS - CONDOCTUF						901			901			
- ENTIDADE BENEFICIAÇÃO (UNIDADE) - 1						18.000			18.000			
08.044.0205.2496.0019	F	50	0		112	18.000			18.000			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES						18.000			18.000			
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANOIFES						18.000			18.000			
- ENTIDADE BENEFICIAÇÃO (UNIDADE) - 1						1.300			1.300			
08.044.0205.2496.0051	F	50	0		112	1.300			1.300			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA - ABCM						1.300			1.300			
- ENTIDADE BENEFICIAÇÃO (UNIDADE) - 1						1.300			1.300			
SAUDE						456.157			242.555	213.602		
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA						456.157			242.555	213.602		
08.075.0428.4929						456.157			242.555	213.602		
MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS												
APÓIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTENCIA												
MEDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E												
DE INTERNAÇÃO, BEM COMO EXECUTAR O CONTROLE												
DE QUALIDADE DE SERVIÇOS, DE ATIVIDADES E PARASITARIAS,												
OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E ENDÊMICAS.												
08.075.0429.4929.0001	S	90	0		200	456.157			242.555	213.602		
MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS						456.157			242.555	213.602		
TOTAL						491.356			277.796	213.602		
FISCAL						35.201			35.201			
SEGURIDADE						456.157			242.555	213.602		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

R\$ 1,00

## ANEXO I

## CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.683.870			1.683.870			
SAÚDE					1.683.870			1.683.870			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					1.683.870			1.683.870			
08.075.0428.4929 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS					1.683.870			1.683.870			
APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO, BEM COMO EXECUTAR O CONTROLE DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E ENDEMICAS.											
08.075.0428.4929.0001 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS	3		90		1.683.870			1.683.870			
					1.683.870			1.683.870			
				250	1.683.870			1.683.870			
TOTAL SEGURIDADE					1.683.870			1.683.870			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ 1,00

## ANEXO I

## CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.104.167			1.008.846	95.321		
SAÚDE					1.104.167			1.008.846	95.321		
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					1.104.167			1.008.846	95.321		
08.075.0428.4929 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS					1.104.167			1.008.846	95.321		
APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO, BEM COMO EXECUTAR O CONTROLE DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E ENDEMICAS.											
* ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) = 600											
08.075.0428.4929.0001 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS	3		90		1.104.167			1.008.846	95.321		
					1.104.167			1.008.846	95.321		
* ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR TREINADO (PESSOA) = 600					1.104.167			1.008.846	95.321		
TOTAL SEGURIDADE					1.104.167			1.008.846	95.321		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA

R\$ 1,00

## ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	N O D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					20.000			20.000			
ENSINO SUPERIOR					20.000			20.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					20.000			20.000			
08.044.0205.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					20.000			20.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.											
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 2											
08.044.0205.2496.0013 CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CONESP	F	50			5.000			5.000			
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 1				250	5.000			5.000			
08.044.0205.2496.0019 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANODIPES	F	50			15.000			15.000			
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 1				250	15.000			15.000			
TOTAL FISCAL					20.000			20.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

R\$ 1,00

## ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	N O D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					30.000			30.000			
ENSINO SUPERIOR					30.000			30.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					30.000			30.000			
08.044.0205.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					30.000			30.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.											
08.044.0205.2496.0029 SOCIEDADE DE TELEVISÃO DAS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO - UTV	F	50			30.000			30.000			
				250	30.000			30.000			
TOTAL FISCAL					30.000			30.000			



26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26264 – ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
CREDITO ESPECIAL											
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAIS											
ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	I D	F T E	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					9.932			9.932			
Ensino Superior					9.932			9.932			
Ensino de Graduação					9.932			9.932			
08.044.0205.2496					9.932			9.932			
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES											
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2											
08.044.0205.2498.0013					3.580			3.580			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE					3.580			3.580			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					3.580			3.580			
08.044.0205.2498.0019					5.972			5.972			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANOIFES					5.972			5.972			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					5.972			5.972			
08.044.0205.2498.0019					5.972			5.972			
TOTAL FISCAL					9.932			9.932			

26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26269 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										CREDITO ESPECIAL		
										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS		
ESPECIFICAÇÃO										INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA												
SAÚDE												
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA												
08.075.0428.4829												
MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS												
APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE URGÊNCIA, COM EXCEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO, TERAPÊUTICOS, CIRÚRGICOS E OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E ENDÊMICAS.												
- MATERIAL PERMANENTE ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4												
08.075.0428.4020.0001												
MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS												
- MATERIAL PERMANENTE ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4												
TOTAL SEGURIDADE										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.700		
										29.70		



26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

42 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO 1

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	S F	D F	ID D	FTE USD	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA											
ENSINO SUPERIOR											
ENSINO DE GRADUAÇÃO											
08.044.0205.2017					67.921	67.921		67.921			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					67.921	67.921		67.921			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.					67.921	67.921		67.921			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 2					7.600	7.600		7.600			
08.044.0205.2017.0239											
ORGANIZAÇÃO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUT					5.700	5.700		5.700			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					5.700	5.700		5.700			
08.044.0205.2017.0241											
ASSOCIACION UNIVERSITARIA IBEROAMERICANA DE					1.900	1.900		1.900			
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.					1.900	1.900		1.900			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					1.900	1.900		1.900			
08.044.0205.2496					60.321	60.321		60.321			
CONTRIBUICAO A ENTIDADES											
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE											
CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.					26.000	26.000		26.000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 4					26.000	26.000		26.000			
08.044.0205.2496.0005											
CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS					901	901		901			
CRUB					901	901		901			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					901	901		901			
08.044.0205.2496.0011											
CONSELHO DE DIRETORES TECNICOS DAS UNIVERSIDADES					2.874	2.874		2.874			
FEDERAIS - CONDESUP					2.874	2.874		2.874			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					2.874	2.874		2.874			
08.044.0205.2496.0017											
FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISA					30.546	30.546		30.546			
INTERUNIVERSITARIA					30.546	30.546		30.546			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					30.546	30.546		30.546			
08.044.0205.2496.0019											
ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES					30.546	30.546		30.546			
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES					30.546	30.546		30.546			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1					30.546	30.546		30.546			
TOTAL FISCAL					57.921			57.921			

R\$ 1,00

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26274 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					24.400			24.400			
ENSINO SUPERIOR					24.400			24.400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					24.400			24.400			
08.044.0205.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					24.400			24.400			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 7											
08.044.0205.2496.0011 CONSELHO DE DIRETORES TÉCNICOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - CONCOETUF - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	1.000			1.000			
				250	1.000			1.000			
08.044.0205.2496.0019 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	18.000			18.000			
				250	18.000			18.000			
08.044.0205.2496.0070 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	3.000			3.000			
				250	3.000			3.000			
08.044.0205.2496.0049 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO - ABENO - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	300			300			
				250	300			300			
08.044.0205.2496.0051 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA - ABEM - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	1.300			1.300			
				250	1.300			1.300			
08.044.0205.2496.0065 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANGRAD - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	300			300			
				250	300			300			
08.044.0205.2496.0067 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR - ABEAS - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) - 1	F		50	0	500			500			
				250	500			500			
TOTAL FISCAL					24.400			24.400			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					9.692			9.692			
ENSINO SUPERIOR					9.692			9.692			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					9.692			9.692			
08.044.0205.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					9.692			9.692			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE.											
08.044.0205.2496.0019 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES	F		50	0	9.692			9.692			
				112	9.692			9.692			
TOTAL FISCAL					9.692			9.692			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					2.000			2.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0196.2496.0009 CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS - CONDAF	F		50	0	2.000			2.000			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1				112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					2.000			2.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0196.2496.0009 CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS - CONDAF	F		50	0	2.000			2.000			
ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1				250	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

R\$ 1,00

## ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MEDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					2.000			2.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0196.2496.0009 CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS - CONDAF	F	50		0	2.000			2.000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1				112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

R\$ 1,00

## ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MEDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					2.000			2.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0196.2496.0009 CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS - CONDAF	F	50		0	2.000			2.000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1				112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2496 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES					2.000			2.000			
PAGAMENTO A ENTIDADES DE CLASSE NA QUALIDADE DE CONTRIBUINTE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE. - ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1											
08.043.0196.2496.0008 CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS - CONDAF	F	90			2.000			2.000			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1				112	2.000			2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26202 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE ALAGOAS

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.500			1.500			
ENSINO MÉDIO					1.500			1.500			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO					1.500			1.500			
08.043.0197.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					1.500			1.500			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0197.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90			1.500			1.500			
				112	1.500			1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.000			1.000			
ENSINO MEDIO					1.000			1.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO					1.500			1.500			
08.043.0197.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					1.500			1.500			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0197.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	1.500			1.500			
					1.500			1.500			
					1.500			1.500			
					1.500			1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26213 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					1.500			1.000			
ENSINO MEDIO					1.500			1.500			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO					1.500			1.500			
08.043.0197.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					1.500			1.500			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0197.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	1.500			1.500			
					1.500			1.500			
					1.500			1.500			
					1.500			1.500			
TOTAL FISCAL					1.500			1.500			



RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA									
ENSINO MÉDIO									
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO									
04.043.0197.2085	1.500								
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.									
04.043.0197.2085.0034	1.500								
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
	1.500								
TOTAL FISCAL	1.500								

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA									
ENSINO SUPERIOR									
ENSINO DE GRADUAÇÃO									
08.044.0205.2085	36.000								
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.									
08.044.0205.2085.0034	36.000								
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
	36.000								
TOTAL FISCAL	36.000								

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

R\$ 1,00

## ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					662.910			662.910			
ENSINO SUPERIOR					32.400			32.400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					32.400			32.400			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					32.400			32.400			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 4											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	32.400			32.400			
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 4					32.400			32.400			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					630.510			630.510			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					630.510			630.510			
08.078.0485.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					630.510			630.510			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
08.078.0485.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	F	90	0	199	630.510			630.510			
					630.510			630.510			
					630.510			630.510			
					630.510			630.510			
TOTAL FISCAL					662.910			662.910			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

R\$ 1,00

## ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					118.500			118.500			
ENSINO SUPERIOR					118.500			118.500			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					118.500			118.500			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					118.500			118.500			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	118.500			118.500			
					118.500			118.500			
					118.500			118.500			
					118.500			118.500			
TOTAL FISCAL					118.500			118.500			

**26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**  
**26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA**

R\$ 1,00

**ANEXO II**

**CREDITO ESPECIAL**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	10. US\$	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					23.000			23.000			
ENSINO SUPERIOR					23.000			23.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					23.000			23.000			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					23.000			23.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	150	23.000			23.000			
					23.000			23.000			
					23.000			23.000			
					23.000			23.000			
<b>TOTAL FISCAL</b>					23.000			23.000			

**26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO**  
**26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**

R\$ 1,00

**ANEXO II**

**CREDITO ESPECIAL**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	10. US\$	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					35.201			35.201			
ENSINO SUPERIOR					35.201			35.201			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					35.201			35.201			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					35.201			35.201			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	35.201			35.201			
					35.201			35.201			
					35.201			35.201			
					35.201			35.201			
<b>TOTAL FISCAL</b>					35.201			35.201			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA

R\$ 1,00

## ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					20.000			20.000			
ENSINO SUPERIOR					20.000			20.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					20.000			20.000			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					20.000			20.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F		90	0	20.000			20.000			
					20.000			20.000			
					20.000			20.000			
					20.000			20.000			
TOTAL FISCAL				200	20.000			20.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

R\$ 1,00

## ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					30.000			30.000			
ENSINO SUPERIOR					30.000			30.000			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					30.000			30.000			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					30.000			30.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F		90	0	30.000			30.000			
					30.000			30.000			
					30.000			30.000			
					30.000			30.000			
TOTAL FISCAL				200	30.000			30.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26264 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					9.992			9.992			
ENSINO SUPERIOR					9.992			9.992			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					9.992			9.992			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					9.992			9.992			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	9.992			9.992			
					9.992			9.992			
					9.992			9.992			
TOTAL FISCAL					9.992			9.992			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					42.415			42.415			
ENSINO SUPERIOR					42.415			42.415			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					42.415			42.415			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					42.415			42.415			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	250	42.415			42.415			
					42.415			42.415			
					42.415			42.415			
					42.415			42.415			
TOTAL FISCAL					42.415			42.415			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

R\$ 1,00

## ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					67.921			67.921			
ENSINO SUPERIOR					67.921			67.921			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					67.921			67.921			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					67.921			67.921			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	67.921			67.921			
					67.921			67.921			
					67.921			67.921			
					67.921			67.921			
TOTAL FISCAL					67.921			67.921			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26274 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

R\$ 1,00

## ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					24.400			24.400			
ENSINO SUPERIOR					24.400			24.400			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					24.400			24.400			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					24.400			24.400			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	290	24.400			24.400			
					24.400			24.400			
					24.400			24.400			
					24.400			24.400			
TOTAL FISCAL					24.400			24.400			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					9.692			9.692			
ENSINO SUPERIOR					9.692			9.692			
ENSINO DE GRADUAÇÃO					9.692			9.692			
08.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					9.692			9.692			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.044.0205.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	9.692 9.692 9.692			9.692 9.692 9.692			
TOTAL FISCAL					9.692			9.692			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MEDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2.000			2.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0196.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	2.000 2.000 2.000			2.000 2.000 2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MEDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2.000			2.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0196.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	290	2.000 2.000 2.000			2.000 2.000 2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

Novembro de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO

Quinta-feira 4 00099

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2.000			2.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0196.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	2.000 2.000 2.000 2.000			2.000 2.000 2.000 2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2.000			2.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0196.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	2.000 2.000 2.000 2.000			2.000 2.000 2.000 2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.000			2.000			
ENSINO MÉDIO					2.000			2.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO					2.000			2.000			
08.043.0196.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO					2.000			2.000			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.											
08.043.0196.2085.0034 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	F	90	0	112	2.000 2.000 2.000 2.000			2.000 2.000 2.000 2.000			
TOTAL FISCAL					2.000			2.000			



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PARECER/CONJUR/AC/MP/Nº 1641 /99**

**PROCESSO Nº: 03000.003598/99-81**

**EMENTA:** Projeto de Lei para abrir crédito especial aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 5.949.717,00.

Trata-se de analisar o Projeto de Lei sob referência, juntamente com a Exposição de Motivos que o acompanha, visando a abertura de crédito especial em favor do Ministério da Educação, para atender às despesas com Manutenção de Hospital de Ensino/SUS/ e com o pagamento de anuidade a entidades de classe e organismos internacionais, tendo em vista a inexistência de categorias de programação orçamentárias naquele Ministério para essas finalidades, no valor de R\$ 5.949.717,00.

2. Integra o presente processo a informação do Sr. Secretário de Orçamento Federal, contida no Memorando nº 358, de 26.10.99, no sentido de esclarecer *“que o referido pleito será viabilizado mediante projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de crédito especial, face ao atendimento de despesa para as quais não constam dotações consignadas na Lei Orçamentária, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V e VI, da Constituição, combinado com o disposto nos arts. 41, inciso II, e 43, §1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964”*,

3. Os recursos necessários ao atendimento do crédito em questão decorrerão de:

- a) anulação parcial de dotações orçamentárias;
- b) excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados;

- c) excesso de arrecadação decorrente de receita de convênios; e
- d) excesso de arrecadação decorrente da inclusão de receitas de doações de pessoas ou Instituições Privadas Nacionais.

4. O Projeto sob referência, nesta Consultoria Jurídica examinado, evidencia estar conformado aos ditames legais e constitucionais, apresentando-se, igualmente, ao amparo da boa técnica legislativa.

5. Assim sendo, entendo que o processo em tela encontra-se apto a ser submetido à elevada consideração do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 27 de outubro de 1999

  
**Ana Maria Leal Campedelli**  
 Coordenadora-Geral de Acompanhamento Jurídico

De acordo. Restitua-se o presente ao Gabinete do Sr. Ministro.  
 Em 27.10.99.

  
**MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA**  
 Consultor Jurídico

ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			1.104.167
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	SEG		1.104.167	
1600.06.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	SEG	1.104.167		
TOTAL SEGURIDADE					1.104.167

ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			1.683.870
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	SEG		1.683.870	
1600.05.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	SEG	1.683.870		
TOTAL SEGURIDADE					1.683.870

ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			458.157
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	SEG		458.157	
1600.05.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	SEG	458.157		
TOTAL SEGURIDADE					458.157

## ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	SEG			273.432
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	SEG		273.432	
1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	SEG	273.432		
TOTAL SEGURIDADE				273.432

## ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26289 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	SEG			29.700
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SEG		29.700	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	SEG		29.700	
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	SEG	29.700		
TOTAL SEGURIDADE				29.700

ANEXO III

ACRESCIMO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			1.306.800
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	SEG		1.306.800	
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	SEG		1.306.800	
1762.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	SEG	712.800		
1763.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	SEG	594.000		
TOTAL SEGURIDADE					1.306.800

ANEXO IV

REDUÇÃO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			630.610
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		630.610	
1710.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		630.610	
1711.01.60	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	630.610		
TOTAL FISCAL					630.610

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei  
orçamentária de 1999, e dá outras providências**

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

**§ 2º** Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

**§ 3º** Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

**§ 4º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 5º** Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 6º** Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**§ 7º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

**§ 8º** O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

*Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para  
elaboração e controle dos orçamentos e balanços da  
União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

#### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.**

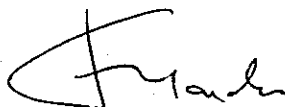
#### **MENSAGEM Nº 1.070, DE 1999-CN (nº 1.605/99, na origem )**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.217.926,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 468 /MP

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor global de R\$ 6.217.926,00 (seis milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e vinte e seis reais), destinados ao atendimento de despesas de naturezas diversas, beneficiando os Órgãos a seguir relacionados:

	R\$ 1,00
ÓRGÃOS	VALOR
Supremo Tribunal Federal.....	1.318
Superior Tribunal de Justiça.....	1.477.000
Justiça Federal.....	1.317.419
Justiça Militar.....	500.000
Justiça do Trabalho.....	2.717.250
Ministério Público da União.....	204.939
TOTAL R\$.....	6.217.926

2. Os recursos propostos para o Supremo Tribunal Federal visam a reforçar dotação da atividade Participação em Organismos Internacionais, cujos recursos se mostram insuficientes para fazer face às despesas do exercício corrente com o pagamento da cota contributiva anual, em função da desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano.



3. O pleito do Superior Tribunal de Justiça objetiva a adequação dos sistemas de informática para a mudança de calendário - "Bug do Milênio", e a implantação de sistema de segurança e controle de acesso, cuja maioria dos componentes é informatizada, além do aporte de novos recursos para atender à subatividade Concessão de Auxílio Transporte aos Servidores, que teve acréscimo no número de beneficiados, em decorrência da Medida Provisória nº 1.783/98, que transformou o benefício em pecúnia, incentivando a adesão de servidores.
4. O remanejamento de recursos na Justiça Federal possibilitará o atendimento de despesas dos Tribunais Regionais Federais-TRFs e das noventa Varas Federais, vinculadas à Justiça de 1º Grau, no que concerne às ações de manutenção geral, prestação de benefícios ao servidor público, assistência médica e odontológica a servidores e assistência jurídica a pessoas carentes. Tal suplementação justifica-se em função dos cortes efetuados pelo Congresso Nacional; à necessidade de aquisição de novos equipamentos, devido à expansão pela qual vem passando a Justiça Federal; às correções contratuais; ao aumento da demanda por assistência jurídica gratuita; ao reajuste da tabela de honorários de advogados dativos; e, com relação à concessão de benefícios, ao aumento das tarifas e do número de beneficiários.
5. A Justiça Militar necessita de recursos para cobrir despesas com assistência médica e odontológica a servidores, em função do crescimento ocorrido nessas despesas. Além disso, o Órgão tem interesse em antecipar a aquisição de equipamentos e sistemas que irão compor o futuro Edifício-Sede da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro, remanejando os recursos da obra para manutenção, uma vez que a mesma encontra-se paralisada, sem possibilidade de execução de sua dotação até a presente data.
6. No caso da Justiça do Trabalho, a solicitação apresentada visa ao atendimento de despesas urgentes e inadiáveis com a regular manutenção dos Tribunais e, também, com os benefícios legais concedidos aos magistrados e demais servidores. Os motivos apontados pelas unidades para a necessidade de remanejamento são os cortes efetuados quando da elaboração da proposta orçamentária, que atingiram, principalmente, as dotações de outros custeios e capital, dentro da subatividade de manutenção básica e benefícios, bem como os reajustes ocorridos nos contratos de duração continuada e nas tarifas públicas, além da transferência das despesas com ajuda de custo, anteriormente alocadas em "Pessoal e Encargos Sociais" para o grupo "Outras Despesas Correntes".
7. No que tange ao Ministério Público da União, os referidos cortes reduziram a dotação de custeio e o aumento do preço dos combustíveis e das tarifas públicas geraram acréscimo nas despesas de manutenção básica dos Ministérios Públicos Federais e do Trabalho. Além disso, o Ministério Público do Trabalho pretende assegurar a continuidade das ações finalísticas, desenvolvidas pelo Órgão, tais como: combate ao trabalho escravo e infantil e garantia das condições mínimas ao trabalhador.
8. Os recursos necessários ao atendimento das solicitações são provenientes do cancelamento de dotações dos próprios Órgãos, não acarretando prejuízos à execução das programações objeto dos cancelamentos, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
9. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido a apreciação do Congresso Nacional, por não atender ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.789 de 1999,

estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 468 , DE 27 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço nas dotações de diversos Órgãos do Poder Judiciário, para fazer face a despesas de custeio e investimento, em função, dos cortes efetivados na Proposta Orçamentária, da desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano, da mudança de calendário - "Bug do Milênio", do embargo na obra da Justiça Militar, de reajustes ocorridos nos contratos de ação continuada e nas tarifas públicas, bem como em função do crescimento das demandas de algumas subatividades.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

A alternativa é única para o problema apresentado.

**4. Custos:**

R\$ 6.217.926,00 (seis milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e vinte e seis reais).

**5. Razões que justificam a urgência:**

--

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.
---------

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

## PROJETO DE LEI Nº 51, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.217.926,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 6.217.926,00 (seis milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					1.318			1.318			
POLÍTICA EXTERIOR					1.318			1.318			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					1.318			1.318			
02 072 0411 2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					1.318			1.318			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAÍZES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1											
02 072 0411 2017 0101 ORGANIZAÇÃO DAS CORTES SUPREMAS DAS AMÉRICAS	F	72	0	100	1.318			1.318			
COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1					1.318			1.318			
TOTAL FISCAL					1.318			1.318			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					1.477.000			1.267.000	210.000		
ADMINISTRAÇÃO					840.000			630.000	210.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL					840.000			630.000	210.000		
02 007 0021 4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					840.000			630.000	210.000		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 2											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 3 754											
- EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) = 125											
- EQUIPAMENTO MANTIDO (UNIDADE) = 1.700											
02 007 0021 4900 0004 AÇÕES DE INFORMÁTICA	F	90	0	100	840.000			630.000	210.000		
- EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) = 125					840.000			630.000	210.000		
- EQUIPAMENTO MANTIDO (UNIDADE) = 1.700					130.000			500.000	210.000		
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					637.000			637.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					637.000			637.000			
02 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					637.000			637.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 2.630											
02 078 0486 4089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	F	90	0	100	637.000			637.000			
- SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 411					637.000			637.000			
TOTAL FISCAL					1.477.000			1.267.000	210.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



12000 - JUSTIÇA FEDERAL  
12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	S F	M F	Q D	Q D	Q D	Q D	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JACIARIABIA													
ADMINISTRAÇÃO													
ADMINISTRAÇÃO GERAL													
02 007 0021 4900													
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL													
ASSISTÊNCIA ÀS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, ACESSORIO, SUPERVISÃO, CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPAROS E CONTROLE ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, RE INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, REPAROS, RE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, E - SERVIDOR TREINADO (PESSOA) + 1.176 - ÁREA REFORMADA (INQ) + 7.326 - EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) + 743													
02 007 0021 4000 0001													
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL													
02 007 0021 4000 0002													
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS													
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) + 1.176													
02 007 0021 4000 0003													
REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS													
- ÁREA REFORMADA (INQ) + 7.326													
02 007 0021 4000 0004													
AÇÕES DE INFORMÁTICA													
- EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) + 743													
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR													
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL													
02 078 0486 4080													
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO													
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO RECEBIMENTO DOS APOSENTADOS, REFORMADOS, EM OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.													
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 166													
02 078 0486 4080 0003													
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE													
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 166													
TOTAL FISCAL							287.500			287.500			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					50.000			50.000			
SAÚDE					50.000			50.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					50.000			50.000			
02.075.0428.2004					50.000			50.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES											
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS E MILITARES, INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS											
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.431											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.044											
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 79											
02.075.0428.2004.0005					50.000			50.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES					50.000			50.000			
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.431					50.000			50.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.044					50.000			50.000			
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 79					50.000			50.000			
TOTAL SEGURIDADE					50.000			50.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

13000 - JUSTIÇA MILITAR  
13101 - JUSTIÇA MILITAR

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					500.000			250.000	250.000		
ADMINISTRAÇÃO					250.000				250.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL					250.000				250.000		
02.007.0021.4900					250.000				250.000		
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, APOIO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001					250.000				250.000		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					250.000				250.000		
SAÚDE					250.000			250.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					250.000			250.000			
02.075.0428.2004					250.000			250.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES											
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS E MILITARES, INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS											
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.885											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 674											
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 463											
02.075.0428.2004.0005					250.000			250.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES					250.000			250.000			
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 1.885					250.000			250.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 674					250.000			250.000			
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) + 463					250.000			250.000			
TOTAL FISCAL					500.000			250.000	250.000		
SEGURIDADE					250.000			250.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15108 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª. REGIÃO

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E N S F	ID. UO	PTE	TOTAL	PESSOAL E DIC. SOCIAIS	JUROS E DIC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUDICIARIA				276.000			276.000			
ADMINISTRACAO				14.000			14.000			
ADMINISTRACAO GERAL				14.000			14.000			
02 007 0021 4000				14.000			14.000			
COORDENACAO E MANUTENCAO GERAL										
ASSISTIR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENCAO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, VOLUNTARIAS, AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, ASSUNTOS TRANSPORTES, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.										
MOVEL CONSERVACAO (UNIDADES) - 6										
MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS - 211										
AREA REFORMADA (R2) - 1.774										
02 007 0021 4900 0001	F	90	0	199						
MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ADMINISTRACAO GERAL										
EDUCACAO DA CRIANCA DE 0 A 6 ANOS				14.000			14.000			
EDUCACAO PRE-ESCOLAR				14.000			14.000			
02 041 0180 4500				40.000			40.000			
EDUCACAO PRE-ESCOLAR				40.000			40.000			
02 041 0180 4500 0001				40.000			40.000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS SERVIDORES BENEFICIARIOS DE PENSÃO, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDORA.										
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 205										
02 041 0180 4500 0001	F	90	0	199						
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR										
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 205										
SAUDE				222.000			222.000			
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA				222.000			222.000			
02 075 0428 2004				222.000			222.000			
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES PUBLICOS CIVIS E MILITARES, INATIVOS E PENSIONISTAS, SEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM COMPLEMENTACAO E A MANUTENCAO DE HOSPITAIS PROPRIOS										
- DEPENDENTE BENEFICIARIO (PESSOA) - 2.117										
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) - 982										
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) - 196										
02 075 0428 2004 0005	S	90	0	199						
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES DEPENDENTES BENEFICIARIOS (PESSOA) - 2.117										
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) - 982										
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) - 196										
TOTAL				276.000			276.000			
FISCAL				94.000			94.000			
SECURIDADE				222.000			222.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL.

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15109 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM S F	DO F DO USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA										
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR										
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL										
02.078.0486.4089										
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 1.453										
02.078.0486.4089.0003	F	90								
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE										
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 491										
02.078.0486.4089.0006	F	90								
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO										
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 962										
TOTAL FISCAL				275.000			275.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	C S O F	M D I S C R I M I N A D O	ID. FTE USO	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS
JUDICIARIA				312.000			312.000		
ADMINISTRAÇÃO				165.000			165.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL				165.000			165.000		
02 007 0021 4000 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				165.000			165.000		
ASSIGLAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, DESEMPENHO DE SERVIÇOS DE SUPORTE ADMINISTRATIVO, MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORGANIZADO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, RELAÇÕES PÚBLICAS, TRANSPORTES, MANUTENÇÃO DE BENS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.									
• MOVIL CONSERVADO (UNIDADE) • 20 • SERVIÇOS TREINADO (PESSOA) • 601 • PROJETO LABORADO (UNIDADE) • 1									
02 007 0021 4000 0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				165.000			165.000		
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR				165.000			165.000		
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				165.000			165.000		
02 076 0485 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO				147.000			147.000		
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O ACEDIMENTO DOS AUSENTES REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALEM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
• SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) • 1.240									
02 076 0485 4089 0006 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS/ALIMENTAÇÃO				147.000			147.000		
• SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) • 1.240				147.000			147.000		
TOTAL				312.000			312.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.



15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					450.000			450.000			
ADMINISTRAÇÃO					450.000			400.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					450.000			450.000			
02.007.0021.4900					450.000			450.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - IMÓVEL CONSERVADO (UNIDADE) = 5 - ÁREA REFORMADA (M2) = 200											
02.007.0021.4900.0001	F	90			450.000			450.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			0	199	450.000			450.000			
					450.000			450.000			
TOTAL FISCAL					450.000			450.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					169.128			169.128			
ADMINISTRAÇÃO					169.128			169.128			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					169.128			169.128			
02.007.0021.4900					169.128			169.128			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 900											
02.007.0021.4900.0002	F	90			169.128			169.128			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			0	199	169.128			169.128			
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 900					169.128			169.128			
TOTAL FISCAL					169.128			169.128			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15120 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª. REGIÃO

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM S O F	ID D U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA										
ADMINISTRAÇÃO										
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
02 007 0021 4000				103.000			103.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLUNTARIAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JARIDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTES, REPAROS, REFORMAS E RECONSTRUÇÕES E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.										
• SERVIDOR TREINADO (PESSOA) • 200										
• IMÓVEL REFORMADO (UNIDADE) • 10										
02 007 0021 4000 0001				110.000			110.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL										
REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS				110.000			110.000			
• IMÓVEL REFORMADO (UNIDADE) • 10										
02 007 0021 4000 0003				75.000			75.000			
REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS										
• IMÓVEL REFORMADO (UNIDADE) • 10										
TOTAL FISCAL				103.000			103.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15121 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª. REGIÃO

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	EM S O F	ID D U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA										
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR										
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL										
02 078 0485 4080				43.000			43.000			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO TRABALHO PROSTITUÍDO, ALCOOLISMO, ESTATALISMO OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA										
• SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) • 480										
02 078 0485 4080 0006				43.000			43.000			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO										
• SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) • 480										
TOTAL FISCAL				43.000			43.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					80.000			80.000			
ADMINISTRAÇÃO					80.000			80.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					80.000			80.000			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					80.000			80.000			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE- FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 250											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90		199	80.000 80.000 80.000 80.000			80.000 80.000 80.000 80.000			
TOTAL FISCAL					80.000			80.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					40.000			40.000			
ADMINISTRAÇÃO					40.000			40.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					40.000			40.000			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					40.000			40.000			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE- FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - IMÓVEL CONSERVADO (UNIDADE) = 1											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90		199	40.000 40.000 40.000 40.000			40.000 40.000 40.000 40.000			
TOTAL FISCAL					40.000			40.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO  
34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA					40.000			40.000			
ADMINISTRAÇÃO					40.000			40.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					40.000			40.000			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					40.000			40.000			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90		199	40.000			40.000			
					40.000			40.000			
					40.000			40.000			
					40.000			40.000			
TOTAL FISCAL					40.000			40.000			

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO  
34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA					164.939			164.939			
PROCESSO JUDICIARIO					67.761			67.761			
DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO					67.761			67.761			
02.004.0014.4908 DEFESA DE ORDEM JURIDICA					67.761			67.761			
ZELAR PELA OBSERVANCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DAS LEIS E ATOS EMANADOS DOS PODERES PUBLICOS, RESGUARDANDO AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTERIO PUBLICO CONFORME SUAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS. - PROCURADORIA MANTIDA (UNIDADE) 25 - PROCESSO EXAMINADO (UNIDADE) 355.000											
02.004.0014.4908.0005 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO	F	90		199	48.339			48.339			
- PROCURADORIA MANTIDA (UNIDADE) 1 - PROCESSO EXAMINADO (UNIDADE) 26.000					48.339			48.339			
					48.339			48.339			
02.004.0014.4908.0008 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO	F	90		199	19.422			19.422			
- PROCURADORIA MANTIDA (UNIDADE) 24 - PROCESSO EXAMINADO (UNIDADE) 329.000					19.422			19.422			
					19.422			19.422			
ADMINISTRAÇÃO					97.178			97.178			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					97.178			97.178			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					97.178			97.178			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - PRÉDIO REFORMADO (UNID) = 8											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90		100 199	97.178			97.178			
					97.178			97.178			
					97.178			97.178			
					90.000			90.000			
					7.178			7.178			
TOTAL FISCAL					164.939			164.939			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					1.318			1.318			
ADMINISTRAÇÃO					1.318			1.318			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.318			1.318			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					1.318			1.318			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC. - PROCESSO JULGADO (UNIDADE) = 45.000											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - PROCESSO JULGADO (UNIDADE) = 45.000	F	90	0	100	1.318			1.318			
					1.318			1.318			
					1.318			1.318			
TOTAL FISCAL					1.318			1.318			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					1.477.000			967.000	510.000		
PROCESSO JUDICIÁRIO					1.140.000			630.000	510.000		
AÇÃO JUDICIÁRIA					1.140.000			630.000	510.000		
02.004.0013.3522 MODERNIZAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA					1.140.000			630.000	510.000		
ACILIZAR O PROCESSAMENTO DOS FEITOS A FIM DE PROPORCIONAR MAIOR Celeridade A Prestação JURISDICCIONAL E DISPONIBILIZA-LOS PARA DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SOCIEDADE - CONSULTORIA CONTRATADA (UNIDADE) = 2 - EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) = 1.680 - SOFTWARE ADQUIRIDO (UNIDADE) = 6											
02.004.0013.3522.0001 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO - CONSULTORIA CONTRATADA (UNIDADE) = 2 - EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO (UNID) = 1.680 - SOFTWARE ADQUIRIDO (UNIDADE) = 6	F	90	0	100	1.140.000			630.000	510.000		
					1.140.000			630.000	510.000		
					1.140.000			630.000	510.000		
					1.140.000			630.000	510.000		
ADMINISTRAÇÃO					222.000			222.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					222.000			222.000			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					222.000			222.000			

11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA





12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
12104 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO

R\$ 1,00

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REPERCUTENTES NAS DESPESAS DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 1.010	F				7.000 7.000 7.000			7.000 7.000 7.000			
02.076.0486.4000.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 1.010	F	90		0	100						
TOTAL FISCAL					184.900			79.600	106.300		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

12000 – JUSTIÇA FEDERAL  
12105 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO

R\$ 1,00

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRAÇÃO GERAL											
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSICURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADOS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, ORÇAMENTO, OCUPAÇÃO, CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, REINFORMÁTICA, TRANSPORTES, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 1.508											
02.007.0021.4900.0003 COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	F	90		0	100						
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 1.508											
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS											
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR											
02.041.0190.4500 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR											
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, EXCETO PARA AQUELES QUE SE ENCONTREM EM SITUAÇÃO RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDAS.											
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 253											
02.041.0190.4500.0001 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	F	90		0	100						
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 253											
TOTAL FISCAL											

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





115000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
115109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO

## II. OXIM

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

ESPECIFICAÇÃO	E M S O I D U F O U S O	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
02.007.0021.4900.0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 904	F 90 0	75.000 75.000 75.000 75.000			75.000 75.000 75.000 75.000			
02.007.0021.4900.0002 REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS - IMÓVEL CONSERVADO (UNIDADE) - 7 - ÁREA REFORMADA (HC) - 320	F 90 0	180.000 180.000 180.000 180.000			132.000 132.000 132.000 132.000	48.000 48.000 48.000 48.000		
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		20.000 20.000 20.000			20.000 20.000 20.000			
02.041.0190.4900 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE REABILITAÇÃO E A REABILITAÇÃO DO CRIANÇAS, CRIANÇAS DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECEIDA. - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 148	F 90 0	20.000 20.000 20.000			20.000 20.000 20.000			
02.041.0190.4900.0001 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 148	F 90 0	20.000 20.000 20.000			20.000 20.000 20.000			
<b>TOTAL</b>		<b>276.000</b>			<b>327.000</b>	<b>48.000</b>		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

**A3 QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL**

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO

## II. DISEASE

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	EM FOLIO	USO	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	DIFERENÇAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRAÇÃO GERAL									
02 007 0021.4900			312.000				264.000		
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL									
ASSIGUAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLUNTARIAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.			312.000				264.000		
- IMÓVEL CONSERVADO (UNIDADE) - 28									
- SERVIÇO DE TRATAMENTO (PESSOA) - 681									
- PROJETO ELABORADO (UNIDADE) - 1									
02 007 0021.4900 0002	F	90	48.000				48.000		
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
- SERVIÇO DE TRATAMENTO (PESSOA) - 681			48.000				48.000		
- PROJETO ELABORADO (UNIDADE) - 1			48.000				48.000		
02 007 0021.4900 0003	F	90	264.000				264.000		
REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS									
- IMÓVEL CONSERVADO (UNIDADE) - 28			264.000				264.000		
- PROJETO ELABORADO (UNIDADE) - 1			264.000				264.000		
TOTAL FISCAL			312.000				264.000		

**0097 PIF**

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO

## **ANEXO II**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

[illegible]

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO

**11 OK3NV**

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
E S O F D									
E M S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F D									
E S O F									



15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15114 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E F	M S	D O	FTE ID USD	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
02.007.0021.4900.0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SERVIÇO TREINADO (Pessoa) = 1.222	F	90	0	199	40.000			40.000			
02.007.0021.4900.0003 REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS - IMÓVEL CONSERVADO (unidade) = 18	F	90	0	199	70.000			40.000	30.000		
02.007.0021.4900.0004 SISTEMA DE INFORM. MODERNIZADO E AMPLIADO (unidade) = 1	F	90	0	199	100.000			40.000	100.000		
TOTAL FISCAL					210.000			80.000	130.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15115 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E F	M S	D O	FTE ID USD	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIARIA ADMINISTRAÇÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL					450.000						
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLUNTARIEDADE, ADMINISTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTES, REPAROS, Etc. - IMÓVEL CONSERVADO (unidade) = 5 - AREA REFORMADA (m2) = 200	F	90	0	199	450.000			130.000	320.000		
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90	0	199	160.000				160.000		
02.007.0021.4900.0002 REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS - IMÓVEL CONSERVADO (unidade) = 5 - AREA REFORMADA (m2) = 200	F	90	0	199	290.000			130.000	160.000		
TOTAL FISCAL					450.000			130.000	320.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15118 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUICIARIA											
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR											
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL											
02.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					169.126			169.126			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFECÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.					169.126			169.126			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 2.900					169.126			169.126			
02.078.0486.4089.0005 AUXÍLIO REFECÇÃO/ALIMENTAÇÃO					169.126			169.126			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 2.900					169.126			169.126			
TOTAL FISCAL				199	169.126			169.126			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15120 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª. REGIÃO

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUICIARIA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRAÇÃO GERAL											
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					183.000			30.000	153.000		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO, MANTER O CONTROLE DE INGRESSOS, DESPESAS, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS, FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.					183.000			30.000	153.000		
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 300					183.000			30.000	153.000		
- IMÓVEL REFORMADO (UNIDADE) = 16					183.000			30.000	153.000		
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					183.000			30.000	153.000		
02.007.0021.4900.0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS					30.000			30.000			
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 300					30.000			30.000			
TOTAL FISCAL				199	183.000			30.000	153.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					43.000			43.000			
ADMINISTRAÇÃO					43.000			43.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					43.000			43.000			
02 007 0021.4900					43.000			43.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02 007 0021.4900.0001	F		00		43.000			43.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			0	199	43.000			43.000			
					43.000			43.000			
TOTAL FISCAL					43.000			43.000			

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					80.000			80.000			
ADMINISTRAÇÃO					80.000			80.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					80.000			80.000			
02 007 0021.4900					80.000			80.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
* SERVIDOR TREINADO (PESSOA) * 250											
02 007 0021.4900.0002	F		00		80.000			80.000			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			0	199	80.000			80.000			
* SERVIDOR TREINADO (PESSOA) * 250					80.000			80.000			
TOTAL FISCAL					80.000			80.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



334000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
334105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO  
34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

## 11. OXIDATION

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

[illegible]

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO  
34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO  
34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

**11 OCT 1964**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

ESPECIFICAÇÃO	E F	E S D	IN D	USO	PTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUDICIARIA												
PROCESSO JUDICIARIO												
EDIFICAÇÕES PUBLICAS												
02.004.0023.1003 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS						164.939			62.085	102.854		
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATEENDIMENTO AOS URUARIOS.						90.000				90.000		
- AREA CONSTRUÇÃO (462) - 2.000						90.000				90.000		
02.004.0023.1003.0022 CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO-SEDE						90.000				90.000		
PERMANENCIO - PE (RECIFE)						90.000				90.000		
AREA CONSTRUÇÃO (462) - 2.000						90.000				90.000		
ADMINISTRAÇÃO						74.939			62.085	12.854		
ADMINISTRAÇÃO GERAL						74.939			62.085	12.854		
02.007.0021.4900 COORDINAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL						74.939			62.085	12.854		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS DO ORÇAO.												
VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, PATRIMONIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E DOCUMENTAÇÃO.												
ASSISTENCIA GERAL, SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, SOCIAIS, INFORMÁTICA, TRANSPORTES, REPAROS, REFORMAS E FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.												
- PRECIO REFORMADO (UNID) - 8												
02.007.0021.4900.0003 REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS						74.939			62.085	12.854		
- PRECIO REFORMADO (UNID) - 8						74.939			62.085	12.854		
TOTAL FISCAL						164.939			62.085	102.854		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.**

.....

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de

Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.783 , DE 14 DE DEZEMBRO DE 1998.

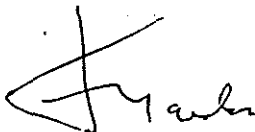
Institui o Auxílio-Transporte aos servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

MENSAGEM Nº 1.071, DE 1999-CN  
(nº 1.606/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 7.459.118,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Brasília, 29 de outubro de 1999.





EM nº 492/MP

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Câmara dos Deputados e o Ministério da Defesa solicitam a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor global de R\$ 7.459.118,00, (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e dezoito reais); conforme discriminação abaixo:

R\$ 1,00			
Órgão/Unidade	Fonte	Suplementação	Origem
<b><u>Câmara dos Deputados</u></b>	199	<b>1.500.000</b>	
- Câmara dos Deputados	199	1.500.000	
<b><u>Ministério da Defesa</u></b>		<b>5.959.118</b>	<b>5.024.969</b>
- Comando do Exército	199	5.024.969	5.024.969
- Comando da Marinha	147	934.149	
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional</b>	199		<b>1.500.000</b>
<b>Recursos de Operação de Crédito Interna</b>	147		<b>934.149</b>
<b>TOTAL</b>		<b>7.459.118</b>	<b>7.459.118</b>

2. A solicitação da Câmara dos Deputados tem por objetivo cobrir despesas com a conclusão dos serviços de reforma e recuperação de residências funcionais dos membros do Poder Legislativo e com a compra de equipamentos para o departamento médico.

3. Os recursos destinados ao Comando do Exército visam a propiciar a continuidade da prestação de assistência pré-escolar aos dependentes de seus servidores civis e militares, bem como de assistência médica e odontológica, até o final do presente exercício.

4. Quanto ao Comando da Marinha, a suplementação visa à aquisição de uma embarcação de transporte de pessoal para o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia.

5. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar da suplementação de subatividades à conta da incorporação do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, de ingresso de operação de crédito interna e de remanejamento de dotações acima do limite autorizado pela Lei Orçamentária de 1999, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II, III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional.

7. Os remanejamentos propostos para viabilizar o presente crédito não acarretarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamentos, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades até o final do presente exercício.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## **ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 492 , DE 28 / 10 / 1999**

### **1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotações orçamentárias para cobertura de despesas relacionadas a diversas atividades dos Órgãos elencados na Exposição de Motivos.

### **2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, via projeto de lei, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999).

### **3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

### **4. Custos:**

R\$ 7.459.118,00 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e dezoito reais), à conta de excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional, de remanejamento de dotações orçamentárias e de ingresso de operação de crédito interna.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

--

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.
---------

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto Atual	Texto Proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

## PROJETO DE LEI Nº 52, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 7.459.118,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Câmara dos Deputados e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 7.459.118,00 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e dezoito reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - remanejamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 5.024.969,00 (cinco milhões, vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei, e

III - ingresso de recursos provenientes de operação de crédito interna, no valor de R\$ 934.149,00 (novecentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e nove reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,







## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....  
Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....  
Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**MENSAGEM Nº 1.072, DE 1999-CN**  
(nº 1.607/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. - Corretora de Seguros, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.510.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 473/MP

Brasília, 28 de outubro de 1999.


Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência, em atendimento ao prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, com parecer favorável deste Ministério, o anexo Projeto de Lei que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, aprovado pela Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.510.000,00 (oito milhões e quinhentos e dez mil reais), em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. - Corretora de Seguros.



2. O crédito solicitado pela Casa da Moeda do Brasil destina-se a regularizar o seu cronograma de dispêndios e honrar compromissos assumidos em anos anteriores relativos à aquisição de equipamentos para modernização do seu parque industrial, com vistas a atender ao Banco Central do Brasil, seu principal cliente, quanto à produção de nova família de moedas e de cédulas. Além disso, objetiva atender ao disposto no art. 2º do Decreto nº 2.894, de 22 de dezembro de 1998, produzindo selos fiscais de controle de fonogramas e de obras audiovisuais, em bobinas.
3. Dos recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes da suplementação proposta pela Casa da Moeda do Brasil, R\$ 7.000.000,00 são oriundos de operações de crédito externas e R\$ 1.000.000,00, gerado pela própria empresa.
4. A empresa BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, do Sistema financeiro BANESPA, solicitou suplementação no valor de R\$ 510.000,00, para aquisição de equipamentos de informática, com vistas à expansão da rede local e atualização tecnológica, para melhorar as comunicações eletrônicas internas e externas. Os recursos necessários para custear a suplementação solicitada são gerados pelas atividades da própria empresa.
5. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, para os fins que especifica.

Respeitosamente,

  
**MARTUS TAVARES**  
 Ministro de Estado do  
 Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 473 / MP, DE 28 DE outubro DE 1999.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Suplementação de subprojetos na Lei Orçamentária de 1999 (Lei nº 9.789, de 23.02.99), em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, no valor de R\$ 8.510.000,00.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que abre crédito suplementar.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

A alternativa proposta é a única solução.

**4. Custos:**

Dos recursos necessários à suplementação proposta pela Casa da Moeda do Brasil, R\$ 7.000.000,00 são oriundos de operações de crédito externas e R\$ 1.000.000,00, gerado pela própria empresa, enquanto os recursos da BANESEG são de geração própria.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

Possibilitar às empresas adequarem seus cronogramas de desembolso no corrente exercício.

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

O Relatório de Impacto sobre o meio ambiente foi elaborado por ocasião dos estudos de viabilização dos subprojetos propostos.

**7. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

A Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se favoravelmente.

## **PROJETO DE LEI Nº 53, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.510.000,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor total de R\$ 8.510.000,00 (oito milhões e quinhentos e dez mil reais),

em favor das empresas Casa da Moeda do Brasil e BANESPA S.A. – Corretora de Seguros, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de operações de crédito externas e de geração das próprias empresas, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO I	INVESTIMENTO
ANEXO		SUPLEMENTAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	MINISTERIO DA FAZENDA	8.810.000
	CASA DA MOEDA DO BRASIL	8.000.000
25211.110620347.5272	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL	8.000.000
25211.110620347.5272.0002	REAPARELHAMENTO DE INSTALAÇÕES OPERACIONAIS	8.000.000
	BANESPA S.A. CORRETORA DE SEGUROS	510.000
25253.110630353.6011	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	510.000
25253.110630353.6011.0011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	510.000
TOTAL		8.810.000

ANEXO II
ANEXO
ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25211 - CASA DA MOEDA DO BRASIL

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
RECURSOS PROPRIOS	1.000.000	
OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		
EXTERNAS	7.000.000	
TOTAL	8.000.000	

ANEXO II	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
25253 - BANESPA S.A. CORRETORA DE SEGUROS

## DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS	510.000
TOTAL	510.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### DECRETO N. 2.894 – DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998

Regulamenta a emissão e o fornecimento de selo ou sinal de identificação dos fonogramas e das obras audiovisuais, previstos no artigo 113 da Lei n. 9.610<sup>(1)</sup>, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, e dá outras providências.

Art. 2º O selo de controle será confeccionado pela Casa da Moeda do Brasil, que se encarregará de sua distribuição às unidades da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

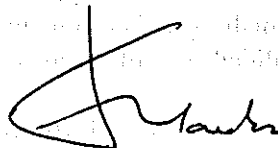
### MENSAGEM Nº 1.073, DE 1999-CN (nº 1.608/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 8.825.405,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 467 /MP

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Justiça do Trabalho solicita a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor de R\$ 8.825.405,00 (oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais), em favor de diversas unidades orçamentárias.

2. A solicitação em causa visa ao atendimento de despesas correntes com a manutenção administrativa de vários Tribunais Regionais do Trabalho daquela Corte de Justiça e, também, com os benefícios legais concedidos aos magistrados e demais servidores e seus dependentes.

3. Os motivos apontados pelas unidades para a necessidade deste aporte de recursos são as reduções efetuadas em seus respectivos orçamentos, quando da elaboração da Proposta Orçamentária para 1999 e apreciação da mesma pelo Congresso Nacional, que atingiram, principalmente, as dotações de outros custeios e capital, bem como os reajustes ocorridos nos contratos de duração continuada e nas tarifas públicas. É importante destacar que os contratos de manutenção têm reajustes baseados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que trata de licitações na administração pública.

4. Outro fator que contribui para reduzir as dotações das unidades está relacionado aos gastos com indenizações de transporte e ajuda de custo, os quais foram orçados como despesas de pessoal e encargos sociais, porém, a execução dos mesmos dá-se no grupo outras despesas correntes.

5. Dessa forma, os créditos orçamentários atuais da Justiça do Trabalho não são suficientes para fazer face ao atendimento das despesas elencadas acima, e não há como o Órgão disponibilizar os seus próprios recursos para efetivar este pleito.

6. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de Projeto de Lei a ser submetido a apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de incorporação parcial de excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional, estando o mesmo em consonância com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. O quadro anexo demonstra, em atendimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), a atualização da estimativa das referidas receitas para o corrente exercício, evidenciando, assim, a viabilidade da utilização de excesso de arrecadação.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**

Ministro de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 467, DE 27 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço nas dotações de diversas unidades orçamentárias da Justiça do Trabalho, para fazer face a despesas de custeio administrativo, assistência médica e com os benefícios legalmente concedidos aos servidores e seus dependentes, quais sejam: vale-transporte, auxílio refeição/alimentação e assistência pré-escolar.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei, por se tratar de incorporação parcial de excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

A alternativa é única para o problema apresentado.

**4. Custos:**

R\$ 8.825.405,00 (oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais), com recursos oriundos do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional.

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## PROJETO DE LEI Nº 54, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 8.825.405,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 8.825.405,00 (oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação parcial do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional – Fundo de Estabilização Fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					2.820.000			2.820.000			
ADMINISTRAÇÃO					500.000			500.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					500.000			500.000			
02.007.0021.4900					500.000			500.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001	F	90	0	199	500.000			500.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					500.000			500.000			
					500.000			500.000			
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS					170.000			170.000			
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					170.000			170.000			
02.041.0190.4900					170.000			170.000			
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR											
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDO. - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 600											
02.041.0190.4900.0001	F	90	0	199	170.000			170.000			
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR					170.000			170.000			
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 600					170.000			170.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					2.150.000			2.150.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					2.150.000			2.150.000			
02.078.0488.4089					2.150.000			2.150.000			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO											
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 4.400											
02.078.0488.4089.0003	F	90	0	199	250.000			250.000			
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE					250.000			250.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.500					250.000			250.000			
02.078.0488.4089.0006	F	90	0	199	1.900.000			1.900.000			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO					1.900.000			1.900.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 2.900					1.900.000			1.900.000			
TOTAL FISCAL					2.820.000			2.820.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					100.000			100.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					100.000			100.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					100.000			100.000			
02.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					100.000			100.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 2.966											
02.078.0486.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	F	90			100.000			100.000			
SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 2.966				199	100.000			100.000			
					100.000			100.000			
TOTAL FISCAL					100.000			100.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					990.000			990.000			
ADMINISTRAÇÃO					900.000			900.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					900.000			900.000			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					900.000			900.000			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, APOIO, SUPERVISÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90			900.000			900.000			
				199	900.000			900.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					90.000			90.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					90.000			90.000			
02.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					90.000			90.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 1.053											
02.078.0486.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	F	90			90.000			90.000			
SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 1.053				199	90.000			90.000			
					90.000			90.000			
TOTAL FISCAL					990.000			990.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					646.805			646.805			
ADMINISTRAÇÃO					646.805			646.805			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					646.805			646.805			
02.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					646.805			646.805			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ACESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F		90	0	646.805			646.805			
				199	646.805			646.805			
					646.805			646.805			
TOTAL FISCAL					646.805			646.805			

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					500.000			500.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					500.000			500.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					500.000			500.000			
02.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					500.000			500.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.240											
02.078.0486.4089.0005 AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.240	F		90	0	500.000			500.000			
				199	500.000			500.000			
					500.000			500.000			
TOTAL FISCAL					500.000			500.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO

# I OXENY

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
E S F	M D U	ID. FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA				
JUDICIARIA			370.000			370.000							
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR			370.000			370.000							
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			370.000			370.000							
02.078.0486.4089 PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO			370.000			370.000							
PROPORSIONAR AOS SERVIDORES PUBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXILIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTACAO / REFECICAO, ALEM DE OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLACAO MUNICIPAL.			370.000			370.000							
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) = 1.403			370.000			370.000							
02.078.0486.4089.0005 AUXILIO REFECICAO/ALIMENTACAO			370.000			370.000							
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) = 1.403			370.000			370.000							
TOTAL FISICAL			370.000			370.000							

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	AR	AS	AT	AU	AV	AW	AX	AY	AZ	BA	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH	BI	BJ	BK	BL	BM	BN	BO	BP	BQ	BR	BS	BT	BU	BV	BW	BX	BY	BZ	CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH	CI	CJ	CK	CL	CM	CN	CO	CP	CQ	CR	CS	CT	CU	CV	CW	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	DO	DP	DQ	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX	DY	DZ	EA	EB	EC	ED	EE	EF	EG	EH	EI	EJ	EK	EL	EM	EN	EO	EP	EQ	ER	ES	ET	EU	EV	EW	EX	EY	EZ	FA	FB	FC	FD	FE	FF	FG	FH	FI	FJ	FK	FL	FM	FN	FO	FP	FQ	FR	FS	FT	FU	FV	FW	FX	FY	FZ	GA	GB	GC	GD	GE	GF	GG	GH	GI	GJ	GK	GL	GM	GN	GO	GP	GQ	GR	GS	GT	GU	GV	GW	GX	GY	GZ	HA	HB	HC	HD	HE	HF	HG	HH	HI	HJ	HK	HL	HM	HN	HO	HP	HQ	HR	HS	HT	HU	HV	HW	HX	HY	HZ	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM	IN	IO	IP	IQ	IR	IS	IT	IU	IV	IW	IX	IY	IZ	JA	JB	JC	JD	JE	JF	JG	JH	JI	IJ	JK	KL	JM	JN	JO	JP	JQ	JR	JS	JT	JU	JV	JW	JX	JY	JZ	KA	KB	KC	KD	KE	KF	KG	KH	KI	KJ	KK	KL	KM	KN	KO	KP	KQ	KR	KS	KT	KU	KV	KW	KX	KY	KZ	LA	LB	LC	LD	LE	LF	LG	LH	LI	LJ	LK	LL	LM	LN	LO	LP	LQ	LR	LS	LT	LU	LV	LW	LX	LY	LZ	MA	MB	MC	MD	ME	MF	MG	MH	MI	MJ	MK	ML	MM	MN	MO	MP	MQ	MR	MS	MT	MU	MV	MW	MX	MY	MZ	NA	NB	NC	ND	NE	NF	NG	NH	NI	NJ	NK	NL	NM	NN	NO	NP	NQ	NR	NS	NT	NU	NV	NW	NX	NY	NZ	OA	OB	OC	OD	OE	OF	OG	OH	OI	OJ	OK	OL	OM	ON	OO	OP	OQ	OR	OS	OT	OU	OV	OW	OX	OY	OZ	PA	PB	PC	PD	PE	PF	PG	PH	PI	PJ	PK	PL	PM	PN	PO	PP	PQ	PR	PS	PT	PU	PV	PW	PX	PY	PZ	QA	QB	QC	QD	QE	QF	QG	QH	QI	QJ	QK	QL	QM	QN	QO	QP	QQ	QR	QS	QT	QU	QV	QW	QX	QY	QZ	RA	RB	RC	RD	RE	RF	RG	RH	RI	RJ	RK	RL	RM	RN	RO	RP	RQ	RR	RS	RT	RU	RV	RW	RX	RY	RZ	SA	SB	SC	SD	SE	SF	SG	SH	SI	SJ	SK	SL	SM	SN	SO	SP	SQ	SR	SS	ST	SU	SV	SW	SX	SY	SZ	TA	TB	TC	TD	TE	TF	TG	TH	TI	TJ	TK	TL	TM	TN	TO	TP	TQ	TR	TS	TT	TU	<th>TW</th> <th>TX</th> <th>TY</th> <th>TZ</th> <th>UA</th> <th>UB</th> <th>UC</th> <th>UD</th> <th>UE</th> <th>UF</th> <th>UG</th> <th>UH</th> <th>UI</th> <th>UJ</th> <th>UK</th> <th>UL</th> <th>UM</th> <th>UN</th> <th>UO</th> <th>UP</th> <th>UQ</th> <th>UR</th> <th>US</th> <th>UT</th> <th>UU</th> <th>UV</th> <th>UW</th> <th>UX</th> <th>UY</th> <th>UZ</th> <th>VA</th> <th>VB</th> <th>VC</th> <th>VD</th> <th>VE</th> <th>VF</th> <th>VG</th> <th>VH</th> <th>VI</th> <th>VJ</th> <th>VK</th> <th>VL</th> <th>VM</th>	TW	TX	TY	TZ	UA	UB	UC	UD	UE	UF	UG	UH	UI	UJ	UK	UL	UM	UN	UO	UP	UQ	UR	US	UT	UU	UV	UW	UX	UY	UZ	VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO

**ANEXO 1**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

[illegible]

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL ENC. SOCIA	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, INATIVOS E PENSIONISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS											
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.800											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 900											
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 90											
02.078.0428.2004.0005	S	90			135.000			135.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES					135.000			135.000			
- DEPENDENTE BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.800					135.000			135.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 900				199	135.000			135.000			
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 90											
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					240.000			240.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					240.000			240.000			
02.078.0485.4089					240.000			240.000			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO											
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 900					240.000			240.000			
02.078.0485.4089.0006	F	90			240.000			240.000			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO					240.000			240.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 900					240.000			240.000			
				199	240.000			240.000			
TOTAL					1.005.000			1.005.000			
FISCAL					870.000			870.000			
SEGURIDADE					135.000			135.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUICIARIA					895.000			895.000			
ADMINISTRAÇÃO					495.000			495.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					495.000			495.000			
02.007.0021.4900					495.000			495.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, APOIO ADMINISTRATIVO, SUPERVISÃO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 900											
02.007.0021.4900.0001	F	90			420.000			420.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					420.000			420.000			
				199	420.000			420.000			

Novembro de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO

Quinta-feira 4 00161

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15116 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E M S O I D F D U S S O	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
02.007.0001.4000.0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 900	F 90 0 199	75.000 75.000 75.000 75.000			75.000 75.000 75.000 75.000			
SAÚDE								
02.079.0429.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		400.000			400.000			
02.079.0429.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		400.000			400.000			
ASSISTÊNCIA À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E DEPENDENTES E DE SEUS BENEFICIÁRIOS, EM REGIME DE PLANO DE SAÚDE, COM INCLUSÃO DE TRATAMENTOS COMPLEMENTARES E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS		400.000			400.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 4.800								
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 2.900								
02.079.0429.2004.0005 DESEMPENHO DE FUNÇÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		400.000			400.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 4.800								
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 2.900								
02.079.0429.2004.0006 DESEMPENHO DE FUNÇÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		400.000			400.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 4.800								
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 2.900								
TOTAL FISCAL SEGURIDADE		895.000 495.000 400.000			895.000 495.000 400.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUAS POSIÇÕES ATUAIS

15000 – JUSTIÇA DO TRABALHO  
15117 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E M S O I D F D U S S O	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
JUDICIÁRIA								
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR								
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL								
02.079.0486.4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		160.000			160.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO DESEMPENHO DE FUNÇÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA		160.000			160.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 451								
02.079.0486.4009.0005 AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO		160.000			160.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 451								
TOTAL FISCAL		160.000			160.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUAS POSIÇÕES ATUAIS



15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS					50.000			50.000			
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					50.000			50.000			
02.041.0190.4500					50.000			50.000			
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR											
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDAS.											
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 200											
02.041.0190.4500.0001	F	90			50.000			50.000			
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR					50.000			50.000			
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 260				199	50.000			50.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					100.000			100.000			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					100.000			100.000			
02.078.0486.4089					100.000			100.000			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO											
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 650											
02.078.0486.4089.0008	F	90			100.000			100.000			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO					100.000			100.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 650				199	100.000			100.000			
TOTAL FISCAL					250.000			250.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO  
15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA					200.000			200.000			
ADMINISTRAÇÃO					200.000			200.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					200.000			200.000			
02.007.0021.4900					200.000			200.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
02.007.0021.4900.0001	F	90			200.000			200.000			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				199	200.000			200.000			
TOTAL FISCAL					200.000			200.000			



## LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**LEI N. 8.666 – DE 21 DE JUNHO DE 1993**

**Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....  
Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....  
Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**MENSAGEM Nº 1.074, DE 1999-CN**  
(nº 1.609/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.579.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 462/MP**

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 11.579.846,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo.

2. As solicitações em causa visam a adequar os orçamentos vigentes daqueles Órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme detalhamento a seguir:

		RS 1,00
Descrição	Suplementação	Origem dos Recursos
<b>Ministério da Saúde</b>	<b>5.397.403</b>	
Fundação Nacional de Saúde	3.397.403	
<b>Ministério da Cultura</b>	<b>3.052.114</b>	
Administração direta	530.000	
Fundação Casa de Rui Barbosa	9.500	
Fundação Biblioteca Nacional	192.356	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	716.419	
Fundo Nacional de Cultura	1.603.839	
<b>Ministério do Esporte e Turismo</b>	<b>3.130.329</b>	
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP	3.130.329	
<b>Cancelamento de Dotações</b>		<b>6.781.161</b>
Ministério da Saúde		5.397.403
Ministério da Cultura		1.383.758
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados do Tesouro Nacional</b>		<b>4.130.329</b>
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados</b>		<b>668.356</b>
<b>Total</b>	<b>11.579.846</b>	<b>11.579.846</b>

3. A proposta de crédito do Ministério da Saúde complementará as dotações da Fundação Nacional de Saúde para atendimento das despesas relativas a reformas de seu prédio, a contribuição à previdência privada, a assistência médica e odontológica a servidores, bem como possibilitará o prosseguimento das ações do subprojeto Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS.

4. Quanto ao Ministério da Cultura, os recursos adicionais têm por finalidade acorrer a despesas com a restauração de acervos dos museus e teatros e de bens patrimoniais tombados, no valor de R\$ 2,0 milhões. O restante deverá ser aplicado em contribuição a organismos internacionais, aquisição de equipamentos na área de informática para museus, casas históricas e cinematecas, manutenção geral, pagamento de vale-transporte e na Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público.
5. A suplementação prevista para o Ministério do Esporte e Turismo destina-se à transferência compulsória de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, de acordo com o art. 6º, inciso V, § 2º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.
6. Os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
7. Em atendimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, demonstra-se, nos quadros em anexo, a atualização das estimativas das receitas para o corrente exercício. Os recursos que excederem ao proposto no presente crédito serão oportunamente utilizados.
8. O crédito em questão, viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de suplementação de subprojetos/subatividades, à conta de remanejamento de dotações que extrapola o limite da autorização concedido ao Poder Executivo no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999, e de incorporação de excesso de arrecadação, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
9. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento das proposições dos Órgãos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

# ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 462 DE 27 / 10 / 1999

## 1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Insuficiência de dotações orçamentárias para cobertura de despesas relacionadas com diversos programas a cargo de Unidades Orçamentárias dos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo.

## 2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar mediante projeto de lei.

## 3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

## 4. Custos:

R\$ 11.579.846,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais), sendo R\$ 6.781.161,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e sessenta e um reais) provenientes de remanejamento de recursos, R\$ 4.130.329,00 (quatro milhões, cento e trinta mil, trezentos e vinte e nove reais) de excesso de arrecadação de recursos vinculados do Tesouro Nacional e R\$ 668.356,00 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais) de incorporação de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados.

## 5. Razões que justifiquem a urgência:

## 6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

## 7. Alterações Propostas:

Texto Atual	Texto Proposto
-------------	----------------

## 8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

## **PROJETO DE LEI Nº 55, DE 1999-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.579.846,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor dos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.579.846,00 (onze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – cancelamento parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 6.781.161,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e sessenta e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II – incorporação de excesso de arrecadação de receitas vinculadas do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 4.130.329,00 (quatro milhões, cento e trinta mil, trezentos e vinte e nove reais); e

III – incorporação de excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 668.356,00 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, ficam alteradas as receitas da Fundação Biblioteca Nacional, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Fundo Nacional de Cultura e do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, na forma dos Anexos III e IV desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,            de            de 1999.



42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA 42101 - MINISTÉRIO DA CULTURA		R\$ 1,00							
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS							
ESPECIFICAÇÃO	EM S F	10 D U S O	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA									
CULTURA									
DIFUSÃO CULTURAL									
08.048.0247.3427									
IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS									
IMPLANTAR BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO DISPÕEM DESSAS INSTALAÇÕES E NAS PERIFÉRIAS DAS MESMAS, ASSIM COMO ADAPTAR, AMPLIAR E EQUIPAR AS BIBLIOTECAS EXISTENTES, COM O OBJETIVO DE PERMANÊNCIA E INCENTIVAR O ACESSO DA POPULAÇÃO À PRODUÇÃO INTELECTUAL.									
- BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) - 1									
- BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE) - 1									
08.048.0247.3427.0004									
IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA EM									
IMPLANTAR BIBLIOTECA EM									
- BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE) - 1									
08.048.0247.3427.0126									
APOIO À BIBLIOTECA EM PORTO ALEGRE - RS									
- BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) - 1									
08.048.0247.4516									
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS									
TORNAR ACESSÍVEIS À COMUNIDADE OS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS, RESGUARDAR O ESPAÇO DE CRIAÇÃO, A PRODUÇÃO, O INTERCÂMBIO E A DIFUSÃO CULTURAL, INCLUSIVE A PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES, ARTISTAS, TÉCNICOS E GRUPOS CULTURAIS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PROMOVER EVENTOS DE ALTO NÍVEL CULTURAL, INTERMEDIAR A PARTICIPAÇÃO DE SEUS TRABALHOS E INTERMEDIAR A PARTICIPAÇÃO DE SEUS TRABALHOS									
- EVENTO APOIADO (UNIDADE) - 1									
- LIVRO CO-EDITADO (EXEMPLAR) - 10.000									
08.048.0247.4516.0004									
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS CULTURAIS EM									
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS CULTURAIS EM									
- LIVRO CO-EDITADO (EXEMPLAR) - 10.000									
08.048.0247.4516.0036									
REALIZAÇÃO DE FESTIVAL DE MÚSICA CAUQUIA E NATIVISTA E POESIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO - RS									
- EVENTO APOIADO (UNIDADE) - 1									
TOTAL FISCAL									
TOTAL									

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42202 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	ENC. DA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					192.356			192.356			
ADMINISTRAÇÃO					192.356			192.356			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					192.356			192.356			
08.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					192.356			192.356			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
08.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90	0	250	192.356			192.356			
					192.356			192.356			
					192.356			192.356			
					192.356			192.356			
TOTAL FISCAL					192.356			192.356			

42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42201 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARROSA

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	ENC. DA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA					9.500			9.500			
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO					9.500			9.500			
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS					9.500			9.500			
15.084.0492.2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO					9.500			9.500			
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ADONO DE QUE TRATA O PARAGRAFO 3.º DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.											
15.084.0492.2012.0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	F	90	0	100	9.500			9.500			
					9.500			9.500			
					9.500			9.500			
					9.500			9.500			
TOTAL FISCAL					9.500			9.500			

42000 - MINISTERIO DA CULTURA - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL										1.00
MEIO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
ESPECIFICAÇÃO	EM F	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E I. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOBILIZ. FINANÇEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA				716.419			626.419	90.000		
CULTURA				476.000			386.000	90.000		
PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO				476.000			386.000	90.000		
08.048.0246.4002 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE MUSEUS, CASAS HISTÓRICAS E CINEMATECAS				476.000			386.000	90.000		
IDENTIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE ACERVOS HISTÓRICOS, GARANTINDO A SOCIEDADE O ACESSO A ESSAS BENS.										
- CINEMATECA PRESERVADA (UNIDADE) - 1										
- MUSEU CONSERVADO (UNIDADE) - 9										
- CASA HISTÓRICA CONSERVADA (UNID) - 2										
08.048.0246.4002.0001 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE MUSEUS, CASAS HISTÓRICAS E CINEMATECAS				476.000			386.000	90.000		
- CINEMATECA PRESERVADA (UNIDADE) - 1										
- MUSEU CONSERVADO (UNIDADE) - 9										
- CASA HISTÓRICA CONSERVADA (UNID) - 2										
POLITICA EXTERIOR				180.419			180.419			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				180.419			180.419			
08.072.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS				180.419			180.419			
PROMOVER A PRESERVAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE INTERESSE PARA AS ÁREAS DE ORDEN. POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.										
- COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 3										
08.072.0411.2017.0009 FUNDO DO PATRIMÔNIO NACIONAL				140.479			140.479			
08.072.0411.2017.0040 CONTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS E FILMES - FIAP				140.479			140.479			
- COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 1				140.479			140.479			
08.072.0411.2017.0041 CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS - ICCROM				140.479			140.479			
- COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 1				140.479			140.479			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR				87.209			87.209			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL				87.209			87.209			
08.078.0404.4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO				87.209			87.209			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O BENEFÍCIO DE VÍCIO DE SERVIÇO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS E ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
- SERVIÇO BENEFICÍARIO (PESOA) - 1.205										
08.078.0404.4009.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE				80.000			80.000			
- SERVIÇO BENEFICÍARIO (PESOA) - 648				80.000			80.000			
TOTAL FISCAL			199	716.419			626.419	90.000		
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL										

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO  
51202 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPO-

ANEXO I.

**ANEXO I**

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE  
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

[illegible]

36000 - MINISTERIO DA SAUDE  
36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

## II. DISEASE

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

E M F D		S O ID. FTE		TOTAL		PR. ENC.		JORNAL E ENC. DA DIVIDA		OUTRAS DESP. CORRENTES		INVESTIMENTOS		INVERSOES FINANCEIRAS		AMORTIZACAO DA DIVIDA	
13.075.0429.4429.0035		3		30		900.000				900.000							
COORDENACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA AMBIENTAL																	
- CAMPANHA REALIZADA (UNIDADE) = 1				0		900.000				900.000							
- CAMPANHA REALIZADA (UNIDADE) = 50				153		900.000				900.000							
- CENTRO ANALITICO (UNIDADE) = 98						900.000				900.000							
- MATERIAL TECNICO/CIENTIFICO PRODUZIDO (UNIDADE) = 4																	
- VACINA ANTI-RABICA APLICADA (ANIMAL) = 18.000.000						1.604.242				1.604.242							
PROTECCAO AO TRABALHADOR																	
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL																	
13.075.0485.4089						1.604.242				1.604.242							
PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO																	
RECEBIMENTO DOS AUXILIOS REFERENTES AO																	
RECEBIMENTO DOS BENEFICIOS ALIMENTICIOS E																	
OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM																	
LEGISLACAO PROPRIA.																	
- SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 46.493																	
13.075.0486.4089.0005		3		30		1.604.242				1.604.242							
AUXILIO REFEICAO/ALIMENTACAO																	
- SERVIDOR BENEFICIADO (PESSOA) = 46.493						1.604.242				1.604.242							
						1.604.242				1.604.242							
TOTAL SEGURIDADE						5.397.403				5.397.403							

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42101 - MINISTERIO DA CULTURA

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	F U N D A M E N T A L	P E S S O A L E E N C . S O C I A I S	J U R O S , D A D I V I L.	O U T R A S D E S P. C O R R E N T E S	I N V E S T I M E N T O S	I N V E R S Õ E S F I N A N C E I R A S	A M O R T I Z A Ç Ã O D A D Í V I D A
TOTAL	ID. USO	FTE	TOTAL				
EDUCAÇÃO E CULTURA							
CULTURA							
DIFUSÃO CULTURAL							
06.048.0247.3427							
IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS							
IMPLANTAR BIBLIOTECAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO DISPÕEM DESSAS INSTALAÇÕES E NAS PERIFÉRIAS DAS CAPITAIS, ASSIM COMO ADAPTAR, AMPLIAR E EQUIPAR EXISTENTES; PROMOVER ATIVIDADES EDUCACIONAIS E CULTURAIS QUE ESTIMULEM O INTERESSE DA POPULAÇÃO NA PRODUÇÃO INTELECTUAL.							
- BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) - 1							
- BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE) - 1							
06.048.0247.3427.0004							
IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA EM INDEPENDÊNCIA - CE							
- BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE) - 1							
06.048.0247.3427.0128							
APOIO À BIBLIOTECA EM PORTO ALÉGORE - RS							
- BIBLIOTECA ATENDIDA (UNIDADE) - 1							
06.048.0247.4516							
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E INTERCAMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURALS							
TORNAR ACCESSIVEIS A COMUNIDADE OS BENS E SERVIÇOS CULTURALS; RESERVAR O ESPAÇO DE CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, INTERCAMBIO E DIFUSÃO CULTURAL; APLICAR AS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ADMINISTRATIVA, TECNICA E GRUPOS CULTURALS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS; PROMOVER EVENTOS DE ALTO SIGNIFICADO HISTORICO E CULTURAL;							
(EXEMPLOS)							
- LIVRO DO SOLITAO (EXEMPLAR) - 10.000							

42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA  
42101 – MINISTÉRIO DA CULTURA

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	AROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	CREDITO SUPLEMENTAR	R\$	1,00
08.048.0247.4016.0004 DESENV. DE AÇÕES E SERVIÇOS CULTURAIS EM UNIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - LÍMBO DO "GOITANDO" (EXEMPLAR) - 10.000	F	40	0	100	80.000 80.000 80.000 80.000				80.000 80.000 80.000 80.000						
08.048.0247.4016.0008 REALIZAÇÃO DE FESTIVAL DE MÚSICA GAIUNA E NATIVISTA E POESIA EM PARANÁ DO LIVRAMENTO - RS - EVENTO APOIADO (UNIDADE) - 1	F	90	0	100	100.000 100.000 100.000 100.000				100.000 100.000 100.000 100.000						
POLÍTICA EXTERIOR COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					83.270 83.270 83.270			83.270 83.270 83.270							
08.072.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS PROVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS CONFERÊNCIAS ANNUAIS DE INTERMEDIÇÃO POR MEDIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA. - COTA CONTRIBUTIVA EPTUOM (UNIDADE) - 1	F	72	0		83.270 83.270 83.270			83.270 83.270 83.270							
08.072.0411.2017.0180 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 1				100	83.270			83.270							
TOTAL FISCAL					613.270			433.270				180.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

42000 – MINISTÉRIO DA CULTURA  
42201 – FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	AROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	CREDITO SUPLEMENTAR	R\$	1,00
EDUCAÇÃO E CULTURA CULTURA DIFUSÃO CULTURAL					9.000 9.000 9.000 9.000										
08.048.0247.2008 PROGRAMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS DESENVOLVER SISTEMAS DE INFORMAÇÕES QUE ATENDAM SIMULTANEAMENTE A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E AOS PRODUTORES, AGENTES E CONSUMIDORES CULTURAIS; ORIENTAR A GESTÃO E A EQUIPAGEM DE ACESSO AS INFORMAÇÕES. - EVENTO REALIZADO (UNIDADE) - 1 - PESSOA PREMIADA (PESSOA) - 10 - SISTEMA DE ACESSO A INFORMAÇÕES (UNIDADE) - 1 - SISTEMA DE DADOS CRIADO (UNIDADE) - 1 - SOFTWARE AQUISIÇÃO (UNIDADE) - 1	F	90	0	100	9.000 9.000 9.000 9.000			9.000 9.000 9.000 9.000							
08.048.0247.2008.0003 PROCESSAMENTO TÉCNICO E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CULTURAIS - EVENTO REALIZADO (UNIDADE) - 1 - PESSOA PREMIADA (PESSOA) - 10 - SISTEMA DE ACESSO A INFORMAÇÕES (UNIDADE) - 1 - SISTEMA DE DADOS CRIADO (UNIDADE) - 1 - SOFTWARE AQUISIÇÃO (UNIDADE) - 1								9.000 9.000 9.000 9.000							
TOTAL FISCAL					9.000			9.000							

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										CREDITO SUPLEMENTAR			
										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			
ESPECIFICAÇÃO	ES	M	S	O	F	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS L.N.C. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA							197.149			197.149			
POLÍTICA EXTERIOR							2.900			2.900			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL							2.900			2.900			
08.072.0411.2017							2.900			2.900			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS													
PROVIDER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, CULTURAL, TECNOLÓGICA, E CIENTÍFICA.													
- COTA CONTRIBUTIVA EFETIVA (UNIDADE) - 3													
08.072.0411.2017.0209							2.900			2.900			
CONTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ICON							2.900			2.900			
- COTA CONTRIBUTIVA EFETIVA (UNIDADE) - 1							2.900			2.900			
08.072.0411.2017.0209							154.649			154.649			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR							154.649			154.649			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL							154.649			154.649			
08.078.0485.4089							154.649			154.649			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO													
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO INSS, INSS-RETENÇÃO, INSS-ACIDENTE, INSS-OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS / ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.													
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PES30A) - 1.835													
08.078.0485.4089.0006							154.649			154.649			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO							154.649			154.649			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PES30A) - 1.167							154.649			154.649			
08.078.0485.4089.0006							154.649			154.649			
TOTAL FISCAL							197.149			197.149			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





ANEXO III	
ACRESCIMO	

42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42202 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			192.358	
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		188.811		
1800.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	FIS	44.137			
1800.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	122.174			
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		28.046		
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		28.046		
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	28.046			
TOTAL FISCAL				192.358	

ANEXO III	
ACRESCIMO	

42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			576.262	
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		46.150		
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		46.150		
1311.00.00 ALUGUEIS	FIS	46.150			
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		339.689		
1800.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	789			
1800.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	FIS	338.870			
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		83.270		
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		83.270		
11.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	83.270			
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		107.173		
1920.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		18.866		
1922.00.00 RESTITUIÇÕES	FIS	18.866			
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		91.307		
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	91.307			
TOTAL FISCAL				576.262	

## ANEXO III

ACRESCIMO

42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.000.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		1.000.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.000.000	
1711.01.32 TRANSFERENCIA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	FIS	237.000		
1711.01.33 TRANSFERENCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS PREMIOS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	FIS	763.000		
TOTAL FISCAL				1.000.000

## ANEXO III

ACRESCIMO

61000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO  
61202 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - INDESP

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	SEQ			3.130.329
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	SEQ		3.130.329	
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	SEQ		3.130.329	
1210.11.02 CONTRIBUIÇÃO DO ADICIONAL A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS PARA O INDESP	SEQ	3.130.329		
TOTAL SEGURIDADE				3.130.329

ANEXO IV

REDUÇÃO

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA  
42204 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			16.982
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		16.982	
1600.01.02	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	FIS	16.982		
TOTAL FISCAL					16.982

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

*Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.*

**Art. 6º** Constituem recursos do INDESP:

I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arrendamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III - doações, legados e patrocínios;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V - outras fontes.

§ 1º O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II deste artigo, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no art. 7º.

§ 3º Do montante arrecadado nos termos do § 2º, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou aos órgãos que as substituam, e cinquenta por cento serão divididos entre os Municípios de cada Estado, na proporção de sua população.

§ 4º Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal-CEF apresentará balancete ao INDESP, com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado neste artigo.

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

**§ 2º** Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

**§ 3º** Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

**§ 4º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 5º** Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 6º** Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**§ 7º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

**§ 8º** O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

.....

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

- a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;
- b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

- a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;
- b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;
- c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;
- d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII - destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320. DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de cotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

#### MENSAGEM Nº 1.075, DE 1999-CN

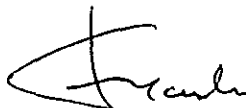
(nº 1.610/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da

União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 11.935.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 491 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) de crédito especial no montante de R\$ 11.935.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, com os objetivos a seguir discriminados:

**1. Ministério da Ciência e Tecnologia**

**R\$ 1,00  
11.650.000**

1.1 Desenvolvimento da primeira etapa de instalação de uma unidade industrial de enriquecimento isotópico de urânio . O empreendimento conta, entre outros fatores positivos, com a existência de grandes reservas de urânio no país, o aproveitamento de uma sofisticada tecnologia desenvolvida pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (processo de ultracentrifugação), a necessidade de fortalecimento, de forma sustentável, do sistema de energia, o domínio do ciclo completo de combustível nuclear e o alto custo da fase de enriquecimento, que representa mais de um terço do custo total. A previsão inicial do custo total do projeto é de R\$ 135,0 milhões, a serem desembolsados em 8 anos.

**10.000.000**

1.2 Pagamento de sentença condenatória imposta a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., em ação movida pela CETENCO Engenharia S.A., por cobrança de juros e correção pelo atraso na liquidação de faturas há vinte anos.

**1.650.000**

**2. Ministério do Meio Ambiente**

**285.000**

2.1 Internalização de recursos oriundos de doação do governo japonês, para a realização de estudos voltados à mudança da política para a Floresta Amazônica, e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável da região, dentro do Projeto de Transformação do Setor Florestal.

**285.000**

2. Os recursos necessários à viabilização do presente crédito são oriundos de:

Em R\$ 1,00	
Órgão	Valor
<b>Ministério da Ciência e Tecnologia</b> - Excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional	11.650.000
<b>Ministério do Meio Ambiente</b> - Incorporação de doações externas	285.000
<b>Total</b>	<b>11.935.000</b>

3. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, enquanto aquele oriundo de doações externas é detalhado a seguir:

Descrição	Fonte	Lei + créditos 1999 (1)	Reestimativa	Excesso de arrecadação
17.40.00.00 Transferências do exterior	195	16.949.298	17.234.298	285.000

(1) Inclui créditos publicados (R\$ 3.023.390,00) e em tramitação (R\$ 9.833.904,00)

4. O crédito em questão encontra-se em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e de conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei, por tratar-se de crédito especial, tendo em vista o atendimento de despesas para as quais não consta programação na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 9.789, de 1999).

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão



# **ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 491 DE 28 / 10 / 1999**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de se aportar recursos novos para o desenvolvimento da 1ª etapa de instalação de uma unidade industrial de enriquecimento isotópico de urânio no Brasil, para o cumprimento de sentença condenatória imposta à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. e para incorporar recursos oriundos de doação do governo japonês para aplicação no Projeto de Transformação do Setor Florestal.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, mediante projeto de lei, tendo em vista a criação de novas programações (projetos e atividade).

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente, é a alternativa viável.

**4. Custos:**

O crédito no valor total de R\$ 11.935.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) será custeado com:

1. R\$ 11.650.000,00 (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) oriundos do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e
2. R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) provenientes de doações.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

--

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto Atual	Texto Proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

**PROJETO DE LEI Nº 56, DE 1999-CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 11.935.000,00, para os fins que especifica.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 11.935.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

**I -** excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 11.650.000,00 (onze milhões, seiscentos e cinquenta mil reais); e

**II -** excesso de arrecadação proveniente da incorporação de doações, no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

**Art. 3º** Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., na forma indicada no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                      de 1999.

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A - INB

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					10.000.000				10.000.000		
ENERGIA ELETRICA					10.000.000				10.000.000		
PRODUÇÃO INDUSTRIAL					10.000.000				10.000.000		
09.051.0347.5733					10.000.000				10.000.000		
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO											
IMPLANTAÇÃO EM ESCALA INDUSTRIAL DE UMA UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO PELO METODO DE ULTRACENTRIFUGAÇÃO											
09.051.0347.5733.0001	F	90			10.000.000				10.000.000		
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO				199	10.000.000				10.000.000		
					10.000.000				10.000.000		
					10.000.000				10.000.000		
TOTAL FISCAL					10.000.000				10.000.000		

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					1.650.000			1.650.000			
ADMINISTRAÇÃO					1.650.000			1.650.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.650.000			1.650.000			
09.007.0021.4907					1.650.000			1.650.000			
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL											
CUMPRIR O PAGAMENTO DE PRECATORIOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART.100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; O PAGAMENTO DE VANTAGENS PECUNIARIAS CONCEDIDAS INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE, MEDIANTE DECISÕES JUDICIAIS AINDA NÃO INCORPORADAS EM CARATER DEFINITIVO AS REMUNERAÇÕES DOS BENEFICIARIOS, POR FORÇA DO MERITO TRANSITADA EM JULGADO; E, PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DEVIDAS PELAS EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECO NOMIA MISTA											
09.007.0021.4907.0003	F	90			1.650.000			1.650.000			
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO				199	1.650.000			1.650.000			
DEVIDA P/ EMPRESAS PUBLICAS E SOC. DE ECONOMIA MISTA					1.650.000			1.650.000			
					1.650.000			1.650.000			
TOTAL FISCAL					1.650.000			1.650.000			

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	MOD	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					285.000			285.000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					285.000			285.000			
LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE					285.000			285.000			
03.009.0059.3731					285.000			285.000			
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL											
REALIZAR ESTUDO PARA A TRANSFORMAÇÃO DO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO											
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)* 1											
03.009.0059.3731.0001	F	90			285.000			285.000			
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL					285.000			285.000			
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)* 1				195	285.000			285.000			
TOTAL FISCAL					285.000			285.000			

ANEXO II

ACRESCIMO

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A - INB

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			10.000.000
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		10.000.000	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		10.000.000	
2411.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	10.000.000		
TOTAL FISCAL				10.000.000

ANEXO II

ACRESCIMO

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.660.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		1.660.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		1.660.000	
1711.01.60 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.660.000		
TOTAL FISCAL				1.660.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

## MENSAGEM Nº 1.076, DE 1999-CN.

(nº 1.611/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.

EM nº. 463 /MP

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério dos Transportes solicita a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor de R\$ 12.112.000,00 (doze milhões, cento e doze mil reais), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

2. O pleito objetiva viabilizar a execução de obras rodoviárias emergenciais na BR-230, no Estado do Pará, bem como a restauração da BR-367/BA, no segmento compreendido entre Santa Cruz de Cabralia e o Entroncamento com a BR-101 (Eunápolis), o que permitirá maior conforto e segurança para o usuário que irá se dirigir às localidades onde serão realizadas as atividades comemorativas dos 500 anos de Descobrimento do Brasil.

3. Os recursos necessários à viabilização do crédito são oriundos de:

Em R\$ 1,00

- Cancelamento de dotações do próprio Órgão	10.000.000
- Ingresso de Operação de Crédito Externa	2.112.000


**T O T A L****12.112.000**

4. Os remanejamentos decorrentes da anulação parcial de dotações orçamentárias, recairão sobre as fontes 100, 115, 199, no âmbito do próprio Órgão. Tal providência não trará prejuízo à execução das programações onde estão originalmente alocadas essas fontes, uma vez que foi decidida após criteriosa avaliação das suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

5. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente ao atendimento da solicitação, estando a mesma amparada nos arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as disposições contidas no inciso V do art. 167, da Constituição Federal.

6. Diante do exposto, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 463 DE 27 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de o Ministério dos Transportes, por meio de remanejamento de recursos, viabilizar obras emergenciais no Estado do Pará, e, via ingresso de recursos de operação de crédito externa, a restauração da BR-367/BA – no segmento compreendido entre Santa Cruz de Cabralia e o Entroncamento com a BR-101 (Eunápolis).

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial mediante projeto de lei, tendo em vista a criação de novas categorias de programação.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

A alternativa é a única para o problema que se apresenta.

**4. Custos:**

R\$ 12.112.000,00, sendo R\$ 10.000.000,00 decorrentes de remanejamento de recursos no âmbito do próprio Ministério e R\$ 2.112.000,00 do ingresso de operação de crédito externa.

**5. Razões que justificam a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**



## PROJETO DE LEI Nº 57, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 12.112.000,00 (doze milhões, cento e doze mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), indicadas no Anexo II desta Lei; e

II - ingresso de operação de crédito externa no valor de R\$ 2.112.000,00 (dois milhões, cento e doze mil reais);

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na forma indicada no Anexo III desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de outubro de 1999.



PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

[illegible]

## ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.112.000
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		2.112.000	
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.112.000	
2411.01.30	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	FIS	2.112.000		
TOTAL FISCAL					2.112.000

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI N° 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
  - II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
  - III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- .....

**Art. 43 -** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**MENSAGEM Nº 1.077, DE 1999-CN**  
(nº 1.612/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 482/MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério das Relações Exteriores solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), em favor de sua Administração direta.

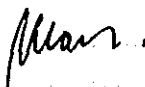
2. A solicitação apresentada objetiva complementar a recomposição do seu orçamento de Outros Custeios e Capital, em decorrência da desvalorização da moeda nacional, que reduziu a capacidade de gasto do Ministério, uma vez que grande parte de suas despesas é realizada em moeda estrangeira.

3. Os recursos necessários ao atendimento do pleito são oriundos de excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, o qual se encontra demonstrado no quadro anexo, em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999).

4. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de suplementação de subatividade à conta da incorporação do excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro Nacional, que não está autorizada na Lei Orçamentária de 1999, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1954.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente à proposição do Órgão, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## **ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 482, DE 28 / 10 / 1999**

### **1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotações orçamentárias para cumprir obrigações com Outros Custeios e Capital, no exterior, dada à desvalorização da moeda nacional, que reduziu a capacidade de gasto do Ministério.

### **2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), à conta do excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro Nacional.

### **3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

### **4. Custos:**

R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

### **5. Razões que justifiquem a urgência:**

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

## PROJETO DE LEI Nº 58, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	
												1.00	1.00
RELACIONES EXTERIORES													
POLITICA EXTERIOR					23.000.000			19.800.000	3.200.000				
RELACIONES DIPLOMATICAS					23.000.000			19.800.000	3.200.000				
12.072.0410.2060					23.000.000			19.800.000	3.200.000				
EXECUÇÃO DA POLITICA EXTERIOR													
ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO E A OPERACIONALIDADE DA													
REDE DE POSTOS NO EXTERIOR, GARANTIR A PROTEÇÃO A													
INTERESSES ECONOMICOS E SERVIDORES E SERVIDORES													
DO MINISTÉRIO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS													
BRASILIANAS													
- EMBALAGEM E REPART. CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) = 185													
12.072.0410.2060.0004	F	90	0	100	23.000.000			19.800.000	3.200.000				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLITICA EXTERIOR					23.000.000			19.800.000	3.200.000				
- EMBALAGEM E REPART. CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) = 185					23.000.000			19.800.000	3.200.000				
TOTAL FISCAL					23.000.000			19.800.000	3.200.000				

AS QUANTIDADES DAS UNIDADES REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....  
**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

**§ 1º** Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

**§ 2º** Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

**§ 3º** Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos, e respectivas exposições de motivos.

**§ 4º** Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

**§ 5º** Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

**§ 6º** Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

**§ 7º** Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

**§ 8º** O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

### LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....  
**Art. 43** - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

**§ 1º** - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**MENSAGEM Nº 1.078, DE 1999-CN**  
(nº 1.613/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 32.839.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 512 /MP**

Brasília, 29 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e o Ministério da Integração Nacional solicitam a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor global de R\$ 32.839.000,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais), para reforço de dotações orçamentárias.

2. A solicitação do Ministério da Educação, no valor de R\$ 8.839.000,00 (oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais), possibilitará a modernização do parque computacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, ação que consta como sua meta institucional, visando à melhoria do aprendizado do corpo discente e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao atendimento da população que utiliza os seus serviços.

3. No caso do Ministério da Justiça, o crédito, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atenderá a despesas com o pagamento parcial de dívidas, decorrentes de contratos de prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção e segurança, com ações de informática e concessão de vale-transporte, do Departamento de Polícia Federal.


4. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), propiciarão maior celeridade às obras de construção da Adutora da Barragem Jucazinho e Adutora do Oeste, em Pernambuco.

5. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de suplementação de subprojetos e subatividades à conta da incorporação de excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional e de ingresso de recursos de operação de crédito interna, procedimentos que não estão autorizados na Lei Orçamentária de 1999, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Os recursos oriundos de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional encontram-se demonstrados no quadro anexo, em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999).

7. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente às proposições dos Órgãos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

  
**MARTUS TAVARES**  
 Ministro de Estado do  
 Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 512 , DE 29 /10 / 99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotações orçamentárias para cumprir obrigações com Outros Custeios e Capital de unidades do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), via projeto de lei.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 32.839.000,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais), à conta do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional e de operação de crédito interna.

**5. Razões que justifiquem a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto Atual

Texto Proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

**PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 32.839.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 32.839.000,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais); e

II – ingresso de operação de crédito interna, no valor de R\$ 8.839.000,00 (oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, na forma indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                de 1999.

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
26294 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

R\$ 1,00

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					8.839.000				8.839.000		
ENSINO SUPERIOR					8.839.000				8.839.000		
ENSINO DE GRADUAÇÃO					8.839.000				8.839.000		
06.044.0200.1005 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA					8.839.000				8.839.000		
RECURSOS À INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINE.											
- EQUIPAMENTO HOSPITALAR ADQUIRIDO (UNID) = 6					8.839.000				8.839.000		
06.044.0200.1005.0004 INSTRUMENTAL PARA HOSPITAIS DE ENSINO					8.839.000				8.839.000		
- EQUIPAMENTO HOSPITALAR ADQUIRIDO (UNID) = 6					8.839.000				8.839.000		
TOTAL FISCAL					8.839.000				8.839.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

R\$ 1,00

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D F	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					20.000.000			20.000.000			
ADMINISTRAÇÃO					19.496.024			19.496.024			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					19.496.024			19.496.024			
06.007.0021.4800 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					19.496.024			19.496.024			
ABSORVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, SEUS RECURSOS, ADMINISTRAÇÃO, INVENTÁRIO, INSTRUMENTAÇÃO, APOIO ADMINISTRATIVO, SUPLENTO, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, RELAÇÕES PÚBLICAS, MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS E FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADES) = 84					16.179.200			16.179.200			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					16.179.200			16.179.200			
06.007.0021.4800.0004 AÇÕES DE INFORMATICA					16.179.200			16.179.200			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADES) = 84					3.316.274			3.316.274			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					3.316.274			3.316.274			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					3.316.274			3.316.274			
06.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					504.476			504.476			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 4.876					504.476			504.476			
06.078.0486.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE					504.476			504.476			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 4.876					504.476			504.476			
TOTAL FISCAL					20.000.000			20.000.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	MO	ID.	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
AGRICULTURA					4.000.000				4.000.000		
RECURSOS HÍDRICOS					4.000.000				4.000.000		
REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA					2.000.000				2.000.000		
04.054.0297.1267 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇÜES PÚBLICOS					2.000.000				2.000.000		
ABASTECER A POPULAÇÃO COM ÁGUA POTÁVEL, PERENIZAR CURSOS D'ÁGUA, CONTROLAR ENCHENTES E POSSIBILITAR A IMPLANTAÇÃO DA IRRIGAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA.											
04.054.0297.1267.0292 BARRAGEM JUCAZINHO EM SURUBIM - PE	F	10	0	199	2.000.000				2.000.000		
					2.000.000				2.000.000		
					2.000.000				2.000.000		
DEFESA CONTRA AS SECAS					2.000.000				2.000.000		
04.054.0457.1269 ENGENHARIA RURAL					2.000.000				2.000.000		
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, CONTRIBUINDO PARA ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA, CRIAÇÃO DE EMPREGOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO.											
04.054.0457.1269.0051 CONSTRUÇÃO DA ADITORA DO DESTE - PE	F	10	0	199	2.000.000				2.000.000		
					2.000.000				2.000.000		
					2.000.000				2.000.000		
TOTAL FISCAL					4.000.000				4.000.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO II

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
26294 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			8.839.000
2100.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	FIS		8.839.000	
2110.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	FIS		8.839.000	
2119.00.00 OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	FIS	8.839.000		
TOTAL FISCAL				8.839.000

ANEXO II

ACRESCIMO

63000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 63204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			4.000.000
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		4.000.000	
2410.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		4.000.000	
2411.01.60	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	4.000.000		
TOTAL FISCAL					4.000.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.



§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

## MENSAGEM Nº 1.079, DE 1999-CN (nº 1.614/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 48.725.754,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 484 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) no valor global de R\$ 48.725.754,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), em favor do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente.

2. O crédito proposto destina-se ao atendimento de despesas diversas das unidades dos Ministérios, destacando-se as ações por unidade orçamentária, conforme detalhado a seguir:

**Ministério dos Transportes – MT****Administração direta**

- implementação da infra-estrutura do sistema de controle de passageiros e cargas nas regiões de fronteiras com os países do Mercosul, acrescentando-se, ainda, a informatização do sistema de fiscalização e controle de transporte rodoviário em sua totalidade;
- cobertura de gastos referentes à cessão de empregados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro ao Ministério;
- informatização do sistema de controle e fiscalização do transporte ferroviário, proporcionando um melhor controle das concessões na área;
- recuperação das instalações do Porto Salineiro de Areia Branca, que se encontra em estado precário, cuja dotação orçamentária é insuficiente para a conclusão das obras;
- retomada das obras de construção de eclusas na barragem de Tucuruí, em atraso em relação ao cronograma inicial;
- cumprimento de convênio com as Companhias Docas referente à descentralização administrativa dos portos e manutenção de hidrovias; e
- elaboração de projetos ferroviários, visando à desativação de ramais urbanos, buscando-se uma melhoria no tráfego urbano.

**Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB**

- suplementação dos recursos destinados à concessão de auxílio alimentação, devido ao aumento do ticket por ocasião da aprovação do acordo coletivo para este exercício.

**VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**

- manutenção de serviços de administração geral; e
- conclusão de etapa na construção da ferrovia Norte-Sul

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**

- reforço das dotações destinadas ao auxílio alimentação aos funcionários;
- adequação do orçamento aprovado aos projetos de melhoramento do sistema de Salvador;
- complementação e implantação do sistema de Belo Horizonte, prejudicado pelos cortes ocorridos; e

atendimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, que não foram previstas quando da elaboração da lei orçamentária para 1999.

**Ministério do Meio Ambiente**

**IBAMA**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –

cobertura de despesas relativas a material de consumo, diárias, passagens e contratos de prestação de serviços.

3. Os recursos que possibilitarão a abertura do crédito solicitado advêm de excesso de arrecadação e anulação de outras dotações orçamentárias, sem prejuízo da programação dos órgãos envolvidos.

4. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO-1999), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional oriundas de concessões e permissões, enquanto aquele oriundo da reestimativa da arrecadação de receitas diretamente arrecadadas é detalhado a seguir:

ÓRGÃO/UNIDADE/NATUREZA DA RECEITA	FT.	1999		EXCESSO ARRECADAÇÃO
		LEI	REESTIMAT.	
Ministério dos Transportes				
TRENSURB				
1990.99.00 – Outras Receitas	250	9.996	386.307	376.311
VALEC				
1600.03.02 – Serviços de	250	29.000	(1) 356.090	178.500
Transporte Ferroviário				
CBTU				
1922.00.00 – Restituições	250	0	(2) 17.750.820	815.716

(1) Incorporação de R\$ 148.590,00 (cento e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa reais) consta de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional;

(2) incorporação de R\$ 16.935.104,00 (dezesseis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais) consta de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

5. A abertura do crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por não atender à autorização concedida ao Poder Executivo no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 12, § 4º, da Lei nº 9.692, de 1998.

6. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**

Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 484 , DE / /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de os Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente complementarem as dotações para possibilitar o cumprimento dos programas de trabalho de suas unidades (Administração direta/MT, TRENSURB, VALEC, CBTU e IBAMA).

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), estando em conformidade com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 12, § 4º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 48.725.754,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo R\$ 8.680.534,00 (oito milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais) oriundos de excesso de arrecadação e R\$ 40.045.220,00 (quarenta milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e vinte reais) de remanejamento de outras dotações orçamentárias.

**5. Razões que justificam a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

<b>Texto atual</b>	<b>Texto proposto</b>

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## **PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 48.725.754,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor dos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 48.725.754,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

**I** – remanejamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 40.045.220,00 (quarenta milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e vinte reais); e

**II** – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas e do Tesouro Nacional oriundo de concessões, no valor de R\$ 8.680.534,00 (oito milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

**Art. 3º** Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                        de 1999.



39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO					4.151.671			409.151	2.345.000	1.397.520	
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS					1.397.520					1.397.520	
16.090.0563.1700					1.397.520					1.397.520	
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS											
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITÁRIO DA UNIÃO											
- INSTALAÇÃO PORTUÁRIA RECUPERADA (UNIDADE) = 1											
16.090.0563.1700.0187	F	90		199	1.397.520					1.397.520	
COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE AREIA BRANCA					1.397.520					1.397.520	
- INSTALAÇÃO PORTUÁRIA RECUPERADA (UNIDADE) = 1					1.397.520					1.397.520	
HIDROVIAS					2.754.151			409.151	2.345.000		
16.090.0567.1620					2.345.000				2.345.000		
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDROVIÁRIAS											
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU IMPLANTAR INSTALAÇÕES QUE VIABILIZEM A IMPLANTAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO OU A AMPLIAÇÃO DA OPERACIONALIDADE DAS HIDROVIAS QUE SERVEEM AS REGIÕES DO PAÍS.											
- ECLUSA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 4											
- ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 1											
- HIDROVIA IMPLANTADA (KM) = 8.577											
- PROJETO ELABORADO (UNIDADE) = 1											
- OBRA REALIZADA (UNIDADE) = 1											
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) = 1											
16.090.0567.1620.0014	F	90		100	2.345.000				2.345.000		
CONSTRUÇÃO DAS ECLUSAS NA BARRAGEM DE YUCURUI - PA					2.345.000				2.345.000		
- ECLUSA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 1					2.345.000				2.345.000		
16.090.0567.2473					409.151			409.151			
RESSARCIMENTO ÀS COMPANHIAS DOCS - SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS INTERIORES											
RESSARCIMENTO ÀS COMPANHIAS DOCS POR SERVIÇOS PRESTADOS EM OCORRÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS INTERIORES.											
16.090.0567.2473.0001	F	90		100	56.747			56.747			
RESSARCIMENTO À COMPANHIA DOCS DO MARANHÃO - ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL					56.747			56.747			
- ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL					56.747			56.747			
16.090.0567.2473.0002	F	90		100	158.044			158.044			
RESSARCIMENTO À COMPANHIA DOCS DO PARA - ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL					158.044			158.044			
- ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL					158.044			158.044			
16.090.0567.2473.0007	F	90		100	194.360			194.360			
RESSARCIMENTO À COMPANHIA DOCS DO ESTADO DA BAHIA - ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SÃO FRANCISCO					194.360			194.360			
- ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DO SÃO FRANCISCO					194.360			194.360			
TOTAL FISCAL					14.641.678			8.789.151	4.685.007	1.397.520	

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39205 – EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

R\$ 1,00

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PREÇO UNIT.	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE										
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR										
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL										
16.079.0466.4090										
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS O										
RECONHECIMENTO DOS AUTORES DE INVENÇÃO										
VALE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFeição, ALMOÇO										
OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM										
LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSELA) - 1,062										
16.079.0466.4098.0005										
AUXÍLIO REFECÇÃO/ALIMENTAÇÃO										
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSELA) - 1,042										
TOTAL FISCAL				376.311						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39207 – VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

R\$ 1,00

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PREÇO UNIT.	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE										
ADMINISTRAÇÃO										
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
16.007.0021.4900										
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A										
MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO										
VOLUNTAS AS AÇÕES DE PESSOAL										
ACREDITAÇÃO, ATRIBUIÇÃO DE SUPERVISOR										
CONTROLE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, CONTROLE										
INFORMÁTICA, TRANSPORTES, REPAROS, TELECOMUNICAÇÕES,										
ETC.										
16.007.0021.4900.0001										
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL										
TRANSPORTE FERROVIÁRIO										
FERROVIAS										
16.089.0942.1213										
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS										
PROSEGUIR A CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS,										
COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA										
AO SEU FUNCIONAMENTO, SEM COMO DAS AÇÕES RELATIVAS										
AO PLANEJAMENTO, LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O										
APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DA REGIÃO, GERANDO										
SERVIÇOS ECONÔMICOS E SOCIAIS										
- FERROVIA CONSTRUÇÃO (CM) - 28										
16.089.0942.1213.0001										
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS										
COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA										
AO SEU FUNCIONAMENTO, SEM COMO DAS AÇÕES RELATIVAS										
AO PLANEJAMENTO, LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O										
APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DA REGIÃO, GERANDO										
SERVIÇOS ECONÔMICOS E SOCIAIS										
- FERROVIA CONSTRUÇÃO (CM) - 28										
TOTAL FISCAL				15.176.900						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



**ANSWER 1**

[illegible]

DATA	QUANTIDADE DE METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL
1990	1
1991	1
1992	1
1993	1
1994	1
1995	1
1996	1
1997	1
1998	1
1999	1
2000	1
2001	1
2002	1
2003	1
2004	1
2005	1
2006	1
2007	1
2008	1
2009	1
2010	1
2011	1
2012	1
2013	1
2014	1
2015	1
2016	1
2017	1
2018	1
2019	1
2020	1
2021	1
2022	1
2023	1
2024	1
2025	1
2026	1
2027	1
2028	1
2029	1
2030	1
2031	1
2032	1
2033	1
2034	1
2035	1
2036	1
2037	1
2038	1
2039	1
2040	1
2041	1
2042	1
2043	1
2044	1
2045	1
2046	1
2047	1
2048	1
2049	1
2050	1
2051	1
2052	1
2053	1
2054	1
2055	1
2056	1
2057	1
2058	1
2059	1
2060	1
2061	1
2062	1
2063	1
2064	1
2065	1
2066	1
2067	1
2068	1
2069	1
2070	1
2071	1
2072	1
2073	1
2074	1
2075	1
2076	1
2077	1
2078	1
2079	1
2080	1
2081	1
2082	1
2083	1
2084	1
2085	1
2086	1
2087	1
2088	1
2089	1
2090	1
2091	1
2092	1
2093	1
2094	1
2095	1
2096	1
2097	1
2098	1
2099	1
2100	1
2101	1
2102	1
2103	1
2104	1
2105	1
2106	1
2107	1
2108	1
2109	1
2110	1
2111	1
2112	1
2113	1
2114	1
2115	1
2116	1
2117	1
2118	1
2119	1
2120	1
2121	1
2122	1
2123	1
2124	1
2125	1
2126	1
2127	1
2128	1
2129	1
2130	1
2131	1
2132	1
2133	1
2134	1
2135	1
2136	1
2137	1
2138	1
2139	1
2140	1
2141	1
2142	1
2143	1
2144	1
2145	1
2146	1
2147	1
2148	1
2149	1
2150	1
2151	1
2152	1
2153	1
2154	1
2155	1
2156	1
2157	1
2158	

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					2.802.112			2.802.112			
ADMINISTRAÇÃO					2.802.112			2.802.112			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					2.802.112			2.802.112			
03.007.0021.4900					2.802.112			2.802.112			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
03.007.0021.4900.0001	F		90		2.802.112			2.802.112			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			0		2.802.112			2.802.112			
				100	2.802.112			2.802.112			
TOTAL FISCAL					2.802.112			2.802.112			

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE					22.531.671			3.647.520	18.884.151		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO					22.531.671			3.647.520	18.884.151		
PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES					39.151				39.151		
16.090.0562.1560					39.151				39.151		
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS											
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU INSTALAÇÕES QUE REPRESENTEM O APRIMORAMENTO DAS PORTUÁRIAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DE CARGA/DESCARGA DOS NAVIOS, CAMINHOS E TRENS, TRANSPORTES INTERIORES E ARMAZENAGEM DOS PRODUTOS NOS PORTOS. - PROJETO APOIADO (UNIDADE) = 1 - INSTALAÇÃO PORTUÁRIA MELHORADA (UNID) = 1 - INSTALAÇÃO PORTUÁRIA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 2 - TERMINAL CONSTRUÍDO (UNIDADE) = 1											
16.090.0562.1560.0002	F		40		1.000				1.000		
CONSTRUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE SENTO SE - BA			0		1.000				1.000		
- INSTALAÇÃO PORTUÁRIA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 1				100	1.000				1.000		
16.090.0562.1560.0010	F		40		7.000				7.000		
CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DO PORTO DE CHAVES - PA			0		7.000				7.000		
- TERMINAL CONSTRUÍDO (UNIDADE) = 1				100	7.000				7.000		
16.090.0562.1560.0012	F		40		8.000				8.000		
CONSTRUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO FLUVIAL DE XAPIRI - AC			0		8.000				8.000		
- INSTALAÇÃO PORTUÁRIA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 1				100	8.000				8.000		
16.090.0562.1560.0018	F		40		20.000				20.000		
CONSTRUÇÃO DO PORTO FLUVIAL DE BORBA - AM			0		20.000				20.000		
- PROJETO APOIADO (UNIDADE) = 1				100	20.000				20.000		



39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39101 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

R\$ 1,00

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## CREDITO SUPLEMENTAR

\* RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	S F	D F	U S	Q D	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
16.090.0067.1520.0043 - IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES DE ITAIPU - PR - HIDROVIA IMPLANTADA (RM) - 774 - PROJETO ELABORADO (UNIDADE) - 1 - ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) - 1	F	90	O	100	100.000 100.000 100.000 100.000				100.000 100.000 100.000 100.000		
16.090.0067.1620.0168 - IMPLANTACÃO DA HIDROVIA DO RIO SÃO FRANCISCO - IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES DE ITAIPU - PR - HIDROVIA IMPLANTADA (RM) - 1.371	F	90	O	115	647.680 647.680 647.680 647.680				647.680 647.680 647.680 647.680		
16.090.0067.1620.0169 - IMPLANTACÃO DA ECLUSA DE JUPIA E OBRAS COMPLEMENTARES DA HIDROVIA TIETE/PARANA - ECLUSA CONSTRUÍDA (UNIDADE) - 1	F	30	O	100	2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000				2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000		
16.090.0067.1520.0170 - IMPLANTACÃO DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI - HIDROVIA IMPLANTADA (RM) - 1.320	F	90	O	100	40.000 40.000 40.000 40.000				40.000 40.000 40.000 40.000		
TOTAL					22.531.671			3.647.520	16.884.151		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39201 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

R\$ 1,00

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## CREDITO SUPLEMENTAR

\* RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	S F	D F	U S	Q D	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS 16.090.0037.1206 - ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS POSSIBILITAR O AUMENTO DA CAPACIDADE DO TRAFEGO ATRAVES DA INCORPORACAO DE MELHORAMENTOS E COPILACAO DE ELEMENTOS RODOVIARIOS EXISTENTES, COM O OBJETIVO DE AUMENTAR A SEGURANCA E A REDUCCAO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DOS VEICULOS E DO NUMERO DE ACIDENTES. - RODOVIA ADEQUADA (RM) - 13	F	90	O	199	2.360.500 2.360.500 2.360.500 2.360.500				2.360.500 2.360.500 2.360.500 2.360.500		
16.090.0037.1206.7636 - ENTRONCAMENTO GO-431 (PIRENOPOLIS) - ENTRONCAMENTO BR-060 (ANAPOLIS) - RODOVIA ADEQUADA (RM) - 13	F	90	O	199	2.360.500 2.360.500 2.360.500 2.360.500				2.360.500 2.360.500 2.360.500 2.360.500		
TOTAL					2.360.500				2.360.500		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

390000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
392008 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## II. OPENING

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	FISCAL	CODIGO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E DIVC. DA DÍVUL.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESES FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVUL.
TRANSPORTE URBANO TRANSPORTE METROPOLITANO				12.390.937				12.390.937		
16.091.0872.1212 IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS, METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS				12.390.937				12.390.937		
- IMPLANTACAO DE MODEMOS DOS SISTEMAS DE TREMS METROPOLITANOS, INTEGRADOS AOS SISTEMAS DE TRANSPORTES URBANOS. - PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) : 2 - REGULARIDADE PREVISTA (PERCENTUAL) : 100 - REGULARIDADE PREVISTA (PERCENTUAL) : 100				12.390.937				12.390.937		
16.091.0872.1212.0003 DO SISTEMA DE FORTELEZA - METROFOR . PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) : 1	F	90 Q		543.000 543.000 543.000 543.000				543.000 543.000 543.000 543.000		
16.091.0872.1217.0004 IMPLANTACAO DO SISTEMA DE BELO HORIZONTE - TRECCHO CALAFATE - BARREIRO . PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) : 1	F	90 Q	100	11.807.937 11.807.937 11.807.937				11.807.937 11.807.937 11.807.937		
TOTAL	FISCAL			12.390.937				12.390.937		

**A3 QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL**

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

## 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

## **ANEXO II**

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F D U	M	ID.	FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL											
LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE											
03.009.0099.3532 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO PANTANAL											
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA SACIA DO ALTO PARAGUAI, ATRAVES DO GERENCIAMENTO E DA CONSERVAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE, COM ÊNFASE NAS ATIVIDADES ECONOMICAS E AMBIENTALMENTE COMPLEMENTARES COM O ECOSISTEMA E PROVIDENDO MELHORES CONDIÇÕES A POPULAÇÃO POBRE DA REGIÃO.											
- SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA MANTIDO [UNIDADE] = 1											
- SISTEMA DE ESGOTO CONSTRUÍDO [UNIDADE] = 1											
03.009.0099.3532.0001 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO PANTANAL	F	30	0	100	827.204				827.204		
- SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA MANTIDO [UNIDADE] = 1					711.387				711.387		
- SISTEMA DE ESGOTO CONSTRUÍDO [UNIDADE] = 1		90	0	100	827.817				827.817		
					193.387				193.387		
					193.387				193.387		
					193.387				193.387		
03.009.0099.3034 BIOTECNOLOGIA MOLECULAR PARA A AMAZONIA - PROBLEM					873.000			873.000			
IMPLANTACÃO DE UM CENTRO DE BIOTECNOLOGIA NA AMAZONIA PARA MELHORIA SOCIO-ECONOMICA DA REGIÃO E CONSERVAÇÃO DE SEUS ECOSISTEMAS											
- COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA [UNIDADE] = 3											
- PESQUISA REALIZADA [UNIDADE] = 4											
- TÉCNICO CAPACITADO [PESSOA] = 30											
- INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA [UNIDADE] = 1											
03.009.0099.3034.0001 BIOTECNOLOGIA MOLECULAR PARA A AMAZONIA - PROBLEM	F	90	0	100	873.000			873.000			
- COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA [UNIDADE] = 3					443.000			443.000			
- ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS [UNIDADE] = 4					443.000			443.000			
- TÉCNICO CAPACITADO [PESSOA] = 30		72	0	100	430.000			430.000			
- INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA [UNIDADE] = 1					430.000			430.000			

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										R\$ 1,00	
CREDITO SUPLEMENTAR											
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS											
ESPECIFICAÇÃO	EM S F	10 D	FTE USO	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
03.009.0059.3535 DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZONIA LEGAL - PRODEOTUR UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL E A CRIAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIO-ECONÔMICOS - COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA (ENTIDADE) - 5 - TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (PROJETO) - 3 - CENTRO DE PESQUISA REAPARELHADA (UNIDADE) - 4 - ESTÁÇÃO DE PESQUISA MARITÍMA (UNIDADE) - 1 - PESSOA TREINADA (PESSOA) - 247 - MANUAL PÚBLICO (UNIDADE) - 19	F	90	0	225.108			61.990	164.118			
03.009.0059.3535.0001 DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZONIA LEGAL - PRODEOTUR - COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA (ENTIDADE) - 6 - TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (PROJETO) - 3 - CENTRO DE PESQUISA REAPARELHADA (UNIDADE) - 4 - ESTÁÇÃO DE PESQUISA MARITÍMA (UNIDADE) - 1 - PESSOA TREINADA (PESSOA) - 247 - MANUAL PÚBLICO (UNIDADE) - 19	F	90	0	225.108			61.990	164.118			
03.009.0059.3535.0001 DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZONIA LEGAL - PRODEOTUR - COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA (ENTIDADE) - 6 - TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (PROJETO) - 3 - CENTRO DE PESQUISA REAPARELHADA (UNIDADE) - 4 - ESTÁÇÃO DE PESQUISA MARITÍMA (UNIDADE) - 1 - PESSOA TREINADA (PESSOA) - 247 - MANUAL PÚBLICO (UNIDADE) - 19	F	90	0	225.108			61.990	164.118			
04.077.0103.3531 PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA CONSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS E FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DA REGULAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DA GESTÃO AMBIENTAL, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE. - PROGRAMA DESENVOLVIDO (UNIDADE) - 1	F	90	0	703.000			703.000				
04.077.0103.3531.0005 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO INTEGRADA DE ATIVIDADES AMBIENTAIS DO PNMA NACIONAL - PROGRAMA DESENVOLVIDO (UNIDADE) - 1	F	90	0	703.000			703.000				
TOTAL FISCAL				2.629.312			1.637.990	991.322			
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL											

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE										1,4	1,00
44202 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA											
ANEXO II										CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS	
ESPECIFICACAO	E S F	M D F	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS					172.800				172.800		
DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIOES					172.800				172.800		
PLANEJAMENTO URBANO					172.800				172.800		
11.029.0323.1302					172.800				172.800		
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ACOES NO COMPLEXO INDUSTRIAL											
PROMOVER A EXECUCAO, EM CARATER TRANSITORIO, DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO EM AREA DESTINADA AO ASSENTAMENTO HUMANO DE APOIO AO FUNCIONAMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL METALURGICO, NO MUNICIPIO DE BARCARENA/PA.											
- REDE DE ESGOTO AMPLIADA (M) - 120											
- REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONSTRUIDA (M) - 50											
11.029.0323.1302.0001	F	90	0	100	172.800				172.800		
INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA DOS CABANOS - BARCARENA											
- REDE DE ESGOTO AMPLIADA (M) - 120										172.800	
- REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONSTRUIDA (M) - 50										172.800	
TOTAL FISCAL										172.800	
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL											

## ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			376.311
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		376.311	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		376.311	
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	376.311		
TOTAL FISCAL				376.311

## ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			178.600
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		178.600	
1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	FIS	178.600		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			15.000.000
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		15.000.000	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		15.000.000	
2411.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	7.262.320		
2411.01.04 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	FIS	7.747.680		
TOTAL FISCAL				15.178.600

## ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			5.789.183
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		4.953.437	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		4.953.437	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	543.000		
1711.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	4.410.437		
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		816.716	
1920.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		816.716	
1922.00.00 RESTITUIÇÕES	FIS	816.716		
TOTAL FISCAL				5.789.183

## ANEXO III

ACRESCIMO

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.802.112
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		2.802.112	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.802.112	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	2.802.112		
TOTAL FISCAL				2.802.112



ANEXO IV

REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.380.500	
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		2.380.500		
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.380.500		
2411.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	2.380.500			
TOTAL FISCAL					2.380.500

ANEXO IV

REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.592.937	
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		2.592.937		
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.592.937		
2411.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	543.000			
2411.01.50 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	2.049.937			
TOTAL FISCAL					2.592.937

## ANEXO IV

REDUÇÃO

44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
44202 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			172.800
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		172.800	
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		172.800	
2411.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	172.800		
TOTAL FISCAL				172.800

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

.....

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

**IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:**

- a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;
- b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;
- c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;
- d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

**VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:**

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII - destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII - destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692,

de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

.....

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

.....  
**Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.**

**§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

**I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;**

**II - Os provenientes de excesso de arrecadação;**

**III - Os resultantes de amulação parcial ou total de cotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;**

**IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.**

**§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

**§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.**

**§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.**

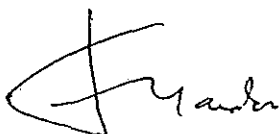
**MENSAGEM Nº 1.080, DE 1999-CN**

(nº 1.615/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 49.014.700,00, para os fins que especifica".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 485 /MP

Brasília, 28 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda solicita a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor de R\$ 49.014.700,00 (quarenta e nove milhões, quatorze mil e setecentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, assim discriminado:

R\$ 1,00			
Discriminação	Natureza da despesa	Fte	Suplementação
• Ações Complementares a Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424/96, no Estado de Roraima	4.6.90.00	144	2.129.400
• Ações Complementares a Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424/96, no Estado do Espírito Santo	4.6.90.00	144	14.572.400
• Ações Complementares a Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424/96, no Estado de Minas Gerais	4.6.90.00	144	14.830.900
• Ações Complementares a Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424/96, no Estado do Pará	4.6.90.00	144	17.482.000
TOTAL			49.014.700

2. A finalidade deste pleito é conceder empréstimo aos Estados supracitados, objetivando o ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme autorização contida na Medida Provisória nº 1.861-17, de 24 de setembro de 1999.

3. Cumpre informar que os Estados beneficiários da presente proposta de empréstimo não foram contemplados com a alocação de recursos no corrente exercício, em função de não terem apresentado previsões de perdas quando do encaminhamento da proposta orçamentária de 1999.

4. Os recursos oferecidos como lastro do crédito são decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, captados especificamente para esta finalidade, segundo o disposto no art. 3º da referida Medida Provisória.

5. Considerando que o crédito solicitado não está amparado pelas autorizações contidas na Lei nº 9.789, de 1999, é indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com os arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

# **ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 485 , DE<sup>28</sup> /10 /1999**

## **1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de atender ao pagamento de despesas com empréstimos na subatividade Ações Complementares à Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424, de 1996, em favor de diversas Unidades da Federação, na unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito.

## **2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito especial, objetivando a inclusão das referidas despesas na programação do orçamento vigente.

## **3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

## **4. Custos:**

R\$ 49.014.700,00 (quarenta e nove milhões, quatorze mil e setecentos reais) decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

## **5. Razões que justifiquem a urgência:**

## 6. Impacto sobre o meio ambiente:

--

## 7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

## 8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

**PROJETO DE LEI Nº 61, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 49.014.700,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito especial no valor de R\$ 49.014.700,00 (quarenta e nove milhões, quatorze mil e setecentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no valor especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.





## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.**

.....

### **LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.**

**Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.**

.....

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.861-17, DE 24 DE SETEMBRO DE 1999.**

**Estabelece critérios para a concessão de empréstimo, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.**

.....

### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

.....

**Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.**

**§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

**I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;**

**II - Os provenientes de excesso de arrecadação;**

**III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;**

**IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.**

**§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

**MENSAGEM Nº 1.081, DE 1999-CN**  
(nº 1.616/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.496.869,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.



Brasília, 29 de outubro de 1999.

**EM nº 494 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa solicitam a abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 52.496.869,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais), em favor do Fundo de Imprensa Nacional, do Comando da Marinha e do Fundo Naval.

2. O crédito pleiteado objetiva promover ajustes no orçamento vigente das unidades envolvidas e será atendido mediante o remanejamento de dotação orçamentária acima do limite estabelecido na Lei Orçamentária de 1999 e a incorporação do excesso de arrecadação de receita vinculada do Tesouro Nacional e de receita não-financeira diretamente arrecadada, conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00
Especificação	Suplementação	Origem
<b><u>Ministério da Justiça</u></b>	<b><u>3.500.000</u></b>	
Fundo de Imprensa Nacional	3.500.000	
<b><u>Ministério da Defesa</u></b>	<b><u>48.996.869</u></b>	<b><u>8.561.246</u></b>
Comando da Marinha	40.435.623	
Fundo Naval	8.561.246	8.561.246
Excesso de Arrecadação de Receita Vinculada do Tesouro Nacional		40.435.623
Excesso de Arrecadação de Receita Não-Financeira Diretamente Arrecadada		3.500.000
<b>TOTAL</b>	<b>52.496.869</b>	<b>52.496.869</b>

3. Cumpre esclarecer que as referidas suplementações destinam-se a atender aos seguintes objetivos, discriminados por Unidade Orçamentária:

a) Ministério da Justiça

- Fundo de Imprensa Nacional

Aquisição de insumos gráficos, manutenção do parque gráfico, pagamento de contratos de limpeza, vigilância e distribuição de jornais.

b) Ministério da Defesa

- Comando da Marinha

Aquisição de diversos materiais para controle de avaria, manobra, proteção, segurança, socorro para a navegação, sobressalentes de máquinas, motores e peças de eletrônica para navios empregados em patrulha, lanchas, radares e equipamentos de comunicação.

- Fundo Naval

Necessidade de remanejamento de dotação orçamentária, em virtude das alterações de fonte efetivadas por Decreto de 20 de maio de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 21 de maio de 1999, que deixaram a atividade Manutenção e Reparos Navais a descoberto.

4. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 1999), demonstra-se, a seguir, o excesso de arrecadação de receita não-financeira diretamente arrecadada e de receita vinculada do Tesouro Nacional, relativas, respectivamente, à receita da indústria editorial gráfica e à quota de royalties pela produção de petróleo ou gás natural:

30.000 - Ministério da Justiça

30.901 - Fundo de Imprensa Nacional

R\$ 1,00				
Descrição	Fonte	Lei 1999	Reestimativa 1999	Excesso de Arrecadação
15.20.29.00 – Receita da Indústria Editorial Gráfica	150	66.960.000	70.460.000	3.500.000
<b>TOTAL</b>		<b>66.960.000</b>	<b>70.460.000</b>	<b>3.500.000</b>

52.000 – Ministério da Defesa

52.131 – Comando da Marinha


Descrição	Fonte	Lei 1999	Reestimativa 1999	Excesso de Arrecadação
12.20.22.03 - Royalties pela produção de petróleo ou gás natural	138	24.671.533	65.107.156	40.435.623
<b>TOTAL</b>		<b>24.671.533</b>	<b>65.107.156</b>	<b>40.435.623</b>

5. O cancelamento proposto não trará nenhum prejuízo à realização da ação onde os recursos estavam alocados, uma vez que foi decidido após análise das possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

6. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar do cancelamento de dotação orçamentária acima do limite autorizado na Lei Orçamentária de 1999 e de incorporação de receitas provenientes de excesso de arrecadação de recursos vinculados do Tesouro Nacional e de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, estando o mesmo em consonância com as prescrições contidas no art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

  
**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 494 , DE 28 / 10 / 1999**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotações orçamentárias para cobertura de despesas relacionadas com diversas atividades do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar mediante o envio de Projeto de Lei ao Congresso Nacional.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 52.496.869,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais) provenientes do remanejamento de recursos orçamentários e incorporação de excesso de arrecadação de recursos vinculados do Tesouro Nacional e receita não-financeira diretamente arrecadada.

**5. Razões que justifiquem a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto Atual	Texto Proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## PROJETO DE LEI Nº 62, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.496.869,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.496.869,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 8.561.246,00 (oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e seis reais), indicada no Anexo II desta Lei; e

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 43.935.623,00 (quarenta e três milhões, novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais).

**Art. 3º** Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Fundo de Imprensa Nacional, na forma indicada no Anexo III desta Lei, no montante especificado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de        de 1999.

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 30901 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	E S P E C I F I C A D O	M D P	Q D T D E	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				3.300.000			3.300.000	150.000	
ADMINISTRAÇÃO				3.300.000			3.300.000	150.000	
OPERAÇÃO OFICIAL				3.300.000			3.300.000	150.000	
03.007.0003.2074				3.300.000			3.300.000	150.000	
PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS									
PREPARAR A REDAÇÃO E OBRIGANDO DE ATOS OFICIAIS DA POLÍCIA E DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE PROTESTANTES CLAM DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA E NOS DIÁRIOS OFICIAIS									
03.007.0003.2074.0002				3.300.000			3.300.000	150.000	
IMPRESSÃO E DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS				3.300.000			3.300.000	150.000	
03.007.0003.2074.0002				3.300.000			3.300.000	150.000	
TOTAL FISCAL				3.300.000			3.300.000	150.000	

32000 - MINISTÉRIO DA DEFESA 32131 - COMANDO DA MARINHA ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	E S P E C I F I C A D O	M D P	Q D T D E	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
DEFESA NAVAL				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
OPERAÇÕES NAVAIS				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
06.037.0163.2082				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
PATRULHA COSTEIRA									
ENVIAR A POLÍCIA NAVAL, VISANDO O CONTROLE, NO QUE SE ENCONTRA O LITORAL DO COMANDO DA MARINHA DO MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA DAS ÁGUAS INTERIORES DA PLATAFORMA SUBMARISSIMA, SEM COMO DOS TERMINOS DE MARINHA, MARGINAIS DOS PORTOS, RIO, LAGOAS E CANAIS.									
06.037.0163.2082.0001				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
OPERAÇÃO DE MEIOS				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
06.037.0163.2082.0001				40.435.623			15.435.623	25.000.000	
TOTAL FISCAL				40.435.623			15.435.623	25.000.000	

AC QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.



52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
52931 - FUNDO NAVAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					8.561.246				8.561.246		
DEFESA NAVAL					8.561.246				8.561.246		
OPERAÇÕES NAVAIS					8.561.246				8.561.246		
06.027.0163.2091					8.561.246				8.561.246		
OPERAÇÃO E ADESTRAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS											
MANTER ADESTRADAS E PRONTAS PARA OPERAÇÕES NO ATLÂNTICO SUL AS FORÇAS NAVAIS, VISANDO A DEFESA DO MAR TERRITORIAL E DAS VIAS NAVEGÁVEIS.											
06.027.0163.2091.0001	F	90	0	270	8.561.246				8.561.246		
MANUTENÇÃO E REPAROS NAVAIS					8.561.246				8.561.246		
					8.561.246				8.561.246		
					8.561.246				8.561.246		
TOTAL FISCAL					8.561.246				8.561.246		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

31000 - MINISTERIO DA MARINHA  
31901 - FUNDO NAVAL

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					8.561.246			8.561.246			
DEFESA NAVAL					8.561.246			8.561.246			
OPERAÇÕES NAVAIS					8.561.246			8.561.246			
06.027.0163.1023					8.561.246			8.561.246			
AMPLIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DE APOIO											
APRIMORAR A INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA MARINHA, PARA FAZER FACE A CONTÍNUA SOPISTICAÇÃO DOS MEIOS E DAS EXIGÊNCIAS DO SEU EMPREGO.											
- SISTEMA DE INFORMÁTICA IMPLANTADO (UNID) = 10											
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 332											
- REBOQUE ADQUIRIDO (UNID) = 265											
06.027.0163.1023.0001	F	90	0	250	8.561.246			8.561.246			
AMPLIAÇÃO DE ARSENALS, BASES E ESTAÇÕES NAVAIS					8.561.246			8.561.246			
- SISTEMA DE INFORMÁTICA IMPLANTADO (UNID) = 10					8.561.246			8.561.246			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 332					8.561.246			8.561.246			
- REBOQUE ADQUIRIDO (UNID) = 265					8.561.246			8.561.246			
TOTAL FISCAL					8.561.246			8.561.246			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## ANEXO III

ACRESCIMO

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
30901 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			3.600.000
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	FIS		3.600.000	
1620.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	FIS		3.600.000	
1620.29.00	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	FIS	3.600.000		
TOTAL FISCAL					3.600.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

## MENSAGEM Nº 1.082, DE 1999-CN (nº 1.617/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.544.481,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".



Brasília, 29 de outubro de 1999.

**EM nº 474 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e do Meio Ambiente, de crédito suplementar no valor global de R\$ 52.544.481,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais), com os objetivos a seguir discriminados:

	R\$ 1,00
<b>I – Justiça Eleitoral</b>	<b>1.054.539</b>
• Fundo Partidário	1.054.539
Viabilizar a integralização de recursos a serem aplicados no desenvolvimento das ações voltadas à manutenção e serviços dos diferentes partidos políticos.	
<b>II – Ministério de Minas e Energia</b>	<b>90.558</b>
• Administração direta	69.212
Cumprir o pagamento integral da cota contributiva devida à Organização Latino-Americana de Energia – OLADE	
• Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM	21.346
Oferecer treinamento ao pessoal do DNPM na área de poluição hídrica e de meio ambiente.	
	6.332
Complementar os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos junto à Associação dos Países Produtores de Estanho – ATPC e ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD.	
	15.014
<b>III – Ministério da Ciência e Tecnologia</b>	<b>51.138.700</b>
• Administração direta	39.645.000

Possibilitar a participação brasileira no projeto de construção da Estação Espacial Internacional. Os recursos serão utilizados no pagamento de serviços de consultoria do projeto e a fabricantes do sensor de umidade brasileiro, para integração a satélite americano, e na construção de outras partes da estação espacial de responsabilidade do Brasil.

• Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq 1.380.000  
Atender a despesas decorrentes da prestação de serviços de conectividade da Rede Nacional de Pesquisas, no âmbito do Distrito Federal, e do desenvolvimento de ações na área de editoração e recursos humanos em informações científicas e tecnológicas, a cargo do Instituto Brasileiro de Informações Científicas e Tecnológicas e, ainda, de prestação de serviços tecnológicos pelo Centro de Tecnologia Mineral.

• Comissão Nacional de Energia Nuclear 4.461.200  
Assegurar a produção de radiosótopos e radiofármacos, utilizados em medicina nuclear pela rede pública e privada, bem como a regularização das contribuições devidas a organismos internacionais.

• Indústrias Nucleares do Brasil S.A. 5.652.500  
Cobrir gastos relativos à fabricação e montagem dos elementos combustíveis para o núcleo central do reator da Usina Nuclear de Angra II, à operação das fábricas de pó (reconversão) e pastilhas de urânio, e ainda, à produção de concentrado de urânio em Caetité, na Bahia.

**IV – Ministério do Meio Ambiente 260.684**

• Administração direta 244.684

Cobrir gastos relativos à concessão de auxílio transporte a seus servidores; 56.000

Desenvolver ações voltadas à educação ambiental, à conscientização pública para a preservação do meio ambiente, à diminuição da deterioração do sistema de drenagem e capacitação das áreas pluviais que causam diversos danos na área verde e à divulgação de produtos em publicações científicas. 188.684

• Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR 16.000  
Assegurar a manutenção dos serviços de administração geral

2. Os recursos para a viabilização do crédito são oriundos de:  
- excesso de arrecadação de receitas próprias 9.991.723  
- remanejamento entre programações 2.907.758  
- excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional 39.645.000

**Total 52.544.481**

3. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692 de 27 de julho de 1998 (LDO-1999), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, enquanto aquele oriundo da arrecadação de receitas próprias é detalhado a seguir:

R\$ 1,00


ÓRGÃO/UNIDADE/NATUREZA DA RECEITA	FT.	1999		EXCESSO ARRECAD.
		LEI	REESTIM.	
<b>Justiça Eleitoral</b>				
Fundo Partidário				
1919.06.00 – Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas	150	3.486.443	4.540.982	1.054.539
<b>Ministério da Ciência e Tecnologia</b>				
CNPq				
1600.12.00 – Serviços Tecnológicos	250	1.196.000	2.576.000	1.380.000
CNEN				
1321.00.00 – Juros de Títulos de Renda	280	24.000	624.000	600.000
1520.21.00 – Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	250	12.824.787	(1) 15.346.955	2.522.168
INB				
1520.99.00 – Outras Receitas da Indústria de Transformação	250	43.995.810	49.648.310	5.652.500
<b>Ministério do Meio Ambiente</b>				
Administração direta				
1600.19.00 – Serviços Recreativos e Culturais	150	407.979	596.663	188.684
CODEBAR				
1922.00.00 – Restituições	250		16.000	16.000

(1) A incorporação de R\$ 1.422.168,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e oito reais) consta de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

4. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, observadas as disposições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei, por se tratar de suplementação de dotações que ultrapassam o limite autorizado no art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 9.789, de 1999, e de incorporação de excesso de arrecadação.

5. Isto posto, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

  
**MARTUS TAVARES**  
 Ministro de Estado do  
 Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 474 , DE 28 /..10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de atender à participação brasileira no projeto de construção da Estação Espacial Internacional, ao ajuste de programações à realidade da execução orçamentária, mediante remanejamentos de dotações, bem como viabilizar a utilização do excesso de arrecadação do Fundo Partidário da Justiça Eleitoral e de diversas unidades vinculadas aos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e do Meio Ambiente.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

Custo total de R\$ 52.544.481,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais), sendo:

- R\$ 2.907.758,00 (dois milhões, novecentos e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais), de cancelamentos de dotações dos órgãos envolvidos;
- R\$ 39.645.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil reais), de recursos decorrentes do excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional; e
- R\$ 9.991.723,00 (nove milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e três reais), de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias.

**5. Razões que justificam a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Positivo, tendo em vista que a parcela destinada ao Ministério do Meio Ambiente visa ao desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## **PROJETO DE LEI Nº 63, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.544.481,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 52.544.481,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 2.907.758,00 (dois milhões, novecentos e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais), indicadas no Anexo II desta Lei;

II – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 9.991.723,00 (nove milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e três reais); e

III – excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 39.645.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil reais).

**Art. 3º** Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Fundo Partidário, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, da Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                      de 1999.



14000 – JUSTIÇA ELEITORAL  
14901 – FUNDO PARTIDÁRIO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	O D F	ID U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
JUDICIÁRIA											
PROCESSO JUDICIÁRIO											
AÇÃO JUDICIÁRIA											
02.004.0012.2010											
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS											
PRESTAR ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS DIRETORIOS											
NACIONAIS DOS PARTIDOS BRASILEIROS DA LET.											
- PARTIDO POLÍTICO ATENDIDO (UNIDADE) - 49											
02.004.0012.2219.0001											
ASSISTÊNCIA AOS PARTIDOS POLÍTICOS											
- PARTIDO POLÍTICO ATENDIDO (UNIDADE) - 49											
TOTAL FISCAL											

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

32000 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
32101 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S F	O D F	ID U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS											
POLÍTICA EXTERIOR											
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL											
09.072.0411.2017											
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS											
CONFERIR A PRESEÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS											
ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE											
RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA,											
COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.											
- COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 1											
09.072.0411.2017.0112											
ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA - OLADE											
- COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 1											
TOTAL FISCAL											

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

32000 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
32263 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	S D	F D	USO	ID.	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS							21.346			21.346			
RECURSOS MINERAIS							6.332			6.332			
CONTROLE DA POLUIÇÃO							6.332			6.332			
09.053.0456.4319							6.332			6.332			
CONTROLE AMBIENTAL DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO													
PLANEJAM. COORDENAR E CONTROLAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO													
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS													
MONITORAMENTO E A REABILITAÇÃO DE ÁREAS MINERADAS													
ÁREA MONITORADA (HA) - 10													
DIAGNOSTICO REALIZADO (UNIDADE) - 4													
09.053.0456.4319.0001							6.332			6.332			
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE MINAS E CARIMPOS PARA A							6.332			6.332			
ÁREA MONITORADA (HA) - 10 (UNIDADE) - 3							6.332			6.332			
DIAGNOSTICO REALIZADO (UNIDADE) - 4							10.014			15.014			
POLITICA EXTERIOR							10.014			15.014			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL							10.014			15.014			
09.072.0411.2017							2.697			2.697			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS							2.697			2.697			
PROMOVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR							2.697			2.697			
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA							12.317			12.317			
COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 4							12.317			12.317			
09.072.0411.2017.0006							2.697			2.697			
ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES DE ESTANHO - AIPC							2.697			2.697			
COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 2							12.317			12.317			
09.072.0411.2017.0231							12.317			12.317			
FUNDO FIDUCIÁRIO PARA O MINÉRIO DE FERRO DA UNCTAD							12.317			12.317			
COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) - 2							12.317			12.317			
TOTAL FISCAL							21.346			21.346			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E M	S D	F D	USO	ID.	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
Ciência e tecnologia							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
PESQUISA APLICADA							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
03.010.0005.3501							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
ESTÁÇÃO ESPACIAL INTERNACIONAL													
ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DA ESTÁÇÃO ESPACIAL INTERNACIONAL													
VISAMOS A UTILIZAÇÃO DE LABORATÓRIOS EM AMBIENTE DE													
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE													
BIOTECNOLOGIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS													
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO (UNIDADE) - 1							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
03.010.0005.3501.0001							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
ESTÁÇÃO ESPACIAL INTERNACIONAL							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO (UNIDADE)							39.645.000			27.396.300	12.248.700		
TOTAL FISCAL							39.645.000			27.396.300	12.248.700		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 24201 – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO												
ANEXO I												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												
ESPECIFICAÇÃO	E M	S D	F D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO												
CIÊNCIA E TECNOLOGIA												
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL												
03.010.0036 2338												
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE PESQUISAS												
REALIZAR PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS, DIAM COMO PROPORCIONAR A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DOS VÁRIOS INSTITUTOS DE PESQUISAS, EM SUAS ÁREAS ESPECÍFICAS DE ATUAÇÃO												
- PRODUTO REALIZADO (UNIDADE) - 15												
- PRODUTO ANALISADO (UNIDADE) - 30												
- PUBLICAÇÃO DIVULGADA (UNIDADE) - 150												
03.010.0036 2339 0002												
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM												
- PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) - 15												
- PRODUTO ANALISADO (UNIDADE) - 30												
- PUBLICAÇÃO DIVULGADA (UNIDADE) - 150												
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA												
03.010.0037 2337												
DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS												
DESENVOLVER ATIVIDADES DE PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE ESTUDOS, ANÁLISES E INFORMAÇÕES, SEM COMO CRIAR, MANUTER E DESENVOLVER MECANISMOS E SISTEMAS CAPAZES DE SUPRIR A COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO												
- PUBLICAÇÃO EDITADA (UNIDADE) - 2												
- INTERCÂMBIO REALIZADO (UNIDADE) - 5												
- MATERIAL AUDIO VISUAL PRODUZIDO (UNIDADE) - 5												
03.010.0037 2337.0001												
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT												
- PRODUTO REALIZADO (UNIDADE) - 2												
- INTERCÂMBIO REALIZADO (UNIDADE) - 5												
- MATERIAL AUDIO VISUAL PRODUZIDO (UNIDADE) - 5												
TOTAL												
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL												

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
24204 – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

ANEXO I

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM S F	ID. FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS			4.461.200			4.461.200			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			3.700.000			3.700.000			
PESQUISA APLICADA			3.700.000			3.700.000			
09.010.0005.2251			3.700.000			3.700.000			
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NUCLEAR									
GARANTIR A AUTONOMIA NACIONAL EM SETORES									
ESTRATÉGICOS DA ÁREA NUCLEAR,									
09.010.0005.2251.0006	F	90	3.700.000			3.700.000			
PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS			3.700.000			3.700.000			
		100	3.700.000			3.700.000			
		280	1.000.000			1.000.000			
			600.000			600.000			
POLÍTICA EXTERIOR			761.200			761.200			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL			761.200			761.200			
09.072.0411.2017			761.200			761.200			
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS									
ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR									
MEIO DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA,									
COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.									
09.072.0411.2017.0217	F	72	700.000			700.000			
INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY			700.000			700.000			
		100	700.000			700.000			
			700.000			700.000			
09.072.0411.2017.0218	F	72	10.200			10.200			
INTERNATIONAL CONSULTATIVE GROUP ON FOOD			10.200			10.200			
		100	10.200			10.200			
			10.200			10.200			
09.072.0411.2017.0220	F	72	1.000			1.000			
LATIN AMERICAN SOCIETY/AMERICAN NUCLEAR			1.000			1.000			
		100	1.000			1.000			
			1.000			1.000			
<b>TOTAL</b>	<b>FISCAL</b>		<b>4.461.200</b>			<b>4.461.200</b>			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
24206 - INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A - INB

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	S F	M D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					5.652.500			5.652.500	
ENERGIA ELÉTRICA					5.652.500			5.652.500	
PRODUÇÃO INDUSTRIAL					5.652.500			5.652.500	
09.051.0347-2446					5.652.500			5.652.500	
FABRICAÇÃO DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR					5.652.500			5.652.500	
PROMOVER A FABRICAÇÃO DE ELEMENTOS COMBUSTÍVEIS					5.652.500			5.652.500	
PARA USINAS NUCLEARES.					5.652.500			5.652.500	
09.051.0347-2448-0001					5.652.500			5.652.500	
FABRICAÇÃO DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR					5.652.500			5.652.500	
TOTAL FISCAL					5.652.500			5.652.500	

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
44101 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	S F	M D	ID USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					244.684			209.684	35.000
PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS					168.684			153.684	35.000
JARDINS BOTÂNICOS E ZOOLOGICOS					168.684			153.684	35.000
03.017.0106-4914					168.684			153.684	35.000
OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISAS									
JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO									
PROMOVER, REALIZAR E DIVULGAR PESQUISAS									
TECNICO-CIENTÍFICAS SOBRE OS RECURSOS FLORESTAIS									
DO BRASIL.									
- PARQUE APOIADO (UNIDADE) - 2									
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) - 4									
- PESQUISA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DESENVOLVIDA (UNID) - 13									
- AÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA DESENVOLVIDA (UNID) - 15									
03.017.0106-4914-0001					127.684			102.684	25.000
GERENCIAMENTO DO JARDIM BOTÂNICO - RJ					127.684			102.684	25.000
- PARQUE APOIADO (UNIDADE) - 2					127.684			102.684	25.000
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) - 4					127.684			102.684	25.000
- PESQUISA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DESENVOLVIDA (UNID) - 13					127.684			102.684	25.000
03.017.0106-4914-0002					31.000			31.000	
BIODIVERSIDADE					31.000			31.000	
- PESQUISA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DESENVOLVIDA (UNID) - 9					31.000			31.000	
03.017.0106-4914-0003					20.000			10.000	10.000
PARQUE E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS					20.000			10.000	10.000
- PARQUE APOIADO (UNIDADE) - 2					20.000			10.000	10.000
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) - 4					20.000			10.000	10.000
03.017.0106-4914-0004					10.000			10.000	
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					10.000			10.000	
- CENTRO CULTURAL MODERNIZADO (UNIDADE) - 1					10.000			10.000	
- AÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA DESENVOLVIDA (UNID) - 15					10.000			10.000	
03.078.0486-4089					56.000			56.000	
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					56.000			56.000	
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					56.000			56.000	
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS									
OS BENEFÍCIOS DE ALIMENTAÇÃO, VESTIMENTAÇÃO									
VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFELÇÃO ALÉM DE									
OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM									
LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 124									
03.078.0486-4089-0003					56.000			56.000	
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE					56.000			56.000	
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 124					56.000			56.000	
TOTAL FISCAL					244.684			209.684	35.000

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
44202 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA

R\$ 1,00

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
DESENVOLVIMENTO REGIONAL					16.000			16.000			
ADMINISTRAÇÃO					16.000			16.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					16.000			16.000			
07.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					16.000			16.000			
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, DE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
07.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	00	0	250	16.000 16.000 16.000 16.000			16.000 16.000 16.000 16.000			
TOTAL FISCAL					16.000			16.000			

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					69.212			69.212			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					69.212			69.212			
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL					69.212			69.212			
09.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO					69.212			69.212			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) * 1.010											
09.078.0486.4089.0006 AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO - SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) * 1.010	F	90	0	100	69.212 69.212 69.212 69.212			69.212 69.212 69.212 69.212			
TOTAL FISCAL					69.212			69.212			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					21.346			21.346			
ADMINISTRAÇÃO					15.014			15.014			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					15.014			15.014			
09.007.0021.4900					15.014			15.014			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSARIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- INFRA-ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) = 1											
09.007.0021.4900.0001	F	90			15.014			15.014			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					15.014			15.014			
- INFRA-ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) = 1				100	15.014			15.014			
RECURSOS MINERAIS					6.332			6.332			
PESQUISA APLICADA					6.332			6.332			
09.053.0055.2480					6.332			6.332			
DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS EM TECNOLOGIA MINERAL											
DESENVOLVER TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS, NOVAS OU ADAPTADAS, QUE PERMITAM O APROVEITAMENTO DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS E A OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS EM USO.											
- ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 5											
- ÁREA PESQUISADA (UNIDADE) = 3											
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) = 2											
09.053.0055.2480.0010	F	90			6.332			6.332			
ESTUDOS TECNOLÓGICOS MINERAIS					6.332			6.332			
- ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE) = 5				200	6.332			6.332			
- ÁREA PESQUISADA (UNIDADE) = 3											
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) = 2											
TOTAL FISCAL					21.346			21.346			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





50000 – GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE PROJETOS ESPECIAIS  
50201 – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNE

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											
ESPECIFICAÇÃO	E S O P D	M O D	ID	FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS					2.761.200				2.761.200		
CIENCIA E TECNOLOGIA					2.761.200				2.761.200		
PESQUISA APLICADA					2.761.200				2.761.200		
09.010.0095.2231					1.411.200				1.411.200		
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NUCLEAR											
GABINETE A AUTONOMIA NACIONAL EM SETORES											
ESTRATEGICOS DA AREA NUCLEAR											
- ANALISE REALIZADA (UNIDADE) - 6.204					1.400.000				1.400.000		
- TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (PROJETO) - 90					1.400.000				1.400.000		
- INSTITUIÇÃO DESENVOLVIDA (PROJETO) - 300					1.400.000				1.400.000		
- INSTITUIÇÃO APLICADA (UNIDADE) - 1					1.400.000				1.400.000		
- CENTRO DE PESQUISA MANTIDO (UNIDADE) - 1											
- ENSAIO REALIZADO (UNIDADE) - 300					11.200				11.200		
- ENSAIO REALIZADO (UNIDADE) - 300					11.200				11.200		
- COMBUSTIVEL NUCLEAR FABRICADO (UNIDADE) - 12					11.200				11.200		
09.010.0095.2231.0002											
DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NUCLEAR											
- INSTITUIÇÃO APLICADA (UNIDADE) - 1					1.400.000				1.400.000		
- CENTRO DE PESQUISA MANTIDO (UNIDADE) - 1					1.400.000				1.400.000		
09.010.0095.2231.0005											
DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE REATORES E DO CICLO DO COMBUSTIVEL											
- ANALISE REALIZADA (UNIDADE) - 6.204					11.200				11.200		
- TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (PROJETO) - 90					11.200				11.200		
- INSTITUIÇÃO DESENVOLVIDA (PROJETO) - 300					11.200				11.200		
- ENSAIO REALIZADO (UNIDADE) - 300											
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) - 20											
- COMBUSTIVEL NUCLEAR FABRICADO (UNIDADE) - 12											
09.010.0095.3400											
AMPLIAÇÃO E MANTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS					1.350.000				1.350.000		
MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE RADIOFÁRMACOS											
RADIOISÓTOPOS, MELHORANDO OS NÍVEIS DE SEGURANÇA E ALIMENTANDO SUAS OFERTAS PARA USO MÉDICO											
INSTALAÇÃO DE REACTORES NUCLEARES (UNIDADE) - 2					1.350.000				1.350.000		
- INSTALAÇÃO REFORMADA (UNIDADE) - 3					1.350.000				1.350.000		
09.010.0095.3400.0001											
AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES E DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS											
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO RECENTADO (UNIDADE) - 2					1.350.000				1.350.000		
- INSTALAÇÃO REFORMADA (UNIDADE) - 3					1.350.000				1.350.000		
TOTAL FISCAL					2.761.200				2.761.200		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## ANEXO III

ACRESCIMO

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
14901 - FUNDO PARTIDÁRIO

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.064.639
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.064.639	
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	FIS		1.064.639	
1919.06.00 MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	FIS	1.064.639		
TOTAL FISCAL				1.064.639

## ANEXO III

ACRESCIMO

24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
24201 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.380.000
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		1.380.000	
1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	FIS	1.380.000		
TOTAL FISCAL				1.380.000

ANEXO III

ACRESCIMO

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24204 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4.461.200
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		600.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		600.000	
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	FIS	600.000		
1600.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	FIS		1.100.000	
1620.00.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	FIS		1.100.000	
1620.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	FIS	1.100.000		
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		2.761.200	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.761.200	
1711.01.01 TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	2.761.200		
TOTAL FISCAL				4.461.200

ANEXO III

ACRESCIMO

24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A - INB

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			5.652.500
1600.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	FIS		5.652.500	
1620.00.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	FIS		5.652.500	
1620.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	FIS	5.652.500		
TOTAL FISCAL				5.652.500

## ANEXO III

ACRESCIMO

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
44202 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			16.000
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		16.000	
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		16.000	
1922.00.00	RESTITUIÇÕES	FIS	16.000		
TOTAL FISCAL					16.000

## ANEXO IV

REDUÇÃO

50000 - GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINARIO DE PROJETOS ESPECIAIS  
50201 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.761.200
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		2.761.200	
2410.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.761.200	
2411.01.01	TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	2.761.200		
TOTAL FISCAL					2.761.200

## LEGISLAÇÃO CITADA

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

.....

**Art. 6ª** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

**I** - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

**II** - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

**III** - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

**IV** - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) dotações;

**V** - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

**VI** - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

**VII** - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no artigo 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o artigo 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do artigo 66 desta Lei.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Os resultantes de amulação parcial ou total de cotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

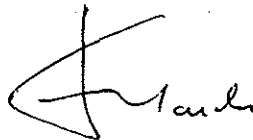
§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

**MENSAGEM Nº 1.083, DE 1999-CN**  
(nº 1.618/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 478 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) no valor de R\$ 58.781.391,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais), em favor do Ministério dos Transportes.

2. A presente solicitação destina-se ao atendimento de diversas despesas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no intuito de permitir o desenvolvimento das ações relacionadas a seguir:



- implementação de medidas inadiáveis com vistas a evitar os danos do bug do milênio, além de suprir as necessidades de manutenção dos equipamentos de informática no corrente exercício;
- complementação do desenvolvimento de estudos voltados para a segurança do trânsito, restauração e concessões de rodovias;
- fiscalização das concessões rodoviárias;
- regularização das indenizações e desapropriações devidas, que têm sido postergadas desnecessariamente;
- continuidade das obras de construção e pavimentação das rodovias BR-153/PA e BR-163/MT e conservação em trechos rodoviários da região Norte;
- retomada das obras de restauração da BR-319/AM, além de outros trechos extremamente deteriorados nas rodovias BR-364/RO e BR-290/RS.

3. Os recursos que possibilitarão a abertura do crédito ora solicitado advêm de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas e remanejamento de outras dotações orçamentárias, sem prejuízo da programação do Ministério.

4. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692 de 27 de julho de 1998 (LDO-1999), detalha-se a seguir, o excesso de arrecadação oriundo da reestimativa da arrecadação de receitas diretamente arrecadadas.

ÓRGÃO/UNIDADE/NATUREZA/FT. DA RECEITA		1999		EXCESSO ARRECADAÇÃO
		LEI	REESTIMAT.	
Ministério dos Transportes				
DNER				
1312.00.00 – Arrendamentos	250	4.624.104	40.134.104	35.510.000

5. A abertura do crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por não atender à autorização concedida ao Poder Executivo no art. 6º da Lei nº 9.789, de 1999, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 12, § 4º, da Lei nº 9.692, de 1998.

6. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 478 DE 28 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de o Ministério dos Transportes complementar as dotações para possibilitar o cumprimento do programa de trabalho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), estando em conformidade com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 12, § 4º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 58.781.391,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais) sendo R\$ 35.510.000,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e dez mil reais) de excesso de arrecadação e R\$ 23.271.391,00 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais) de remanejamento de outras dotações orçamentárias.

**5. Razões que justificam a urgência:****6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## PROJETO DE LEI Nº 64, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 58.781.391,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – remanejamento de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 23.271.391,00 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais), indicadas no Anexo II desta Lei;

II – excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 35.510.000,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e dez mil reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, no montante especificado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,      de outubro de 1999.



ESPECIFICAÇÃO	E F	U O	U O	FTE	TOTAL	PESSAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
16.088.0035.4460.0005 FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DA BR-290/RS - OSÓRIO - PORTO ALEGRE	F	90	0		768.000			768.000			
- MALHA RODoviÁRIA FEDERAL FISCALIZADA (RM) = 112					768.000			768.000			
16.088.0035.4460.0006 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA A CONCESSÃO DE RODoviAS FEDERAIS	F	90	0	250	2.700.000			2.700.000			
- ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) = 12					2.700.000			2.700.000			
16.088.0035.4460.0017 FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO RODoviÁRIA DELEGADA AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	90	0	250	150.000			150.000			
- MALHA RODoviÁRIA FEDERAL FISCALIZADA (RM) = 2.843					150.000			150.000			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODoviAS					17.960.000				17.960.000		
16.088.0037.1204 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODoviAS	F	90	0		9.960.000				9.960.000		
- PERMITIR, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOEM AS RODoviAS, O ACESSO ÀS ÁREAS DE INTERESSE COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.					960.000			960.000			
- TRECHO RODoviÁRIO PAVIMENTADO (KM) = 738					960.000			960.000			
- OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) = 90					960.000			960.000			
- SISTEMA VIÁRIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) = 1					960.000			960.000			
16.088.0037.1204.0012 BR-103/PA - NAGARA - DIVISA PA/TO	F	90	0	100	960.000				960.000		
- TRECHO RODoviÁRIO PAVIMENTADO (KM) = 5					960.000			960.000			
16.088.0037.1204.1552 BR-163/MT - TRECHO DE INTER. ODI/MT/PA	F	30	0	100	9.000.000				9.000.000		
- TRECHO RODoviÁRIO PAVIMENTADO (KM) = 2					9.000.000			9.000.000			
16.088.0037.2424 INDENTIZAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	F	90	0	250	8.000.000				8.000.000		
- LEGALIZAR A FAIXA DE DOMÍNIO DE SEGMENTOS RODoviÁRIOS CONSTRUÍDOS					8.000.000				8.000.000		
16.088.0037.2424.0001 INDENTIZAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	F	90	0	250	8.000.000				8.000.000		
CONSERVAÇÃO DE RODoviAS					7.000.000				7.000.000		
16.088.0030.7425 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL	F	90	0		7.000.000				7.000.000		
- CONSERVAR ADEQUADAMENTE A MALHA RODoviÁRIA DE INTERESSE DO ESTADO, PREVENINDO O DEGRADAMENTO DO PAVIMENTO E O CONSEQUENTE AUMENTO DO CUSTO DE OPERAÇÃO DOS VEÍCULOS.					7.000.000				7.000.000		
- VIA CONSERVADA (KM) = 90.000					7.000.000				7.000.000		
16.088.0030.2425.0002 CONSERVAÇÃO DE RODoviAS FEDERAIS	F	90	0	250	7.000.000				7.000.000		
- VIA CONSERVADA (KM) = 90.000					7.000.000				7.000.000		
RESTAURAÇÃO DE RODoviAS					9.495.326				9.495.326		
16.088.0050.1205 REESTABELECER AS CONDIÇÕES ORIGINAIS DE TRÁFEGO DEVELOGANDO O DEGRADAMENTO COM CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DOS VEÍCULOS E DO NÚMERO DE ACIDENTES	F	90	0		8.185.303				8.185.303		
- TRECHO RODoviÁRIO RESTAURADO (KM) = 741					8.185.303				8.185.303		
16.088.0039.1205.0063	F				608.093				608.093		



39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39201 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E	M	S	O	ID	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSPORTE													
TRANSPORTE RODOVIARIO													
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS													
16.088.0037.1204 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS							22.311.391				22.311.391		
PERMITIR, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPÕEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS, DE ACORDO COM O PLANO DE INVESTIMENTOS DA ANR - 7/95							22.311.391				22.311.391		
- OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) - 98							19.100.000				19.100.000		
- SISTEMA VIÁRIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) - 1							14.200.000				14.200.000		
16.088.0037.1204.0018													
BR-262/AC - CONSTRUÇÃO DO TRECHO	F	30					500.000				500.000		
ENTR. BR-425 (C.FLORIDO) - ENTR. BR-153 (BOA SORTE)							500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 5						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0023													
BR-060/GO - URAJQU - PADRE BERNARDO	F	30					500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 2						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0046													
BR-384/AC E ANEL VIÁRIO NO TRECHO	F	30					100.000				100.000		
RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL							100.000				100.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 36						100	100.000				100.000		
- SISTEMA VIÁRIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) - 1							100.000				100.000		
16.088.0037.1204.0058													
BR-156/AP - CONSTRUÇÃO DO TRECHO	F	30					500.000				500.000		
BR-156/AP - CONSTRUÇÃO DO TRECHO							500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 20						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0076													
RECONSTRUÇÃO DAS BR-030/070/040/040/06	F	30					500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 34						199	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0090													
CONSTRUÇÃO DO TRECHO SALTO DA DIVISA	F	30					500.000				500.000		
BR-359/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO							500.000				500.000		
ALMEIDA - ENTR. MS-308							500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 27						199	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0097													
BR-421/RO - ARIOQUEDES - GUARARA-NIRIM - NOVA MARMORE	F	30					500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 30						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0114													
CONSTRUÇÃO DO ANEL EXPRESSO DE	F	30					100.000				100.000		
FORTALEZA - CE							100.000				100.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 09						199	100.000				100.000		
16.088.0037.1204.0126													
BR-359/MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO	F	30					100.000				100.000		
CONSTRUÇÃO DO TRECHO							100.000				100.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 36						199	100.000				100.000		
16.088.0037.1204.0146													
QUARÉES (GOVERNADOR VALADARES) (ANEL	F	30					700.000				700.000		
BR-259/MS - TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 2						100	700.000				700.000		
16.088.0037.1204.0577													
BR-259/MS - TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 2	F	30					1.100.000				1.100.000		
BR-259/MS - TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 52						199	1.100.000				1.100.000		
16.088.0037.1204.0627													
BR-342/AC - BRACIAL - SALINAS	F	30					200.000				200.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 108						199	200.000				200.000		
16.088.0037.1204.0721													
BR-405/PA - ROSARIO - DIVISA MA/PI	F	30					500.000				500.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 30						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0793													
BR-405/PA - PONTE SOBRE O RIO PARANAÍDA EM	F	30					500.000				500.000		
PORTO ALENCAR - OBRA DE ARTE ESPECIAL EXECUTADA (M) - 95						100	500.000				500.000		
16.088.0037.1204.0908													
BR-220 - ENTRONCAMENTO BR-220 (ALTAMIRA) - DIVISA	F	30					1.100.000				1.100.000		
PAV/MT							1.100.000				1.100.000		
- TRECHO RODOVIARIO PAVIMENTADO (KM) - 26						100	1.100.000				1.100.000		





39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM  
ANEXO II

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS					CREDITO SUPLEMENTAR										
ESPECIFICAÇÃO										E	S	O	D	F	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA			
16.048.0037.1205.7003 BR-060/GO - DIVISA DF/GO - ENTROMCAMENTO BR-153 (AMAPOLIS) - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 20										F	90	0				100.000 100.000 100.000 100.000					100.000 100.000 100.000 100.000				
16.048.0037.1205.7615 BR-116/PA - ADEQUAÇÃO DO CONTOURNO DE VITORIA DA CONQUISTA - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 21										F	90	0				200.000 200.000 200.000 200.000					200.000 200.000 200.000 200.000				
16.048.0037.1205.7620 BR-216/PA - ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTROMCAMENTO PA-391 - CASTANHAL - SANTA LUZIA - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 9										F	90	0				100.000 100.000 100.000 100.000					100.000 100.000 100.000 100.000				
16.048.0037.1205.7626 BR-152/GO - ENTROMCAMENTO GO-431 (PIRENOPOLIS) - ENTROMCAMENTO BR-060 (AMAPOLIS) - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 13										F	90	0				100.000 100.000 100.000 100.000					100.000 100.000 100.000 100.000				
16.048.0037.1205.7641 BR-376/PR - CONTOURNO SUL DE CURITIBA - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 10										F	90	0			199	500.000 500.000 500.000 500.000					500.000 500.000 500.000 500.000				
16.048.0037.1205.7642 BR-364/RO - DIVISA MT/RO - PORTO VELHO - RODOVIA ADEQUADA (KM) = 1										F	90	0				200.000 200.000 200.000 200.000					200.000 200.000 200.000 200.000				
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS																3.211.391					3.211.391				
16.048.0039.1205.0005 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS																3.211.391					3.211.391				
16.048.0039.1205.0013 BR-101/AL - DIVISA PE/AL - DIVISA AL/SE - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 74										F	90	2				1.827.600 1.827.600 1.827.600					1.827.600 1.827.600 1.827.600				
16.048.0039.1205.0037 BR-103/GO - DIVISA TO/GO - DIVISA GO/MS - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 97										F	90	2				498.826 498.826 498.826 498.826					498.826 498.826 498.826 498.826				
16.048.0039.1205.0070 BR-319/AM - RESTAURAÇÃO DO TRECHO BR-16 - CR70 - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 180										F	90	0			100	200.000 200.000 200.000 200.000					200.000 200.000 200.000 200.000				
16.048.0039.1205.0078 BR-116/PA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO BR-116/PA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 200										F	90	0			199	216.068 216.068 216.068 216.068					216.068 216.068 216.068 216.068				
16.048.0039.1205.0516 BR-120/PA - ENTROMCAMENTO BA-093 - ENTROMCAMENTO BR-116/BA-200 - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 2										F	90	2				70.000 70.000 70.000 70.000					70.000 70.000 70.000 70.000				
16.048.0039.1205.1384 BR-130/PI - DIVISA MA/PI - DIVISA PI/BA - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 104										F	90	0				100.000 100.000 100.000 100.000					100.000 100.000 100.000 100.000				
16.048.0039.1205.1395 BR-156/PR - DIVISA SP/PR - DIVISA PR/SC - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 13										F	90	2				174.100 174.100 174.100 174.100					174.100 174.100 174.100 174.100				
16.048.0039.1205.7495 BR-330/BA - RESTAURAÇÃO DO TRECHO JEQUIE - UBAITABA - TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM) = 3										F	90	2				125.000 125.000 125.000 125.000					125.000 125.000 125.000 125.000				
TOTAL FISCAL																22.311.391					22.311.391				
										AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL															

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## ANEXO III

ACRESCIMO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			39.326.066
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	FIS		35.510.000	
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		35.510.000	
1312.00.00	ARRENDAMENTOS	FIS	35.510.000		
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		3.818.066	
1710.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		3.818.066	
1711.01.01	TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO NACIONAL	FIS	2.597.163		
1711.01.60	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL					39.326.066

## ANEXO IV

REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.858.066
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		2.858.066	
2410.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.858.066	
2411.01.01	TRANSFERENCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO NACIONAL	FIS	1.637.163		
2411.01.60	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	1.218.902		
TOTAL FISCAL					2.858.066

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o  
exercício financeiro de 1999.

.....  
Art. 6º - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nós mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e redições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) dotações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

.....

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

.....

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:


- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

#### MENSAGEM Nº 1.084, DE 1999-CN (nº 1.619/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 65.995.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 489 /MP

Brasília, de de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda solicita a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no valor de R\$ 90.400.000,00 (noventa milhões e quatrocentos mil reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, sendo R\$ 24.404.700,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil e setecentos reais) via decreto e R\$ 65.995.300,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) mediante encaminhamento do presente Projeto de Lei ao Congresso Nacional, assim discriminado:

R\$ 1,00				
Discriminação	Natureza	Rre	Suplementação	Cancelamento
o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	3.4.90.00	160	65.995.300	
o Crédito Agropecuário	3.4.90.00	160	-	3.995.300
o Repêndios do Governo Federal - RGF	3.4.90.00	160	-	40.000.000
o Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Invest. Rural e Agroindustrial	3.4.90.00	160	-	22.000.000
<b>TOTAL</b>			<b>65.995.300</b>	<b>65.995.300</b>

2. Tal solicitação justifica-se em função do desequilíbrio verificado entre a dotação constante da Lei Orçamentária de 1999 e a atual necessidade de recursos destinados ao atendimento de despesas com equalizações de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos rurais, no âmbito do Pronaf, pelas seguintes razões :

a) por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para 1999, foi considerado um limite global para equalização da ordem de R\$ 1.100,0 milhões. Entretanto, no decorrer do segundo semestre de 1998, a efetiva definição dos recursos equalizáveis para a safra agrícola de 1998/1999, estabelecida pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 163, de 16 de julho de 1998, resultou na elevação de tal limite, acima do inicialmente previsto, em cerca de R\$ 700,0 milhões;

b) as operações de investimento sofreram impacto, ao longo do ano de 1999, em virtude do redirecionamento das políticas monetária e cambial que acarretou sensíveis oscilações nas taxas de juros, cujos reflexos recaem sobre o pagamento das equalizações do segundo semestre do ano;

c) os reflexos das variações nas taxas de juros englobam, paralelamente, o limite equalizável já definido para as operações de custeio da safra 1999/2000, cujos efeitos sobre o pagamento das equalizações iniciam-se já no segundo semestre deste ano. De acordo com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 291, de 5 de agosto de 1999, este volume de recursos equalizáveis foi definido em R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a partir de novembro de 1999, representando um aumento de 36% em relação ao período anterior;

d) o Pronaf, fundamentado pela premissa de concessão de financiamentos à agricultura de base familiar sob condições mais favoráveis do que o crédito rural tradicional, passou a contemplar, também, agricultores recém-assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, anteriormente atendidos pelo Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária – PROCERA. Desta forma, verifica-se que o Pronaf vem, gradualmente e já sob a égide do “Novo Mundo Rural”, ampliando sua área de abrangência no tocante ao volume de recursos aplicados e à quantidade de beneficiários envolvidos;

e) pela Lei Orçamentária do exercício de 1999, dos recursos aprovados para o Programa, 97% foram utilizados até o mês de setembro, restando um saldo insuficiente para cobrir as despesas previstas para a totalidade do exercício.

3. É importante salientar que a transferência de limites equalizáveis constitui-se na única forma de atendimento aos agricultores familiares e que os recursos suplementares ora solicitados visam ao não comprometimento dos objetivos a serem alcançados pelo Governo Federal, tendo em vista tratar-se de programa incluído no Brasil em Ação.

4. Os recursos oferecidos como lastro do crédito pleiteado são decorrentes da anulação parcial de dotações integrantes do mesmo órgão orçamentário, no valor de R\$ 65.995.300,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), não comprometendo, assim, a execução prevista nos respectivos programas de trabalho, conforme exposto a seguir :

- **Custeio Agropecuário – R\$ 3.995.300,00 :**

A Portaria MF nº 163, de 16 de julho de 1998, definiu que os saldos médios dos financiamentos da safra 1998/1999 passíveis de equalização de encargos financeiros, não poderiam exceder, a partir de novembro, de 1998, a R\$ 900,0 milhões no âmbito do Pronaf e a R\$ 600,0 milhões em se tratando do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Entretanto, os financiamentos amparados por este Programa, cuja equalização possui dotação aprovada na subatividade “Custeio Agropecuário”, não atingiram as expectativas previstas, gerando margem expressiva para utilização do limite equalizável via remanejamento de recursos. Neste contexto, observa-se que, da dotação orçamentária aprovada para a subatividade em referência, para o ano de 1999, foram utilizados, até o mês de setembro, sessenta por cento dos recursos previstos, sendo que a utilização solicitada corresponde a dois por cento do montante global definido em Lei.

- **Empréstimos do Governo Federal – EGF – R\$ 22.000.000,00 :**

Em dezembro de 1998, o Poder Executivo foi autorizado pela Medida Provisória nº 1.764-31, de 14 de dezembro de 1998, a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV), vencidas e prorrogadas a partir de 1991. Esta medida permitiu a disponibilidade da dotação em questão, considerando que grande parte dessas despesas era lastreada por recursos equalizáveis. Pode-se mencionar, ainda, o fato de o Banco do Brasil não estar operando, ativamente, em novos financiamentos referentes a essa linha de crédito. Diante do exposto, os saldos passíveis de equalização ficaram aquém do limite inicialmente previsto e atingiram, até setembro de 1999, apenas treze por cento da dotação autorizada.

**Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial – R\$ 40.000.000,00 :**

A despeito dos impactos decorrentes da elevação das taxas de juros, a aplicação de recursos equalizáveis em programas, tais como o PROSOLO e o PROGER, ficou bem abaixo dos limites consignados para a finalidade, gerando disponibilidade de recursos nesta subatividade, que apresentou, até setembro de 1999, uma realização de doze por cento da dotação prevista em Lei.

5. Ressalte-se, por oportuno, que está sendo encaminhada solicitação de crédito suplementar em favor da mesma subatividade, no valor de R\$ 24.404.700,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil e setecentos reais), conforme autorizado pelo art. 6º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 9.789, de 1999.

6. Considerando que o crédito em pauta não está amparado pelas autorizações contidas na Lei Orçamentária vigente, é indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 489, DE 28 / 10 / 1999**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço de dotações destinadas ao atendimento de despesas com equalizações, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no Órgão Operações Oficiais de Crédito.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, via projeto de lei, uma vez que extrapola as autorizações contidas na Lei Orçamentária.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.



4. Custos:

R\$ 65.995.300,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), por meio de remanejamento de recursos, não gerando, portanto, custos adicionais.

5. Razões que justifiquem a urgência:

--

6. Impacto sobre o meio ambiente:

--

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

**PROJETO DE LEI Nº 65, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 65.995.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor de R\$ 65.995.300,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.

74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO  
74101 – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P O D F	M O D O	ID FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
AGRICULTURA										
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				65.995.300			65.995.300			
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA				65.995.300			65.995.300			
04.008.0031.2575				65.995.300			65.995.300			
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF										
FINANCIAR O CUSTEIO E O INVESTIMENTO RURAL INCLUSIVE EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS (LEI 8427/92), AOS PRODUTORES ABRANGIDOS PELO PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PLANAF										
04.008.0031.2575.0001	F	90	0	65.995.300			65.995.300			
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF				65.995.300			65.995.300			
TOTAL FISCAL				65.995.300			65.995.300			

74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO  
74101 – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P O D F	M O D O	ID FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
AGRICULTURA										
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				65.995.300			65.995.300			
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA				25.995.300			25.995.300			
04.008.0031.2148				25.995.300			25.995.300			
CUSTEIO AGRICULTÁRIO				3.995.300			3.995.300			
FINANCIAR O CUSTEIO AGRICULTÁRIO (EXCLUSIVO DE INVESTIMENTOS E OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO) INCLUSIVE EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS (LEI 8427/92), AOS PRODUTORES ABRANGIDOS PELO PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PLANAF										
04.008.0031.2148.0001	F	90	0	3.995.300			3.995.300			
CUSTEIO AGRICULTÁRIO				22.000.000			22.000.000			
04.008.0031.4978										
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS / INANC. EM OPERAÇÕES DE INVEST. RURAL E AGRICULTURAL										
CORRIR DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS NAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO RURAL E AGRICULTURAL AO AMPARO DA LEI Nº. 8427/92										
04.008.0031.2148.0001	F	90	0	22.000.000			22.000.000			
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANC. EM OPERAÇÕES DE INVEST. RURAL E AGRICULTURAL										
04.008.0031.4978.0001	F	90	0	22.000.000			22.000.000			
AMATECIMENTO										
ESTOQUES REGULADORES				40.000.000			40.000.000			
04.018.0094.2168				40.000.000			40.000.000			
POLÍTICAS DE FORM. E MANUT. DE ESTS. RECS. ESTRATÉGICOS, DE COM. DE PREÇOS MÍNIMOS E JUST. DE PREÇOS DE MERCADO										
GARANTIR PREÇOS MÍNIMOS A PRODUTORES RURAIS, ASSEGURAR O ABASTECIMENTO INTERNO DE PRODUTOS AGRICULTURAIS E CORRIR DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS DE JUROS (LEI Nº. 8427/92).										
04.018.0094.2168.0003	F	90	0	40.000.000			40.000.000			
EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF				40.000.000			40.000.000			
TOTAL FISCAL				65.995.300			65.995.300			

## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

**I** - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

**II** - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "investimentos financeiros", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

**III** - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

**IV** - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) doações;

**V** - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

**VI** - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

**VII** - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização;

- a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;
- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX – até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

**§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.764-31, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1998.

Altera dispositivos das Leis nºs 9.138, de 29 de novembro de 1995, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 9.126, de 10 de novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural; sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; autoriza o Poder Executivo a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF, vencidas e prorrogadas a partir de 1991; e a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais e com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

## LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

*Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.*

## MENSAGEM Nº 1.085, DE 1999-CN

(nº 1.620/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 475 /MP**

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda solicita a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), via Projeto de Lei, no valor de R\$ 76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito.

2. A solicitação apresentada visa a atender à concessão de empréstimos no âmbito do programa de Financiamento a Estados e ao Distrito Federal, que tem como objetivo permitir a necessária adaptação desses governos ao cumprimento da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

3. A atual insuficiência orçamentária ocorre em função do desequilíbrio verificado entre as dotações constantes da Lei Orçamentária e as perdas de receita imputadas às Unidades da Federação, decorrentes da aplicação da citada Lei nº 9.424, de 1996, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a contratarem operação de crédito junto ao Governo Federal, como forma de se ressarcirem de perdas de receita, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 38, de 1999, e da Lei nº 9.846, de 26 de outubro de 1999.

4. A propósito, está sendo encaminhada proposta de abertura de crédito especial ao Congresso Nacional, no montante de R\$ 49.014.700,00 (quarenta e nove milhões, quatorze mil e setecentos reais), beneficiando os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Roraima, que não foram contemplados com recursos do Fundef, na Lei Orçamentária para este exercício.

5. Os recursos oferecidos como lastro do crédito pretendido são decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

6. Considerando que o crédito pleiteado não está amparado pelas autorizações contidas na lei orçamentária vigente, é indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 475 DE 28 / 10 / 99.

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Necessidade de reforço de dotação na unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, para atendimento de despesas com empréstimos na subatividade Ações Complementares à Implantação dos Dispositivos da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, em diversas Unidades da Federação.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, via projeto de lei, uma vez que extrapola as autorizações contidas na Lei Orçamentária.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), com recursos provenientes de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, de acordo com o art. 43, §1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 1964.

**5. Razões que justifiquem a urgência:**

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

**7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto Atual	Texto Proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

## PROJETO DE LEI Nº 66, DE 1999-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999) crédito suplementar no valor de R\$ 76.022.300,00 (setenta e seis milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                                de 1999.



774000 -- OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO  
774101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

**OXFORD**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

**74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**  
**74101 – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS												
ESPECIFICAÇÃO												
E M S O ID. FTE												
F D 1550												
TOTAL												
PERSONAL E ENC. SOCIAIS												
JUROS E ENC. DA DÍVIDA												
OUTRAS DESP. CORRENTES												
INVESTIMENTOS												
IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS												
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA												
LEI NR. 9424/96, NO ESTADO DE RONDÔNIA												
03.008.0031.3008.0017												
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA												
LEI NR. 9424/96, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL												
03.008.0031.3008.0018												
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA												
LEI NR. 9424/96, NO ESTADO DE SANTA CATARINA												
03.008.0031.3008.0019												
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA												
LEI NR. 9424/96, NO ESTADO DE SERGIPE												
03.008.0031.3008.0020												
AÇÕES COMPLEMENTARES A IMPLANTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA												
LEI NR. 9424/96, NO ESTADO DE TOCANTINS												
TOTAL FISCAL												
76.032.300												
76.032.300												

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

### **LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

### **LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996.**

*Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.*

## **RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1999**

**Concede, excepcionalmente, autorização global aos Estados para contratar operação de crédito junto ao Governo Federal, destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, nos termos da Medida Provisória nº 1.861-15, de 29 de julho de 1999, e suas posteriores reedições.**

### **LEI Nº 9.846, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999**

Estabelece critérios para a concessão de empréstimo, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

### MENSAGEM Nº 1.086, DE 1999-CN (nº 1.621/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 115.771.900,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



EM nº 476 /MP

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Senado Federal - SF, o Ministério das Relações Exteriores - MRE e o Ministério da Defesa - MD solicitam a abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 115.771.900,00 (cento e quinze milhões, setecentos e setenta e um mil e novecentos reais), em favor do Senado Federal, da Administração direta do MRE e do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, conforme detalhamento a seguir:

R\$ 1,00			
Órgão/Unidade	Fonte	Suplementação	Origem
<b>Senado Federal</b>	<b>100</b>	<b>11.771.900</b>	
- Senado Federal	100	11.771.900	
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<b>100</b>	<b>97.600.000</b>	
- Administração direta	100	97.600.000	
<b>Ministério da Defesa</b>	<b>150</b>	<b>6.400.000</b>	
- Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	150	6.400.000	
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados</b>	<b>150</b>		<b>6.400.000</b>
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional</b>	<b>100</b>		<b>109.371.900</b>
<b>T O T A L</b>		<b>115.771.900</b>	<b>115.771.900</b>

2. A solicitação do Senado Federal decorre da extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e da necessidade de fazer face ao pagamento de restituições aos antigos contribuintes do mencionado Instituto, de acordo com o art. 1º, § 5º, incisos I, II e III, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

3. Ressalte-se, por oportuno, que os saldos bancários relativos ao IPC, no valor de R\$ 158.076.375,00 (cento e cinquenta e oito milhões, setenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais), foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em 29 de janeiro de 1999.

4. O pleito do Ministério das Relações Exteriores visa ao atendimento dos seguintes objetivos:

- R\$ 59.800.000,00 – recompor o orçamento de Outros Custeios, em decorrência da desvalorização da moeda nacional, que reduziu a capacidade de gasto do Ministério, uma vez que grande parte de suas despesas é realizada em moeda estrangeira;

- R\$ 3.800.000,00 – permitir a participação do Brasil na “Exposição Universal do ano 2000 – EXPO/2000”, a realizar-se em Hannover/Alemanha. Os recursos ora pleiteados destinam-se ao pagamento do aluguel da área de montagem do pavilhão e à contratação do projeto arquitetônico; e
- R\$ 34.000.000,00 – viabilizar o pagamento de contribuições junto a Organismos Internacionais para que o Brasil não perca o direito de voto, no ano 2000, junto a esses Organismos.

5. No que se refere ao Ministério da Defesa, a suplementação em pauta objetiva cobrir despesas com o custeio do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, especificamente aquelas relativas ao fornecimento de água, serviços de telecomunicações, energia elétrica, contratos de manutenção e prestação de serviços (pessoal contratado).

6. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, enquanto aquele oriundo da arrecadação de receitas próprias é detalhado a seguir:

**Ministério da Defesa**

- Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

				<b>RS 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Lei 1999</b>	<b>Reest. 1999</b>	<b>Exc.Arrec.</b>
1600.05.01 – Serviços Hospitalares	150	11.882.865	18.282.865	6.400.000
<b>Total</b>		<b>11.882.865</b>	<b>18.282.865</b>	<b>6.400.000</b>

7. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar da suplementação de subatividades à conta da incorporação do excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro Nacional e de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, que não está autorizada na Lei Orçamentária de 1999, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## PROJETO DE LEI Nº 67, DE 1999-CN

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 115.771.900,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 115.771.900,00 (cento e quinze milhões, setecentos e setenta e um mil e novecentos reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:**

**I – excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 109.371.900,00 (cento e nove milhões, trezentos e setenta e um mil e novecentos reais); e**

**II - excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, no valor de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais).**

**Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, na forma indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Brasília,        de                    de 1999.**







## ANEXO II

ACRESCIMO

52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA  
52902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			6.400.000
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	SEG		6.400.000	
1600.00.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	SEG	6.400.000		
TOTAL SEGURIDADE					6.400.000

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.

Art. 1º Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, na forma estabelecida nesta Lei, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas, atualizadas com base na legislação vigente à data da publicação desta Lei, bem como às pensões a conceder, no regime das Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, nº 4.937, de 18 de março de 1966, e nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

§ 1º A liquidação do Instituto ocorrerá em 1º de fevereiro de 1999 e será conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional, competindo-lhe administrar o patrimônio deste, recolher ao Tesouro Nacional os saldos bancários ao final subsistentes e transferir para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal o acervo patrimonial.

§ 2º São assegurados os direitos que venham a ser adquiridos, na forma da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, até a liquidação do IPC, pelos seguintes facultativos.

§ 3º Os atuais segurados obrigatórios do IPC, ao término do exercício do presente mandato, poderão se inscrever como segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, independentemente de idade e de exame de saúde.

§ 4º Os benefícios referidos no caput serão pagos pela última Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado.

§ 5º A Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado ressarcirá as contribuições por este recolhidas ao IPC, atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, no prazo de sessenta dias:

- I - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais congressistas que o requererem;
  - II - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais segurados facultativos que não tiverem adquirido direito a pensão, na forma da legislação vigente até a data de publicação desta Lei;
  - III - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos ex-segurados que, embora tendo adquirido o direito a pensão, não o tenham exercido, e desde que optem, em detrimento deste, pelo ressarcimento previsto neste parágrafo.
- § 6º Ao atual segurado obrigatório do IPC que renunciar à devolução prevista no parágrafo anterior aplicar-se-á o seguinte:

- I - àquele que, ao término do exercício do atual mandato, preencher os requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei, fica assegurado o direito à aposentadoria;
  - II - àquele que, ao término do exercício do atual mandato, houver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuição, fica garantido o direito a percepção da aposentadoria proporcional após cumprir os demais requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei;
  - III - aquele que, ao término do exercício do atual mandato, não tiver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuição, e, naquela data, tornar-se segurado do Plano instituído por esta Lei, poderá averbar seu tempo de contribuição à razão de um trinta avos do valor da aposentadoria integral por ano de contribuição;
  - IV - aquele que teve garantido o direito a pensão, na forma da legislação vigente à data de publicação desta Lei, e se inscrever no Plano de Seguridade Social dos Congressistas, incorporará aos seus proventos, a cada ano de exercício de mandato, o valor correspondente a um trinta e cinco avos da remuneração fixada na forma do § 1º do art. 2º.
- § 7º O segurado facultativo poderá requerer que sua inscrição no IPC seja cancelada antes de 1º de fevereiro de 1999, ficando-lhe assegurado o direito ao ressarcimento a que se refere o II do § 5º.
- § 8º Com a liquidação do IPC precluirá o prazo para aquisição de direitos com base na satisfação das condições instituídas nas Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e nº 4.937, de 18 de março de 1966.
- § 9º Precluirá no momento da liquidação do IPC o direito ao recolhimento previsto no caput do art. 24 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, permitindo-se ao segurado obrigatório a antecipação do recolhimento correspondente ao tempo de até doze meses de contribuição.

LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

---

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

**Art. 12.** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

---

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

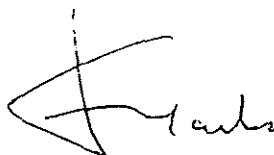
---

**MENSAGEM Nº 1.087, DE 1999-CN**  
(nº 1.622/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 124.924.041,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 464/MP**

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Justiça Eleitoral solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 124.924.041,00 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quarenta e um reais), para fazer face a despesa com o processo de informatização das eleições.

2. A solicitação apresentada objetiva a informatização das eleições para o ano 2000 visando a atingir Municípios não contemplados pelo processo de votação eletrônica, ou seja, aqueles com menos de 40.500 eleitores, com exceção dos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá, Roraima e Distrito Federal, que estão com 100% da votação eletrônica implantada.

3. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de incorporação parcial de excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional, estando o mesmo em consonância com as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4 O quadro anexo demonstra, em atendimento ao disposto no art. 12, § 7º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO – 1999), a atualização da estimativa das referidas receitas para o corrente exercício, evidenciando, assim, a viabilidade da utilização do excesso de arrecadação.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 464, DE 27 / 10 /99.**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotação orçamentária para cobertura de despesas relacionadas com o processo de informatização das eleições (Programa de Modernização da Justiça Eleitoral) visando atingir os Municípios com menos de 40.500 eleitores

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante a utilização do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional, conforme dispõe o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente, é a alternativa viável.

**4. Custos:**

R\$ 124.924.041,00 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quarenta e um reais)

**5. Razões que justificam a urgência:**

--

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

--

**7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

--

**PROJETO DE LEI Nº 68, DE 1999-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 124.924.041,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 124.924.041,00 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quarenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação parcial do excesso de arrecadação de recursos do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 1999.





## LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

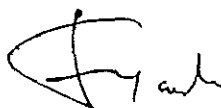
§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

**MENSAGEM Nº 1.088, DE 1999-CN**  
(nº 1.623/99, na origem )

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 138.930.729,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Brasília, 29 de outubro de 1999.



**EM nº 461 /MP**

Brasília, 27 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União, a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Ministério da Integração Nacional solicitam a abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 138.930.729,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais), em favor de diversas Unidades Orçamentárias, conforme abaixo demonstrado:

<b>Especificação</b>	<b>Suplementação</b>	<b>Cancelamento</b>
<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>		
- Câmara dos Deputados	1.842.730	1.842.730
- Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	2.780.000	
<b>SENADO FEDERAL</b>		
- Senado Federal	3.096.000	3.096.000
- Secretaria Esp. de Editoração e Publicação	50.000	50.000
<b>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b>		
- Tribunal de Contas da União	4.690.720	490.720
<b>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>		
- Advocacia-Geral da União	795.750	795.750
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	2.913.031	2.913.031
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>		
- Administração direta	35.685.600	3.400.000
- Arquivo Nacional	66.934	66.934
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal	63.868.712	
- Departamento de Polícia Federal	2.400.460	2.400.460
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos	940.000	
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal	15.417.950	
<b>MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>		
- Administração direta	800.000	
- Secretaria Especial de Políticas Regionais		300.000
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		500.000
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	3.582.842	82.842
<b>Cancelamento</b>		<b>15.938.467</b>
<b>Excesso de Arrecadação</b>		<b>122.992.262</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>138.930.729</b>	<b>138.930.729</b>

2. As propostas que ora submeto à deliberação de Vossa Excelência buscam proporcionar também as condições essenciais para que as Unidades Orçamentárias possam cumprir suas atribuições institucionais de forma consistente e eficaz, atendendo aos objetivos a seguir especificados:

#### **Câmara dos Deputados**

- Câmara dos Deputados

Atender a despesas com assistência pré-escolar da Câmara dos Deputados, cuja dotação mostra-se insuficiente devido ao corte de 20% efetivado por ocasião do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para 1999 ao Congresso Nacional.

- Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Assegurar o atendimento dos associados do Pró-Saúde, até o final do exercício, mediante a incorporação ao orçamento vigente de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas.

**Senado Federal**

- **Senado Federal**

Cobrir despesas com a assistência médica e odontológica a servidores, bem como viabilizar o pagamento de auxílio refeição/alimentação, cuja dotação sofreu corte linear de 20%.

**Tribunal de Contas da União**

- **Tribunal de Contas da União**

Concluir a construção dos anexos do Tribunal de Contas da União, em Brasília, além de reforçar as dotações destinadas ao pagamento de benefícios aos servidores, que se mostram insuficientes para fazer frente aos gastos decorrentes da admissão de novos servidores aprovados em concurso público.

**Presidência da República**

- **Advocacia-Geral da União**

Reforçar as dotações orçamentárias relativas à manutenção geral da unidade, notadamente para dar suporte às despesas com contratos de vigilância, limpeza, aluguel e reprografia, que tiveram seus preços majorados acima do teto inicialmente estimado, bem como complementar os recursos direcionados aos gastos com energia elétrica e telecomunicações, os quais tiveram suas tarifas reajustadas acima dos níveis projetados.

- **Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU**

Permitir o prosseguimento e execução dos programas de trabalho da SEDU que objetivam a melhoria das condições habitacionais e a promoção de ações de desenvolvimento urbano.

**Ministério da Justiça**

- **Administração direta**

Dar continuidade às ações de planejamento, manutenção, execução, organização e aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Trânsito, relacionadas com a prevenção de acidentes de trânsito.

- **Arquivo Nacional**

Viabilizar o pagamento da anuidade do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, em decorrência da majoração de seu valor. Além disso, os recursos consignados no orçamento vigente mostram-se insuficientes para pagar o auxílio transporte e o auxílio refeição/alimentação dos servidores lotados no Arquivo Nacional.

- **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Implementar o projeto desenvolvido pelo Ministério da Justiça voltado para o reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. Neste sentido, os recursos estão sendo aplicados na

aquisição de caminhões, motocicletas, helicópteros, compra de equipamentos de telecomunicações, bem como na aquisição de um imóvel no Estado de Rondônia para abrigar a Superintendência Regional daquela entidade.

- Departamento de Polícia Federal - DPF

Honrar pagamento de parte das dívidas decorrentes de contratos de manutenção, treinamento de servidores e execução de obras nas instalações físicas do imóvel onde está instalado o DPF.

- Fundo de Defesa de Direitos Difusos

Possibilitar a aquisição de equipamentos e mobiliários, visando à melhoria das condições de trabalho na Secretaria-Executiva do referido fundo.

- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal

Complementar os recursos necessários ao desenvolvimento das operações de policiamento.

#### **Ministério da Integração Nacional**

- Administração direta

Cobrir gastos relacionados com a manutenção geral do Órgão, uma vez que as dotações absorvidas da extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais são insuficientes para atender à atual estrutura administrativa do Ministério, que se revela mais complexa.

- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Suplementar as dotações destinadas ao pagamento do auxílio transporte dos servidores da SUDENE, no valor de R\$ 82.842,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais), em razão do aumento no preço das passagens urbanas. A parcela restante, no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), oriunda do excesso de arrecadação das receitas próprias, será aplicada no processo de requalificação de servidores, na continuidade das pesquisas sócioeconômicas na área de atuação daquela Autarquia, bem como no cumprimento dos contratos firmados com empresas para a manutenção dos sistemas e aquisição de programas de informática.

3. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de recursos oriundos de excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional e diretamente arrecadadas e de cancelamento de dotações acima dos limites autorizados na Lei Orçamentária de 1999, estando o mesmo em consonância com as prescrições contidas no art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

4. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (LDO - 1999) demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas do

Tesouro Nacional, enquanto aquele oriundo de receitas diretamente arrecadadas é detalhado a seguir:

Descrição	Fonte	Lei+créditos 99	Reestimativa	Excesso de Arrecadação
<b>Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados</b>				
1321.00.00 – Juros de Títulos de Renda	280	1.351.421	2.741.421	1.390.000
1990.99.00 – Outras Receitas	250	5.220.528	6.610.528	1.390.000
<b>Ministério da Justiça/Administração direta</b>				
1990.16.00 – Receita de Participação do Seguro-DPVAT	150	12.647.000	44.932.600	32.285.600
<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>				
1919.15.00 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito	150	62.631.918	126.500.630	63.868.712
<b>Fundo de Defesa de Direitos Difusos</b>				
1919.99.00 – Outras Multas	150	60.000	1.000.000	940.000
<b>Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal</b>				
1121.04.00 – Taxas do DPF	150	10.286.160	25.704.110	15.417.950
<b>Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste</b>				
1322.00.00 – Dividendos	250		3.500.000	3.500.000

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

## PROJETO DE LEI Nº 69, DE 1999-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 138.930.729,00, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 138.930.729,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – remanejamento de recursos, no valor global de R\$ 15.938.467,00 (quinze milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

II – excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional e diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 122.992.262,00 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas das seguintes entidades e fundos, na forma indicada nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados:

I – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados;

II – Fundo de Defesa de Direitos Difusos;

III – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal; e

IV – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                        de 1999.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS				CREDITO SUPLEMENTAR	
ESPECIFICAÇÃO		F	M	D	U	PTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
LEGISLATIVA															
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS							1.842.730			1.842.730					
EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR							534.600			534.600					
01.041.0190.4800							534.600			534.600					
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR							534.600			534.600					
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, DA FALTA DE PARTIDA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, COM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, COM ÊNFASE NA IDADE MENTAL RELATIVA A FALTA DE ATENDIMENTO															
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 1.300															
01.041.0190.4800.0001							534.600			534.600					
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR							534.600			534.600					
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 1.300							534.600			534.600					
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR							1.308.130			1.308.130					
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL							1.308.130			1.308.130					
01.078.0485.4089							1.308.130			1.308.130					
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO															
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, O VALER-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / O BENEFÍCIO DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.															
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 16.016															
01.078.0485.4089.0005							1.308.130			1.308.130					
AUXÍLIO REPERCUSSÃO/ALIMENTAÇÃO							1.308.130			1.308.130					
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 12.516							427.300			427.300					
							880.830			880.830					
TOTAL FISCAL							1.842.730			1.842.730					

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		EMPREGADO	INTEIRO	MEIO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
LEGISLATIVA												
SAÚDE												
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA												
01.075.0428.3004												
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES												
- ASSESSORIO A SAUDE FISICA E MENTAL DOS SERVIDORES												
- PUBLICOS CIVIS E MILITARES												
- PENSIONISTAS, SEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARATER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS												
- PROPRIOS												
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) + 10.304												
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) + 3.209												
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) + 1.952												
01.075.0428.3004.0005												
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES												
- DEPENDENTE BENEFICIARIO (PESSOA) + 10.304												
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) + 3.209												
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) + 1.952												
TOTAL												

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		R\$ 1,00										
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS										
ESPECIFICAÇÃO	S F	O F	ID D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
LEGISLATIVA												
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA EXTERNA						4.690.720			2.290.720	2.400.000		
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						2.400.000				2.400.000		
01.002.0025.1003						2.400.000				2.400.000		
CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS						2.400.000				2.400.000		
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS						2.400.000				2.400.000		
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4.168						2.400.000				2.400.000		
01.002.0025.1000.0003	F	90		0	100					2.400.000		
CONSTITUIÇÃO DO ANEXO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO						2.400.000				2.400.000		
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 4.168						2.400.000				2.400.000		
SAÚDE						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
01.078.0428.2004						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
ASSEGURAR A SAÚDE FISICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, INATIVOS E RESERVISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARATER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PROPRIOS						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
01.078.0428.2004.0005	S	90		0	100				1.800.000	2.400.000		
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES						1.800.000			1.800.000	2.400.000		
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR						490.720			490.720	490.720		
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL						490.720			490.720	490.720		
01.078.0486.4080						490.720			490.720	490.720		
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO						490.720			490.720	490.720		
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALENTO, O AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.						490.720			490.720	490.720		
01.078.0486.4080.0005	F	90		0	100				490.720	490.720		
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO						490.720			490.720	490.720		
TOTAL						4.690.720			2.290.720	2.400.000		
FISCAL						2.400.000			1.800.000	2.400.000		
SECRETARIA						1.800.000			1.800.000	2.400.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



20000 – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
20117 – SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUR. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ELABORAR, EXECUTAR E AVALIAR POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, DECENTRALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS, APROPRIAÇÃO DE RECURSOS, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REDUÇÃO DAS DISPARIDADES URBANAS.											
- MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE) = 1	F	40	0	100	1.000.000				1.000.000		
10.008.0183.2421.0026					1.000.000				1.000.000		
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM RECIFE - PE					1.000.000				1.000.000		
- MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE) = 1					1.000.000				1.000.000		
Saúde e Saneamento					109.986				109.986		
SANEAMENTO					109.986				109.986		
SANEAMENTO GERAL					109.986				109.986		
13.076.0448.2460					109.986				109.986		
PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BÁSICO											
IMPLANTAÇÃO / AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES DO PAÍS, COM POPULAÇÃO MENOR DO QUE 50000 HABITANTES E DEFICIT DA COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MAIOR DO QUE A COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DESTINADA À POPULAÇÃO NACIONAL NAS 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE A ÁGUA É BENEFICIADA (UNIDADE) = 60.400					109.986				109.986		
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 60.400					109.986				109.986		
- EMPREGO GERADO (UNIDADE) = 28.790					109.986				109.986		
13.076.0448.3460.1268					109.986				109.986		
AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS					109.986				109.986		
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 400					109.986				109.986		
- EMPREGO GERADO (UNIDADE) = 190					109.986				109.986		
TOTAL FISCAL					2.913.031				2.913.031		
SEGURIDADE					2.803.045				2.803.045		
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL					109.986				109.986		

30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
30101 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## ANEXO I

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUR. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRAÇÃO GERAL											
03.007.0021.4900					3.400.000				561.767		
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL					3.170.940				561.767		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, DO PATRIMÔNIO, DO PLANEJAMENTO, DO ACESSO ÀS AÇÕES DE ACESSORAMENTO ADMINISTRATIVO SUPERIOR, DA DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMÁTICA, ASSUNTOS DE TRANSPORTE, REPAROS, MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.					3.170.940				561.767		
- MICROCOMPUTADOR ADQUIRIDO (UNIDADE) = 262											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 700											
03.007.0021.4900.0001					2.368.443				238.767		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					2.368.443				238.767		
- MICROCOMPUTADOR ADQUIRIDO (UNIDADE) = 262											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 700											
TOTAL					2.368.443				238.767		
SEGURIDADE					2.368.443				238.767		



30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
30103 – ARQUIVO NACIONAL

ANEXO I		R\$ 1,00								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR								
ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS								
ESF	EMD	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
			66.934			66.934				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				
			3.986			3.986				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL







30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
30905 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P D	M D	ID USD	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUIZOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					940.000			940.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					940.000			940.000			
03.007.0021.2089					940.000			940.000			
REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS A BENS E AO MEIO-AMBIENTE											
REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO-AMBIENTE E A											
BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO,											
HISTÓRICO, TURÍSTICO E PATRIMÔNIO											
- CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA (UNIDADE) - 2											
03.007.0021.2089.0001					940.000			940.000			
REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS A BENS E AO MEIO-AMBIENTE					940.000			940.000			
- CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA (UNIDADE) - 2					940.000			940.000			
TOTAL FISCAL					940.000			940.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P D	M D	ID USD	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUIZOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					15.417.950			15.417.950			
SEGURANÇA PÚBLICA					15.417.950			15.417.950			
POLICIAMENTO CIVIL					15.417.950			15.417.950			
06.030.0174.2081					15.417.950			15.417.950			
POLICIAMENTO FEDERAL											
COMBATE O CRIME ORGANIZADO NOS SETORES DE											
CONTRABANDO, DESCAMINHO, TRÁFICO DE DROGAS, MÓDAS											
FALSAS, FRAUDES CONTRA A UNIDADE, DESVIO DE OURO E											
DEMAIS AÇÕES INSTITUCIONAIS											
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 285											
06.030.0174.2081.0001					15.417.950			15.417.950			
OPERAÇÃO DO POLICIAMENTO FEDERAL					15.417.950			15.417.950			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 285					15.417.950			15.417.950			
TOTAL FISCAL					15.417.950			15.417.950			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

## ANEXO I

1 OX3NY

# PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

**ANEXO I**

**ANEXO I**

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S C O P O	M I D I O	PTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				200.000				200.000		
ADMINISTRAÇÃO				200.000				200.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL				200.000				200.000		
03.007.0001.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL				200.000				200.000		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E DOCUMENTAÇÃO, CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMOVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.										
03.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	F	90		200.000				200.000		
		0	199	200.000				200.000		
TOTAL FISCAL				200.000				200.000		

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53203 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

R\$ 1,00

ANEXO I

Novembro de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO

Quinta-feira 4 00327

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS					CREDITO SUPLEMENTAR	
ESPECIFICAÇÃO										TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
E	S	M	D	F	FTE	USO	USO	USO	USO							
DESENVOLVIMENTO REGIONAL										3.474.192			3.144.192	330.000		
ADMINISTRAÇÃO										2.441.390			2.111.390	330.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL										2.441.390			2.111.390	330.000		
07.007.0021.4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										2.441.390			2.111.390	330.000		
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR, DA MODERNIZAÇÃO, DO APOIO ADMINISTRATIVO, DO APOIO TÉCNICO, DO APOIO LOGÍSTICO, DO APOIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, DO APOIO DE RECURSOS HUMANOS, DO APOIO DE RECURSOS MATERIAIS, DO APOIO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS, DO APOIO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA, DO APOIO DE RECURSOS DE TELECOMUNICAÇÕES, ETC.																
07.007.0021.4900.0001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL										2.091.390			1.761.390	330.000		
										2.091.390			1.761.390	330.000		
										2.091.390			1.761.390	330.000		
07.007.0021.4900.0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS										250.000			250.000	250.000		
										250.000			250.000	250.000		
										250.000			250.000	250.000		
07.007.0021.4900.0004 APOIO DE INFORMÁTICA										100.000			100.000	100.000		
										100.000			100.000	100.000		
										100.000			100.000	100.000		
										100.000			100.000	100.000		
										950.000			950.000	950.000		
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL										950.000			950.000	950.000		
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO										950.000			950.000	950.000		
07.009.0040.2356 PLANEJAMENTO SOCIO-ECONOMICO DO NORDESTE										950.000			950.000	950.000		
INDUZIR, ARTICULAR E CONSOLIDAR PROCEDIMENTOS DE MODO A GARANTIR A CONSECUÇÃO DA UNIDADE DO PLANEJAMENTO INTERNO E REGIONAL NA ÁREA SOCIO-ECONOMICA DO NORDESTE.																
07.009.0040.2356.0002 LISTUODS E PLSQUITSAS										950.000			950.000	950.000		
										950.000			950.000	950.000		
										950.000			950.000	950.000		
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR										82.842			82.842	82.842		
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL										82.842			82.842	82.842		
07.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										82.842			82.842	82.842		
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA																
07.078.0486.4089.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE										82.842			82.842	82.842		
										82.842			82.842	82.842		
										82.842			82.842	82.842		
										108.650			108.650	108.650		
										108.650			108.650	108.650		
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA										108.650			108.650	108.650		
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO										108.650			108.650	108.650		
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS										108.650			108.650	108.650		
15.084.0402.2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO										108.650			108.650	108.650		
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPÕU O PROGRAMA DE SEGURO-DESCOMPENSO E O AUMENTO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3. DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.																
15.084.0402.2012.0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO										108.650			108.650	108.650		
										108.650			108.650	108.650		
										108.650			108.650	108.650		
TOTAL FISCAL										3.982.842			3.252.842	330.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

01000 – CAMARA DOS DEPUTADOS  
01101 – CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS							CREDITO SUPLEMENTAR		R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		EM S F	IN ID. FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA				
LEGISLATIVA														
PROCESSO LEGISLATIVO														
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS														
01.001.0025.1003				1.842.730				961.900						
CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS														
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.														
- PREDIO AMPLIADO (M2) = 4.435														
01.001.0025.1003.0001				961.900				961.900						
OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DA														
CAMARA DOS DEPUTADOS														
- PREDIO AMPLIADO (M2) = 4.435														
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR														
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL														
01.076.0486.4059				880.830				880.830						
PRESTACÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO														
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA:														
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 16.016														
01.076.0486.4059.0003				880.830				880.830						
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE														
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 3.300														
TOTAL FISCAL				1.842.730				961.900						
												AL QUANTIDADE DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

02000 – SENADO FEDERAL  
02101 – SENADO FEDERAL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	EM F	EM D	EM FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
LEGISLATIVA										
PROCESSO LEGISLATIVO										
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS										
01.001.0025.1003										
CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS										
PROPOSIÇÕES CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE										
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS										
- PREDIO CONSTRUÍDO (INCL) + 14.000										
01.001.0025.1003.0002										
OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DO SENADO FEDERAL										
- PREDIO CONSTRUÍDO (INCL) + 14.000										
ADMINISTRAÇÃO										
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
01.007.0021.4000										
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A										
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO SENADO										
VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO,										
MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, SUPORTE E										
INFORMÁTICA, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, SOCIAL, RE										
FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES,										
ETC.										
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) + 1										
- SERVIÇOS PRETENDIDOS (PESSOA) + 5.210										
01.007.0021.4000.0001										
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL										
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) + 1										
01.007.0021.4000.0002										
DE RECURSOS HUMANOS										
- SERVIÇOS PRETENDIDOS (PESSOA) + 5.210										
TOTAL FISCAL				3.096.000						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

02000 – SENADO FEDERAL  
02104 – SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	EM F	EM D	EM FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
LEGISLATIVA										
ADMINISTRAÇÃO										
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
01.007.0021.4000										
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A										
MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORGÃO										
VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO,										
MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, SUPORTE E										
INFORMÁTICA, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, SOCIAL, RE										
FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES,										
ETC.										
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) + 1										
01.007.0021.4000.0001										
DE RECURSOS HUMANOS										
- ENTIDADE BENEFICIÁRIA (UNIDADE) + 1										
TOTAL FISCAL				90.000						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL





20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20117 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

[illegible]

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL
<p>1. Qual o seu nível de satisfação com o trabalho atual?</p> <p>2. Qual o seu nível de satisfação com o salário atual?</p> <p>3. Qual o seu nível de satisfação com o ambiente de trabalho atual?</p> <p>4. Qual o seu nível de satisfação com o chefe atual?</p> <p>5. Qual o seu nível de satisfação com os colegas de trabalho atual?</p> <p>6. Qual o seu nível de satisfação com o futuro profissional atual?</p> <p>7. Qual o seu nível de satisfação com o futuro pessoal atual?</p> <p>8. Qual o seu nível de satisfação com o futuro financeiro atual?</p> <p>9. Qual o seu nível de satisfação com o futuro da família atual?</p> <p>10. Qual o seu nível de satisfação com o futuro da sociedade atual?</p> <p>11. Qual o seu nível de satisfação com o futuro do país atual?</p> <p>12. Qual o seu nível de satisfação com o futuro do mundo atual?</p>





30000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA  
30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					2.400.460			2.400.460			
SEGURANÇA PÚBLICA					2.316.673			2.316.673			
POLICIAMENTO CIVIL					2.316.673			2.316.673			
06.030.0174.3529					2.316.673			2.316.673			
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO, APRIMORAMENTO E SEGURANÇA DA FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL - PROMASP											
MODERNIZAR O PASSAPORTE E O VISTO BRASILEIROS, ADEQUANDO-OS AS NORMAS ESTABELECIDAS PELO DOCUMENTO N.º 9303 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL, DOTANDO-OS DE SEGURANÇA CONTRA FALSIFICAÇÕES, INCLUINDO O PASSAPORTE COMUM DO MERCOSUL.											
- PASSAPORTE EXPEDIDO (UNIDADE) = 900.000											
06.030.0174.3529.0001	F	90	0		2.316.673			2.316.673			
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO, APRIMORAMENTO E SEGURANÇA DA FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL - PROMASP					2.316.673			2.316.673			
- PASSAPORTE EXPEDIDO (UNIDADE) = 900.000					361.153			361.153			
				100	1.955.520			1.955.520			
				199							
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					83.787			83.787			
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					83.787			83.787			
06.078.0486.4089					83.787			83.787			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO											
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 8.830											
06.078.0486.4089.0006	F	90	0		83.787			83.787			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO					83.787			83.787			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 8.830					83.787			83.787			
				199	83.787			83.787			
TOTAL FISCAL					2.400.460			2.400.460			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
20115 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS REGIONAIS

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
Saúde e Saneamento					100.000			100.000			
Proteção ao Meio-Ambiente					100.000			100.000			
Defesa Contra Inundações					100.000			100.000			
13.077.0458.4945					100.000			100.000			
RECUPERAÇÃO E ESTADUALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES											
DESCENTRALIZAR A GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES PARA OS ESTADOS.											
- PROJETO ASSISTIDO (UNIDADE) = 7											
13.077.0458.4945.0001	F	30	0		100.000			100.000			
RECUPERAÇÃO E ESTADUALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES					100.000			100.000			
- PROJETO ASSISTIDO (UNIDADE) = 7					100.000			100.000			
				199	100.000			100.000			
TOTAL FISCAL					100.000			100.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL



20000 – PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20504 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

## ANEXO II

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P E C I F I C A D O	ID USO	FTE	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS RESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS	CREDITO SUPLEMENTAR
AGRICULTURA												
PRODUÇÃO ANIMAL												
DESENVOLVIMENTO DA PESCA												
04.015.0009.1240												
FORTEALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO												
IMPLANTACAO DE CENTROS DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA E DE ESTACOES DE PESCA CULTIVADA INCENTIVANDO A PRODUÇÃO PESQUEIRA, VISANDO A COMERCIALIZACAO, SEM COMO SUPLEMENTACAO A LUTUA E MANUTENCAO DA REDE NACIONAL DE REGICAO - PESCAO PRODUZIDO (UNIDADE) - 640.000												
- ALEVINO PRODUZIDO (MILHAO) - 3												
04.015.0009.1240.0006												
FORTEALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO NO ESTADO DA PARAIBA												
- PESCAO PRODUZIDO (UNIDADE) - 300.000												
04.015.0009.1240.0010												
FORTEALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA												
- PESCAO PRODUZIDO (UNIDADE) - 480.000												
- ALEVINO PRODUZIDO (MILHAO) - 3												
DESENVOLVIMENTO REGIONAL												
SAUDE												
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA												
07.070.0426.2004												
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES												
ASSEGURAR A SAUDE FISICA E MENTAL DOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS E MILITARES.												
CONSTITUIR, SEM COMO LA SEUS DEPENDENTES, EM CARTEIRAS COMPLEMENTAR E A MANUTENCAO DE HOSPITAIS PROPRIOS												
- DEPENDENTE BENEFICIARIO (PESSOA) - 10.297												
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) - 1.172												
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) - 3.946												
07.070.0426.2004.0005												
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES												
- SERVIDOR BENEFICIARIO (PESSOA) - 1.172												
- INATIVO/PENSIONISTA BENEFICIARIO (PESSOA) - 3.946												
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS												
RECURSOS HIDRICOS												
IRRIGACAO												
09.084.0077.3406												
FORTEALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA												
ASSEGURAR DE FORMA SUSTENTAVEL A CAPTACAO E OFERTA DE AGUA, CAPAZ DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL DO PAIS, SEM COMO A LUTUA E MANUTENCAO DA REDE NACIONAL HIDROMETRICA												
- VAO CENTRAL DA BARRAGEM CONSTRUIDO (M3) - 5.280												
09.084.0077.3406.0406												
FORTEALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA EM												
SANCAO - PE												
- VAO CENTRAL DA BARRAGEM CONSTRUIDO (M3) - 5.280												
TOTAL												
TOTAL												
TOTAL												

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20603 - SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

R\$ 1,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIATS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
DESENVOLVIMENTO REGIONAL					82.842			82.842			
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS					31.600			31.600			
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					31.600			31.600			
07.041.0190.4500					31.600			31.600			
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR											
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA A IDADE MENTAL RELATIVA A FAIXA ETÁRIA ESTABELECIDO.											
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 236											
07.041.0190.4500.0001	F	90			31.600			31.600			
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR					31.600			31.600			
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 236				200	31.600			31.600			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					51.242			51.242			
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL					51.242			51.242			
07.078.0485.4089					51.242			51.242			
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO											
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.											
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.242											
07.078.0485.4089.0006	F	90			51.242			51.242			
AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO					51.242			51.242			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) = 1.242				200	51.242			51.242			
TOTAL FISCAL					82.842			82.842			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## ANEXO III

ACRESCIMO

01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS  
01901 - FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS

## RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.780.000
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		1.390.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		1.390.000	
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	FIS	1.390.000		
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.390.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.390.000	
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	1.390.000		
TOTAL FISCAL				2.780.000

## ANEXO III

ACRESCIMO

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
30905 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

## RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			940.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		940.000	
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	FIS		940.000	
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	FIS	940.000		
TOTAL FISCAL				940.000

ANEXO III

ACRESCIMO

30000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA

30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			16.417.950
1100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	FIS		16.417.950	
1120.00.00 TAXAS	FIS		16.417.950	
1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	FIS	16.417.950		
TOTAL FISCAL				16.417.950

ANEXO III

ACRESCIMO

63000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

63203 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.682.842
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		3.500.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		3.500.000	
1322.00.00 DIVIDENDOS	FIS	3.500.000		
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		82.842	
1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	FIS	82.842		

## ANEXO IV

REDUÇÃO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20803 - SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			82.842
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		82.842	
1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	FIS	82.842		
TOTAL FISCAL				82.842

**LEGISLAÇÃO CITADA**

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**LEI N° 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**LEI N° 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.



§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

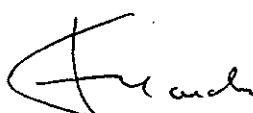
§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

## MENSAGEM Nº 1.089, DE 1999-CN (nº 1.624/99, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.436.100,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente”.



Brasília, 29 de outubro de 1999.

EM nº 481 /MP

Brasília, 28 de outubro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda – MF, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP solicitam a abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 141.436.100,00 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cem reais), para o atendimento de despesas de diversas Unidades Orçamentárias.

2. As solicitações em pauta visam a ajustar os orçamentos vigentes daquelas Unidades, conforme detalhamento a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Natureza da despesa	Fonte	Valor
<b>Ministério da Fazenda - MF</b>			
<b>Administração direta</b>			
• Suplementação Acompanhamento Econômico	3.4.90.00	199	172.000
• Cancelamento Sistema de Informações da Secretaria de Acompanhamento Econômico	3.4.90.00	199	172.000
<b>Banco Central do Brasil - BACEN</b>			
• Suplementação			<u>7.783.500</u>
Sistema de Informação do Banco Central do Brasil – SISBACEN	3.4.90.00	280	4.123.000
Edifício-Sede Recife – Instalações de Segurança	4.5.90.00	280	3.300.000
Conselho Internacional de Museus – ECOM	3.4.72.00	280	400
Fundo Monetário Internacional – FMI	3.4.73.00	280	13.700
Centro de Estudos Monetários Latino-Americano – CEMLA	3.4.72.00	280	336.600
The Institute of International Finance - INC-IFF	3.4.72.00	280	5.900
Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ALIDE	3.4.72.00	280	3.900
• Cancelamento			<u>7.783.500</u>
Capacitação de Recursos Humanos	3.4.90.00	280	1.200.000
Edifício- Sede Curitiba – Instalações de Segurança	4.5.90.00	280	3.283.500
Meio Circulante – Rio de Janeiro – Instalações de Segurança	4.5.90.00	280	3.300.000
<b>Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO</b>			
• Suplementação			
Atendimento, Desenvolvimento e Produção de Serviços de Informática	3.4.90.00	292	27.075.000

<b>Superintendência de Seguros Privados - SUSEP</b>			
• Suplementação Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público	3.4.90.00	280	118.000
• Cancelamento Política Nacional de Seguros	4.6.90.00	280	118.000
<b>Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA</b>			
• Cancelamento Coordenação e Manutenção do Programa Nacional de Pesquisa Econômica	3.4.50.00	199	112.000
<b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC</b>			
<b>Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI</b>			
• Suplementação Cooperação Técnica Internacional	3.4.72.00	250	<u>3.046.000</u> 2.383.000
Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público	3.4.90.00	250	663.000
• Cancelamento Programa de Modernização do INPI	3.4.90.00	250	3.046.000
<b>Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA</b>			
• Suplementação Capacitação de Recursos Humanos	3.4.90.00	250	100.000
• Cancelamento Entrepósito Internacional da Zona Franca da Manaus	3.4.90.00	250	100.000
<b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP</b>			
<b>Administração direta</b>			
• Cancelamento Assistência Médica e Odontológica a Servidores	3.4.90.00	199	91.600
<b>Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA</b>			
• Suplementação Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.4.90.00	199	<u>203.600</u> 112.000
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	3.4.90.00	199	91.600
<b>Escola Nacional de Administração Pública – ENAP</b>			
• Suplementação Formação para Carreira e Educação Continuada	3.4.90.00	199	<u>176.000</u> 95.000
	3.4.90.00	250	25.000
	4.5.90.00	199	24.000
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público	3.4.90.00	199	32.000
• Cancelamento Adm. do Sist. de Modern. e Organização Administrativa	3.4.90.00	199	<u>176.000</u> 6.000

		250	25.000
Estudo para Modernização e Reforma do Estado	3.4.90.00	199	5.000
Concessão de Vale-Transporte	3.4.90.00	199	31.000
Auxílio Refeição/Alimentação	3.4.90.00	199	37.000
Assistência Pré-Escolar	3.4.90.00	199	43.000
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	3.4.90.00	199	29.000

3. A solicitação de crédito para a Administração direta do MF visa ao cumprimento de metas institucionais da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, no que se refere às viagens, à manutenção de equipamentos, de instalações e demais atividades inerentes a essa Secretaria, sendo a compensação viabilizada mediante o cancelamento de dotações da própria Unidade.

4. A suplementação para o Banco Central do Brasil visa a cobrir despesas referentes às cotas patronais relativas a complementações previdenciárias; às atividades essenciais ao Sistema de Informações do BACEN; à conclusão de obra no Edifício-Sede do Banco em Recife e, ainda, ao ajuste de variação cambial em Contribuições a Organismos Internacionais. Os recursos advirão de cancelamento em sua programação.

5. No que tange ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, unidade vinculada ao Ministério da Fazenda, os recursos pleiteados possibilitarão efetivar o pagamento dos insumos contratados pela Empresa para a realização de diversos serviços a terceiros. Os recursos são oriundos da incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1998, no valor de R\$ 27.075.000,00 (vinte e sete milhões, setenta e cinco mil reais).

6. O crédito pleiteado pela Superintendência de Seguros Privados objetiva sanar a necessidade de crédito existente em função do cumprimento do art. 8º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que explicita o cálculo da Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, como sendo a aplicação da alíquota sobre a receita arrecadada. Os recursos são provenientes do cancelamento, na Unidade, da atividade Política Nacional de Seguros.

7. O crédito pleiteado pelo INPI objetiva reforçar dotações para o cumprimento de compromisso firmado com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 248, bem como saldar dívidas de exercícios anteriores com o PASEP. Os recursos serão provenientes do cancelamento de dotação do Programa de Modernização do Instituto.

8. A suplementação para a SUFRAMA visa a cobrir despesas referentes à capacitação de servidores, mediante cancelamento no projeto Entreponto Internacional da Zona Franca de Manaus.

9. Para a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a solicitação visa a permitir a cobertura de despesas com assistência médica e odontológica a servidores, além de atender aos gastos com manutenção geral da Fundação. Os recursos são oriundos de cancelamento na programação da Unidade e na Administração direta do MP.

10. O reforço de dotações para a ENAP destina-se à Formação para a Carreira e Educação Continuada e ao PASEP, sendo a compensação viabilizada por meio do cancelamento parcial de dotações orçamentárias com menor grau de prioridade.

11. Em cumprimento ao disposto no art. 12, § 7º da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, demonstram-se a seguir, os excessos de arrecadação do FUNDAF/MF, do FUNTREDE/MF, do INMETRO/MDIC, do FND/MDIC e da Administração direta do MP:

R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTARIA/ NATUREZA DA RECEITA	LOA/99	REESTIMATIVA	EXCESSO DE ARRECAÇÃO
25.902 – FUNDAF/MF 1122.11.00 – Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX		67.200.000	67.200.000
25.913 – FUNTREDE/MF 1600.16.00 – Serviços Educacionais	13.804.000	16.304.000	2.500.000
28.202 – INMETRO/MDIC 1600.11.01 – Metrologia Legal e Cert. Delegada 1600.11.03 – Metrologia Legal	71.151.590 1.647.135	76.651.590 1.979.135	5.500.000 332.000
28.903 – FND/MDIC 1322.00.00 – Dividendos	16.400.000	26.400.000	10.000.000
47.101 – Administração direta/MP 1600.08.00 – Serviços de Processamento de Dados 1600.29.00 – Serviço de Cadastro de Fornecedores	3.000.000 593.695	18.000.000 2.823.695	15.000.000 2.230.000

12. A suplementação para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF visa a atender aos pagamentos dos contratos administrativos da Secretaria da Receita Federal a partir da edição da Portaria MF nº 228, de 3 de setembro de 1998. Os recursos advirão de incorporação de excesso de arrecadação, oriundo da taxa de utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX sobre todas as importações registradas a partir de 1º de janeiro de 1999.

13. No Ministério da Fazenda, com relação ao Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, a suplementação objetiva cumprir as programações da Escola de Administração Fazendária relativas aos concursos, treinamentos, cursos de especialização e outras atividades. Os recursos necessários ao atendimento da suplementação decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação da receita de Serviços Educacionais.

14. Para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, serão destinados recursos à cobertura de despesas com a manutenção operacional dos órgãos estaduais conveniados, no intuito de viabilizar a fiscalização metrológica no país. Os recursos decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de receitas do Instituto.

15. Quanto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, a suplementação objetiva atender ao aumento da demanda, de pequenas e médias empresas, por créditos. Os recursos necessários à suplementação são provenientes da incorporação de excesso de arrecadação da receita com dividendos do Fundo.

16. A suplementação para a Administração direta do MP visa a sanar insuficiência de recursos destinados às atividades de Gestão e Manutenção do Sistema de Serviços Gerais e ao Sistema de Pessoal Civil da União. Os recursos são provenientes do excesso de arrecadação resultante da elevação de R\$ 0,40 (quarenta centavos), para R\$ 1,00 (um real) do valor do preço público no processamento automático de consignações facultativas no SIAPE, por linha impressa nos contracheques, de acordo com o previsto no Decreto nº 2.784 de 1998, do reajuste ocorrido nas taxas médias de cadastramento de fornecedores/SICAF, de acordo com a Portaria nº 3.224, de 19 de novembro de 1998 e do acréscimo de 23,5% de cadastros na base de dados.

17. O presente crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional, por não se enquadrar nas autorizações legais existentes, estando, porém, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

18. Ressalte-se, por oportuno, que os remanejamentos propostos não acarretarão prejuízo à execução das programações, objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

19. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



**MARTUS TAVARES**  
Ministro de Estado do  
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 481 , DE 28 / 10/99**

**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:**

Insuficiência de dotações para cobertura de despesas constantes das programações do Ministério da Fazenda – MF, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

**2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:**

Abertura de crédito suplementar, mediante projeto de lei, por se tratar de incorporação de superávit financeiro, de incorporação de excesso de arrecadação e de remanejamento de recursos

entre subatividades que extrapolam o limite da autorização concedido ao Poder Executivo no art. 6º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:**

Tecnicamente é a alternativa viável.

**4. Custos:**

Suplementação no valor global de R\$ 141.436.100,00 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cem reais), para o atendimento de despesas relacionadas aos subtítulos dos Ministérios em tela, composta com recursos oriundos de:

R\$ 27.075.000,00 – superávit financeiro no Serviço de Processamentos de Dados do MF;

R\$ 69.700.000,00 – excesso de arrecadação verificado no Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento e no Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, unidades do MF;

R\$ 15.832.000,00 – excesso de arrecadação verificado no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e no Fundo Nacional de Desenvolvimento, ambas unidades do MDIC;

R\$ 17.230.000,00 – excesso de arrecadação verificado na Administração direta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

R\$ 8.073.500,00 – remanejamento de dotações próprias do Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados e da Administração direta do MF;

R\$ 3.146.000,00 – remanejamento de dotações próprias do Instituto Nacional de Propriedade Industrial e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, unidades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e

R\$ 379.600,00 – remanejamento de dotações da Escola Nacional de Administração Pública, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Administração direta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

**7. Alterações propostas : (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)**

Texto atual	Texto proposto
-------------	----------------

**8. Síntese do parecer do órgão jurídico:**

**PROJETO DE LEI Nº 70, DE 1999-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.436.100,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.436.100,00 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e cem reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da:

I – incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1998, no montante de R\$ 27.075.000,00 (vinte e sete milhões, setenta e cinco mil reais);

II - incorporação de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados, no montante de R\$ 102.762.000,00 (cento e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil reais); e

III - anulação parcial das dotações indicadas no Anexo II desta Lei, no montante de R\$ 11.599.100,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e nove mil e cem reais).

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, ficam alteradas as receitas do Serviço Federal de Processamento de Dados, do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, do Fundo Nacional de Desenvolvimento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Escola Nacional de Administração Pública, na forma indicadas nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de                    de 1999.





25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
POLITICA EXTERIOR					360.500			360.500			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					360.500			360.500			
03.072.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					360.500			360.500			
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 5											
03.072.0411.2017.0177 CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ECOM - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1	F	72	0	280	400 400 400 400			400 400 400 400			
03.072.0411.2017.0178 FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL - FMI - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1	F	73	0	280	13.700 13.700 13.700 13.700			13.700 13.700 13.700 13.700			
03.072.0411.2017.0179 CENTRO DE ESTUDOS MONETARIOS LATINO-AMERICANO - CENLA - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1	F	72	0	280	336.600 336.600 336.600 336.600			336.600 336.600 336.600 336.600			
03.072.0411.2017.0180 THE INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE, INC-IFF - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1	F	72	0	280	5.900 5.900 5.900 5.900			5.900 5.900 5.900 5.900			
03.072.0411.2017.0183 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO ALICE - COTA CONTRIBUTIVA EFETUADA (UNIDADE) = 1	F	72	0	280	3.900 3.900 3.900 3.900			3.900 3.900 3.900 3.900			
<b>TOTAL FISCAL</b>					<b>7.783.500</b>			<b>4.483.500</b>	<b>3.300.000</b>		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					27.078.000			27.078.000			
ADMINISTRAÇÃO					27.078.000			27.078.000			
INFORMATICA					27.078.000			27.078.000			
03.007.0024.2243 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA					27.078.000			27.078.000			
DOAR OS USUARIOS DE RECURSOS COMPUTACIONAIS EFICAZES PARA AUXILIAR NA ANALISE, DESENVOLVIMENTO, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSARIAS A VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-PM DE DIVERSOS SETORES NA AREA GOVERNAMENTAL.											
03.007.0024.2243.0001 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA	F	90	0	292	27.078.000 27.078.000 27.078.000 27.078.000			27.078.000 27.078.000 27.078.000 27.078.000			
<b>TOTAL FISCAL</b>					<b>27.078.000</b>			<b>27.078.000</b>			

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA					118.000			118.000			
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO					118.000			118.000			
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS					118.000			118.000			
10.084.0492.2012					118.000			118.000			
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO											
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O AUXILIO DE QUE TRATA O PARAGRAFO 3. DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.											
10.084.0492.2012.0001	F	90			118.000			118.000			
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO				280	118.000			118.000			
					118.000			118.000			
					118.000			118.000			
TOTAL FISCAL					118.000			118.000			

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25902 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					67.200.000			67.200.000			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					67.200.000			67.200.000			
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS					67.200.000			67.200.000			
03.008.0030.2232					67.200.000			67.200.000			
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO											
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.											
03.008.0030.2232.0001	F	90			67.200.000			67.200.000			
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO				150	67.200.000			67.200.000			
					67.200.000			67.200.000			
					67.200.000			67.200.000			
TOTAL FISCAL					67.200.000			67.200.000			

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
EDUCAÇÃO E CULTURA					2.500.000			2.500.000			
ENSINO SUPLETIVO					2.500.000			2.500.000			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					2.500.000			2.000.000			
08.045.0217.2231					2.500.000			2.500.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA											
MANTER AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, VISANDO A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.											
08.045.0217.2231.0001	F		90		2.500.000			2.500.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA			0		2.500.000			2.500.000			
				150	2.500.000			2.500.000			
TOTAL FISCAL					2.500.000			2.500.000			

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
28202 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS					5.832.000			5.722.000	110.000		
CIENCIA E TECNOLOGIA					5.832.000			5.722.000	110.000		
METROLOGIA					5.832.000			5.722.000	110.000		
11.010.0375.2404					5.832.000			5.722.000	110.000		
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL											
ASSEGURAR A EXATIDÃO DAS MEDIÇÕES EFETIVADAS POR INSTRUMENTOS DE MEDIR E POR MEDIDAS UTILIZADAS EM TRANSAÇÕES COMERCIAIS E QUE ENVOLVAM SEGURANÇA E SAÚDE.											
11.010.0375.2404.0003	F		30		5.832.000			5.722.000	110.000		
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL			0		3.833.000			3.833.000			
				270	3.833.000			3.833.000			
			40		110.000			110.000			
			0	250	110.000			110.000			
			90		1.689.000			1.779.000	110.000		
			0	270	1.689.000			1.779.000	110.000		
					1.689.000			1.779.000	110.000		
TOTAL FISCAL					5.832.000			5.722.000	110.000		

28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
28203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS DA DIV.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS					2.383.000			2.383.000			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA					2.383.000			2.383.000			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					2.383.000			2.383.000			
11.010.0411.2140					2.383.000			2.383.000			
PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL											
COORDENAR E EXECUTAR PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O BRASIL E OUTROS PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS.											
- ACORDO INTERNACIONAL IMPLEMENTADO (UNIDADE) = 1											
11.010.0411.2140.0004	F		72	0	2.383.000			2.383.000			
COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL					2.383.000			2.383.000			
- ACORDO INTERNACIONAL IMPLEMENTADO (UNIDADE) = 1					2.383.000			2.383.000			
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA					663.000			663.000			
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO					663.000			663.000			
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS					663.000			663.000			
13.084.0492.2012					663.000			663.000			
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO											
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ADONO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3. DO ARTIGO 299 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.											
13.084.0492.2012.0001	F		90	0	663.000			663.000			
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO					663.000			663.000			
					663.000			663.000			
					663.000			663.000			
					663.000			663.000			
TOTAL FISCAL					3.046.000			3.046.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
28233 - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

R\$ 1,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DESENVOLVIMENTO REGIONAL					100.000			100.000			
ADMINISTRAÇÃO					100.000			100.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL					100.000			100.000			
07.007.0021.4900					100.000			100.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL											
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO ORÇÃO, VOLTADAS AS AÇÕES DE PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, ASSESSORAMENTO SUPERIOR, DOCUMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE, ASSUNTOS JURÍDICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, INFORMATICA, TRANSPORTE, REPAROS, RE FORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 280											
07.007.0021.4900.0002	F		90	0	100.000			100.000			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS					100.000			100.000			
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) = 280					100.000			100.000			
					100.000			100.000			
TOTAL FISCAL					100.000			100.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
28903 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										R\$ 1,00	
ANEXO I										CREDITO SUPLEMENTAR	
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS											
ESPECIFICAÇÃO	E M S F D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS											
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA											
PRODUÇÃO INDUSTRIAL											
11.008.0047.1077											
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL											
ALOCAR RECURSOS SOB A FORMA DE FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA AO SETOR INDUSTRIAL PARA APOIAR A ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DE CAPITAL E DE CONSUMO.											
- EMPREENHIMENTO FINANCEIRO APOIADO (UNIDADE) 1											
11.008.0047.1077.0004	F	90									
FINANCIAMENTO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS											
- EMPREENHIMENTO FINANCEIRO APOIADO (UNIDADE) 1											
TOTAL FISCAL											
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL											

47000 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47101 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										R\$ 1,00	
ANEXO I										CREDITO SUPLEMENTAR	
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS											
ESPECIFICAÇÃO	E M S F D	USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL											
ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA											
03.009.0043.4059											
SISTEMAS INFORMATIZADOS SETORIAIS											
IMPLEMENTAR, MANUTER E GERENCIAR OS DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA ESPECIALIZADOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, EXCETO OS DE SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.											
- SERVIÇO CONTRATADO (UNIDADE) 1											
03.009.0043.4059.0003	F	90									
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA UNIDADE - SIAPE											
- SERVIÇO CONTRATADO (UNIDADE) 2											
03.009.0043.4059.0007	F	90									
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS NO SERVIÇO FEDERAL											
- SERVIÇO CONTRATADO (UNIDADE) 1											
TOTAL FISCAL											
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL											

47000 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47204 – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	EM S F	ID D	FTE USO	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JRGS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO										
ADMINISTRAÇÃO										
ADMINISTRAÇÃO GERAL										
03.007.0021.4000										
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL										
ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, INCLUSIVE AS ATIVIDADES DE REGISTRO, ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO, DOCUMENTAÇÃO, ASSISSORAMENTO SUPERIOR, ETC.										
03.007.0021.4000.0001										
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL										
03.007.0021.4000.0001.0001										
SAÚDE										
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA										
03.075.0428.2004										
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES										
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES E INATIVOS E PENSIONISTAS, NEM COMO DE SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS										
03.075.0428.2004.0005										
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES										
TOTAL LEGAL										
03.007.0021.4000										
03.007.0021.4000.0001										
03.007.0021.4000.0001.0001										

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

**47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**47210 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ANEXO I**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M S D	ID U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
ADMINISTRAÇÃO											
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS											
03.007.0317.2260											
ADMINISTRAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS											
PLANEJAR, COORDENAR, SUPERVISAR, ORIENTAR, IMPLEMENTAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 10.000											
03.007.0317.2260.0004											
FORMAÇÃO PARA CARRERAS E EDUCAÇÃO CONTINUADA											
- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 10.000											
03.007.0317.2260.0004.0001											
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA											
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO											
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGUROS											
15.084.0492.2012											
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO											
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A L.E. DISPÕE, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ADOÇÃO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3.º DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.											
15.084.0492.2012.0001											
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO											
TOTAL FISCAL					176.000			152.000	24.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSTOÇÃO ATUAL

**25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**25101 - MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**ANEXO II**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M S D	ID U S	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
ADMINISTRAÇÃO											
INFORMATICA											
03.007.0024.4899											
SISTEMAS INFORMATIZADOS SETORIAIS											
IMPLEMENTAR, MANTER E GERENCIAR OS DIVERSOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, EXECUTADOS PELO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.											
03.007.0024.4899.0023											
INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO											
TOTAL FISCAL					172.000			172.000			



25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS		CREDITO SUPLEMENTAR	
ESPECIFICAÇÃO		INVESTIMENTOS	OUTRAS DESP. CORRENTES	JUROS E B.C. DA DÍVIDA	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					
ADMINISTRAÇÃO					
ADMINISTRAÇÃO GERAL					
03.007.0021.4000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.583.500	1.200.000		
03.007.0021.4000	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	6.583.500	1.200.000		
03.007.0021.4000	ASSEGURAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, VOLTADAS ÀS AÇÕES DE PLANEJAMENTO, SUPERVISÃO, MODERNIZAÇÃO, PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO, ASSUNTOS GERAIS, ASSUNTOS SOCIAIS, REPAROS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS, TELECOMUNICAÇÕES, ETC.				
03.007.0021.4000	- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 1.168				
03.007.0021.4000	- CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
03.007.0021.4000	- SERVIDOR TREINADO (PESSOA) - 1.168				
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
03.007.0021.1002	COMPLIMENTAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	6.583.500	1.200.000		
03.007.0021.1002	DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE EDIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA AO DESMULCAMENTO DAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DO MEIO CIRCULANTE, EM TOCANTE ÀS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS REQUEREM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA MÁXIMA POR ENVOLVER EMISSÃO, SACRAMENTO E DIVULGAÇÃO DE VALORES, INCLUSIVE METAS PRECISOS E DIVULGAS.				
03.007.0021.1002	ALÉM DISSO, AS INSTALAÇÕES CARECEM DE TRATAMENTO VOLTADO ÀS ATIVIDADES DE INFORMATICA QUE PROCESSAM DADOS E INFORMAÇÕES E PREVEEM DADOS A TODO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.				
03.007.0021.1002	- OBRA DE INFRA-ESTRUTURA REALIZADA (M2) - 17.223				
03.007.0021.1002	EDIFICIO-SEDE GRITIBA - INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA				
03.007.0021.1002	- OBRA DE INFRA-ESTRUTURA REALIZADA (M2) - 9.396				
03.007.0025.1002.0008	MEIO CIRCULANTE - RIO DE JANEIRO - INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA				
03.007.0025.1002.0008	- OBRA DE INFRA-ESTRUTURA REALIZADA (M2) - 6.667				
TOTAL		7.783.500	1.200.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSTOÇÃO ATUAL

25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					118.000					118.000	
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					118.000					118.000	
ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO					118.000					118.000	
03.009.0042.2015					118.000					118.000	
COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS											
COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM Atingir OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO.											
03.009.0042.2015.0003	F	90	0	280	118.000					118.000	
POLÍTICA NACIONAL DE SEGUROS					118.000					118.000	
					118.000					118.000	
					118.000					118.000	
TOTAL FISCAL					118.000					118.000	

25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
25255 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA

R\$ 1,00

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					112.000			112.000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					112.000			112.000			
ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS					112.000			112.000			
03.009.0045.2266					112.000			112.000			
ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS											
PROMOVER A MANUTENÇÃO DO INSTITUTO COMO FORMA DE VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA BRASILEIRA, SEM COMO PROPORCIONAR A ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO, CONHECIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA, OBJETIVANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA.											
03.009.0045.2266.0002	F	90	0	199	112.000			112.000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONOMICA					112.000			112.000			
					112.000			112.000			
					112.000			112.000			
TOTAL FISCAL					112.000			112.000			

282000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
28203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

228203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

**ANEXO II**

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS							
CIÊNCIA E TECNOLOGIA							
MARCAS E PATENTES							
11.010.0374.3392							
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO							
MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL, APERFEIÇOANDO OS SISTEMAS, BANCOS DE DADOS, EQUIPAMENTOS, A FIM DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E O AVANÇO TECNOLÓGICO							
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1							
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 1							
- ÁREA REFORMADA (M2) = 10.076							
11.010.0374.3392.0002							
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO INPI							
- ENTIDADE BENEFICIADA (UNIDADE) = 1							
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 1							
- ÁREA REFORMADA (M2) = 10.076							
TOTAL	3.046.000			246.000	2.800.000		

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

22823 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

**ANEXO II**

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	E M F	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
DESENVOLVIMENTO REGIONAL				100.000				100.000		
DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIÕES				100.000				100.000		
COMERCIALIZAÇÃO				100.000				100.000		
07.039.0353.3454 ENTREPOSTO INTERNACIONAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS				100.000				100.000		
INSTALAÇÃO DE UM CENTRO INTERNACIONAL DE COMPRAS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS, ACESSÍVEL AOS COMERCANTES LOCAIS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS. - INSTALAÇÃO DE UM CENTRO INTERNACIONAL DE DESPACHOS COM VIAGENS, FACILITANDO A MANUTENÇÃO DE ESTOQUES OTIMIZADOS E REDUZINDO A NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO. - ENTREPOSTO ALFANDEGÁRIO IMPLANTADO (UNIDADE) - 1	F	90		100.000				100.000		
07.039.0353.3454.0001 ENTREPOSTO INTERNACIONAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS - ENTREPOSTO ALFANDEGÁRIO IMPLANTADO (UNIDADE) - 1		0	250	100.000				100.000		
TOTAL				100.000				100.000		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL.

RS 1.00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

Rs. 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

[illegible]

47000 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47210 – FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS										CREDITO SUPLEMENTAR	
ESPECIFICAÇÃO	ES	U	F	D	U	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
03.007.0217.4094.0004 - SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SISTEMA DE INFORMÁTICA (UNIDADE) - 1 - SEMINÁRIO REALIZADO (UNIDADE) - 6 - PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) - 4 - ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) - 6	F	190					5.000 5.000 5.000 5.000			5.000 5.000 5.000 5.000			
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR													
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL													
03.078.0486.4089 - PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO							62.000			62.000			
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS PREVIDENCIÁRIOS AO VALE-TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO / REFeição ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO NACIONAL							62.000			62.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 417													
03.078.0486.4089.0003 - PRESTAÇÃO DE VALE-TRANSPORTE	F	190					31.000			31.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 169							31.000			31.000			
03.078.0486.4089.0006 - RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO/ALIMENTAÇÃO	F	190					31.000			31.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 248							31.000			31.000			
EDUCAÇÃO E CULTURA													
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS							43.000			43.000			
EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR							43.000			43.000			
08.041.0190.4500 - ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR							43.000			43.000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 6 ANOS E AOS EXCEPCIONAIS, CUJO DESENVOLVIMENTO CORRESPONDA À IDADE MENTAL, INCLUSIVE A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESTABELECID.													
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 60													
08.041.0190.4500.0001 - ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR	F	190					43.000			43.000			
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 60							43.000			43.000			
SAÚDE E SANEAMENTO													
SAÚDE							35.000			35.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA							35.000			35.000			
13.075.0428.2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES							35.000			35.000			
ASSICURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DE SEUS DEPENDENTES E PENSIONISTAS, BEM COMO DE SEUS DEPENDENTES DE CARÁTER COMPLEMENTAR E A MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS													
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 200													
13.075.0428.2004.0005 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES	S	190					35.000			35.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 200							35.000			35.000			
- SERVIDOR BENEFICIÁRIO (PESSOA) - 200							35.000			35.000			
TOTAL							176.000			176.000			
FISCAL							141.000			141.000			
SEGURIDADE							35.000			35.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

## ANEXO III

ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			27.075.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		27.075.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		27.075.000	
1990.05.03 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - REC. DIR. ARRECADADOS	FIS	27.075.000		
TOTAL FISCAL				27.075.000

## ANEXO III

ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25902 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			67.200.000
1100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	FIS		67.200.000	
1120.00.00 TAXAS	FIS		67.200.000	
1122.11.00 TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX	FIS	67.200.000		
TOTAL FISCAL				67.200.000

ANEXO III

ACRESCIMO

28000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA  
28913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.600.000	
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		2.600.000		
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	FIS	2.600.000			
TOTAL FISCAL					2.600.000

ANEXO III

ACRESCIMO

28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
28202 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA	
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.832.000	
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		6.832.000		
1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	FIS	6.800.000			
1600.11.03 METROLOGIA LEGAL	FIS	32.000			
TOTAL FISCAL					6.832.000

## ANEXO III

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
 28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			10.000.000
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		10.000.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		10.000.000	
1322.00.00 DIVIDENDOS	FIS	10.000.000		
TOTAL FISCAL				10.000.000

## ANEXO III

ACRESCIMO

47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			203.600 112.000 91.600
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS SEG		203.600 112.000 91.600	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS SEG		203.600 112.000 91.600	
1711.01.60 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS SEG	203.600 112.000 91.600		
TOTAL				203.600
TOTAL FISCAL				112.000
TOTAL SEGURIDADE				91.600



ANEXO III

ACRESCIMO

47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
47210 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			24.000
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		24.000	
2410.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		24.000	
2411.01.50	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	24.000		
TOTAL FISCAL					24.000

ANEXO IV

REDUÇÃO

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
25255 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			112.000
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		112.000	
1710.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		112.000	
1711.01.50	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	112.000		
TOTAL FISCAL					112.000

## ANEXO IV

REDUÇÃO

47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
 47210 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## RECEITA

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			24.000
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		24.000	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		24.000	
1711.01.00 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL	FIS	24.000		
TOTAL FISCAL				24.000

**LEGISLAÇÃO CITADA**

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

**LEI N. 9.715 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.**

Art. 8º A contribuição será calculada mediante a aplicação, conforme o caso, das seguintes alíquotas:

- I – zero vírgula sessenta e cinco por cento sobre o faturamento;
- II – um por cento sobre a folha de salários;
- III – um por cento sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os provenientes de excesso de arrecadação;

III - Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

LEI Nº 9.692, DE 27 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999 e dá outras providências.

Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos subprojetos ou subatividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares e autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à comissão mista permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º - Os créditos adicionais autorizados em lei específica pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 3º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º - O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de cotas bimestrais de desembolso financeiro, nos termos do art. 66 desta Lei.

**LEI Nº 9.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1999.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999.

.....

**Art. 6º** - Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 66 da Lei nº 9.692/98, é o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - para cada subatividade, até o limite de vinte por cento de seu valor, e para cada subprojeto, até o limite de dez por cento de seu valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subatividade ou a dez por cento do valor total de cada subprojeto objetos da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - até quarenta por cento do valor total das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subprojeto ou subatividade objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subprojeto ou subatividade;

III - com o objetivo de atender ao pagamento de:

a) despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total das respectivas subatividades mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito das mesmas subatividades;

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subprojetos ou subatividades em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro dos fundos e os recursos ressaltados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64, respeitadas as categorias de programação em seu menor nível, conforme definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.692/98, e respectivos saldos das dotações orçamentárias aprovadas no exercício anterior;

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores;

d) doações;

V - com o objetivo de reforçar dotações destinadas ao cumprimento do disposto no item 5.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VI - para atender a despesas com "pessoal e encargos sociais", mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

VII - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização:

a) de excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

- b) de superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- c) de superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1998, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320/64;
- d) de excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995;

VIII – destinado ao remanejamento entre subatividades ou unidades orçamentárias, de recursos alocados para o desenvolvimento de sistemas informatizados setoriais;

IX - até o limite dos cancelamentos das dotações constantes desta Lei à conta de fonte de recurso condicionada à aprovação da Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, efetuados nos termos do art. 60, § 2º, da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, mediante a utilização de recursos de excesso de arrecadação da referida Contribuição, após aprovada a sua cobrança, do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, da Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e de Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

§ 1º Não poderão ser utilizados, para os fins do inciso VII, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais, no período de 1995 a 1998.

§ 2º A autorização de que trata o inciso VII, "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida.

#### DECRETO N. 2.784 – DE 18 DE SETEMBRO DE 1998

Regulamenta o artigo 45 da Lei n. 8.112<sup>(1)</sup>, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
( Eleito em 30-6-1999)

**Presidente : (Vago)**  
**Vice-Presidente: (Vago)**

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

**PFL**

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

**Bloco de Oposição**

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ**

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E  
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

**Secretários:** CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)  
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

**Secretários:** JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)  
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe:**

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

**Secretários:**

<b>CAE</b>	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
<b>CAS</b>	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
<b>CCJ</b>	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
<b>CE</b>	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
<b>CFC</b>	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
<b>CI</b>	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
<b>CRE</b>	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

**COMISSÕES PERMANENTES**  
(Arts. 72 e 77 RISF)

<b>1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE</b>					
<b>Presidente: NEY SUASSUNA</b>					
<b>Vice-Presidente: BELLO PARGA</b>					
<b>(27 titulares e 27 suplentes)</b>					
<b>PMDB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4085	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
<b>PFL</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
<b>PSDB</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
<b>(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)</b>					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2081/2087	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
<b>PPB</b>					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas  
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho  
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa  
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55  
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em :20/10/1999.



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBAO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (*)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (\*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 20/10/1999

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE**  
**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**  
**RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**  
**SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**  
**FAX: 311-3652**  
**E-MAIL: jrac@senado.gov.br**  
**REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>PMDB</b>	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
<b>PFL</b>	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
<b>PSDB</b>	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPB)</b>	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
<b>PPB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: jrac@senado.gov.br  
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999**

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO  
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET  
(23 titulares e 23 suplentes)

#### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

#### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

#### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

#### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (\*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em :05/10/1999

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

( 27 titulares e 27 suplentes)

##### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

##### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

##### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

#### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA – PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

##### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (\*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.  
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em 20/10/1999

#### **4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

##### **SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PRESIDENTE:**  
**(09 TITULARES)**

###### **TITULARES**

<b>PMDB</b>	
<b>AMIR LANDO</b>	<b>RO-3130/32</b>
<b>GERSON CAMATA</b>	<b>ES-3203/04</b>
<b>PEDRO SIMON</b>	<b>RS-3230/32</b>
<b>PFL</b>	
<b>DJALMA BESSA</b>	<b>BA-2211/17</b>
<b>ROMEU TUMA</b>	<b>SP-2051/57</b>
<b>PSDB</b>	
<b>ÁLVARO DIAS</b>	<b>PR-3206/07</b>
<b>ARTUR DA TÁVOLA (1)</b>	<b>RJ-2431/37</b>
<b>(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)</b>	
<b>GERALDO CÂNDIDO - PT</b>	<b>RJ-2171/77</b>
<b>EMILIA FERNANDES - PDT</b>	<b>RS-2331/37</b>

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

**REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: julloric@senado.gov.br**

**ATUALIZADA EM: 17/8/1999**

---

**4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA**  
**RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA**  
**(06 TITULARES)**

**TITULARES**

**PMDB**

**JOSÉ FOÇAÇA** RS- 1207/1607  
**MAGUITO VILELA** GO- 3149/50

**PFL**

**FRANCELINO PEREIRA** MG- 2414/17

**PSDB**

**TEOTÔNIO VILELA** AL- 4093/95

**(\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)**

**ROBERTO SATURNINO - PSB** RJ- 4229/30

**PPB**

**LUIZ OTÁVIO** PA-3050/4393

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

**REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS**  
**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**  
**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: julioric@senado.gov.br**

**SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**ATUALIZADA EM: 29/06/99**

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

**PSDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

**(\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (\*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :05/10/1999



## 6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (\*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 20/10/1999

## 7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ  
Vice-Presidente: ROMEU TUMA  
(17 titulares e 9 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (1)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

### (\*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(\*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (\*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em :05/10/1999

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

## (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

### MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	980	318 5960	318 2960

### MEMBROS TITULARES      MEMBROS SUPLENTEs

#### SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	323 4198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
<b>PSDB</b>									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
<b>PT/PSB/PDT/PPS</b>									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

#### LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		



**EDIÇÃO DE HOJE: 384 PÁGINAS**